

IMPRESSO

Ensino pago não resolve a crise da universidade

Fim da gratuidade no ensino público superior volta à discussão. Administrações, professores e alunos concordam: esta não é a solução
PÁGINA 3

ROSANE VIEIRA



III cumbre
Reunião de Reitores de
Universidades Públicas Ibero-americanas

De 25 a 27 de abril, reitores reúnem-se em Porto Alegre
para discutir Universidade Pública, Educação e Desenvolvimento

ENTREVISTA



Carlos Roberto dos Santos,
presidente da Andifes

“Existe uma
postura cada vez
menos coletiva.
Isso é fruto da
sociedade em que
vivemos, onde as
respostas devem
ser imediatas e
sem muita
reflexão. Eu diria
que é o
não-futuro.”

PÁGINAS 8 e 9



**Projeto para a obra de Iberê Camargo
dá prêmio ao Instituto de Artes**

Trabalho prevê inventário, identificação, documentação, informatização, conservação e armazenamento das obras do artista PÁGINA 6



**Uma análise do
fenômeno Big Brother**
Para pesquisador uruguaio,
sucesso deve-se à tentativa
de, olhando o outro,
entender-se a si próprio
PÁGINA 7

OPINIÃO

Edição especial III Cumbre

Reitores de universidades públicas ibero-americanas reúnem-se em Porto Alegre de 25 a 27 de Abril para discutir temas de grande relevância. A III Reunião de Reitores de Universidades Públicas, que terá como tema "Universidade Pública: Educação e Desenvolvimento", resultou num caderno especial de oito páginas, encartado nesta edição. Nele são tratados assuntos como inclusão social, autonomia, financiamento, internacionalização do ensino superior e avaliação institucional.

Na páginas centrais do Jornal da Universidade, apresentamos uma entrevista com o reitor da Universidade Federal do Paraná e presidente da Andifes, Carlos Roberto dos Santos. Ele fala sobre a crise nas universidades públicas e garante que elas não têm condições de abrir novas vagas, devido ao aumento das demissões de professores sem que houvesse reposição.

O fim da gratuidade não é solução para os problemas de financiamento das universidades públicas, diz a reportagem da página 3. De acordo com a reitora Wrana Panizzi, a cobrança de taxas ou mensalidades cobre apenas parcialmente os custos do sistema. "Nos países onde se cobra pelo ensino superior, essa cobrança significa muito pouco nos orçamentos das grandes universidades", alerta a reitora.

Nas páginas 4 e 5 veja como uma experiência traumática pode se transformar numa doença chamada TPT (transtorno do estresse pós-traumático). O tema será discutido de 19 a 22 de junho, durante a XXI Jornada Sul-rio-grandense de Psiquiatria Dinâmica.

A obra do pintor gaúcho Iberê Camargo está sendo catalogada e parte dela deverá ser reunida num museu do artista a ser criado, em Porto Alegre. O projeto é da professora Mônica Zielinsky, do Instituto de Artes, e ganhou o prêmio de incentivo do programa Petrobrás de Artes Visuais. Página 6.

E o Big Brother é lido na TV ou deve ser olhado como uma grande inovação? O professor e pesquisador uruguaio Fernando Andracht, um expert no assunto, acha que essa fórmula criada pelo holandês John De Mol, é nada menos que uma revolução nas telinhas do mundo inteiro. Página 7.

O cineasta gaúcho Jorge Furtado, autor de diversos curta-metragens premiados, demorou 15 anos para realizar seu primeiro longa-metragem. E, para compensar, realizou dois ao mesmo tempo. Um será lançado em abril, outro em setembro. Leia na página 14.

E o compositor e cantor Ivan Lins, comemora 30 anos e carreira, lançando em CD seus primeiros discos (de vinil). Na página 15, o autor de *Madalena e O Amor é meu País* fala sobre sua longa carreira e declara seu amor à bossa nova, dizendo que sempre foi um bossa-novista.

O Perfil deste mês foi colhido no Uruguai. A entrevista com o professor e pesquisador Jorge Brovotto, secretário-executivo da Associação das Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), está na última página do jornal. Brovotto fala sobre sua vida e sua carreira, da infância feliz no bairro de La Mondiola, em Montevidéu, à prisão no tempo da ditadura e à honra de ter sido reitor da Universidade da República por nove anos.

Boa leitura

ESPAÇO DA REITORIA

A Cumbre e o espírito de Córdoba

●WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem a honra e a responsabilidade de sediar a terceira Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-americanas – a *Cumbre*, como ficou conhecida entre nós. O acontecimento merece ser celebrado com alegria. Estes encontros têm sido de grande importância para a afirmação de nossos compromissos com a Universidade Pública como lugar da construção de um futuro mais solidário e igualitário. Expostos inicialmente em Paris, em outubro de 1998, quando da realização da Conferência Mundial do Ensino Superior promovida pela UNESCO, estes compromissos foram reafirmados pouco depois, em Córdoba, durante o Encontro da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM). Em 1999, tanto na Conferência Mundial de Budapeste sobre ciência e tecnologia quanto na reunião da AUGM realizada em Porto Alegre, outra vez nossos compromissos com a Universidade Pública pautaram as discussões. Os mesmos compromissos inspiraram os debates da primeira e da segunda reunião de reitores ibero-americanos, realizadas em Santiago do Chile (1999) e em Buenos Aires (2000). Nestes encontros, entre outras definições, firmamos nossa compreensão da universidade pública como patrimônio social, do conhecimento como bem público, do papel estratégico do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento das nações e para a construção de nossas identidades culturais. Nestes mesmos encontros, dissemos que não queremos fazer do ensino um "serviço comercial", voltado unicamente para as demandas do mercado e governado segundo critérios efêmeros de oportunidade e de rentabilidade.

Os compromissos por nós assumidos, sem dúvida, representam muito, porque não resultaram de acordos formais ou protocolares, mas de um consenso amadurecido pelo diálogo e pela troca de experiências. A *Cumbre* de Porto Alegre deve retomá-los e reafirmá-los. Porém, todos nós sabemos que nosso principal desafio é o da ação. Porque, como quase sempre se verifica, é nesta hora que aparece a verdadeira grandeza de nossas próprias dificuldades e das forças que ameaçam algumas de nossas mais caras convicções.

Nos dias de hoje, parece não existir dúvida quanto à importância do conhecimento para o desenvolvimento das nações. No Brasil e em tantos outros países, representantes de distintos setores sociais, personalidades do mundo político e empresarial das mais diversas tendências ide-

ológicas, todos parecem concordar que a riqueza de uma nação está diretamente associada à sua capacidade de produzir ciência e tecnologia, de oferecer ao seu povo um ensino superior de qualidade. Argumentos nesta direção não faltam, como testemunham editoriais, artigos e reportagens publicados recentemente por tantos jornais e revistas. Entretanto, de maneira aparentemente paradoxal, estes mesmos editoriais, artigos e reportagens questionam nosso compromisso com a gratuidade do ensino. Não cabe contestar aqui, ponto por ponto, os argumentos daqueles que acreditam que as universidades públicas brasileiras seriam instrumento de uma espécie de distribuição de renda às avessas. Como temos reafirmado em diferentes ocasiões, a visão de que o beneficiário do ensino superior é o aluno diplomado está deslocada no tempo e de forma alguma é coerente com o discurso que concede à produção do conhecimento importância estratégica para o desenvolvimento das nações. Na chamada sociedade do conhecimento, a ciência e a técnica produzidas ou apropriadas por cada indivíduo não serve apenas para aumentar suas possibilidades de obter um emprego, como ocorria no passado, mas é relevante sobretudo porque torna mais rica uma coletividade nacional, assegurando-lhe a capacidade de competir na cena internacional e, principalmente, de criar visando atender suas próprias demandas de inovação e modernização. Dessa perspectiva, como acontece em países evocados como "exemplos" por críticos da universidade pública brasileira, a gratuidade do ensino não deve ser encarada como um custo para a sociedade, mas como um de seus melhores investimentos. E este investimento revela-se ainda mais compensador quando contribui não apenas para tornar mais rica uma sociedade do ponto de vista material – mas quando resulta também na construção de valores, quando produz riqueza moral, quando forma profissionais e cientistas que sabem ser, antes de mais nada, cidadãos.

Estes e outros temas relevantes serão analisados pelos participantes da *Cumbre*, encontro que oferece a todos nós a oportunidade de estreitar nossos laços com nossos vizinhos latino-americanos e com nossas raízes ibéricas. Esperamos que, animados pelo espírito do Manifesto de Córdoba, que há quase um século vem alimentando nossas convicções quanto à missão da Universidade Pública, os participantes da *Cumbre* possam fazer deste encontro um momento de continuidade e de renovação de nossos compromissos.

SANTIAGO



Formação Interdisciplinar

●RENATO JANINE RIBEIRO

Professor titular de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo

Há várias maneiras de pensar a colaboração interdisciplinar, quer na pesquisa, quer na docência universitária. Mas é evidente que, num tempo como o nosso, uma mesma pessoa dominar várias áreas do saber – e portanto reunir em si quatro ou cinco disciplinas – se tornou quase impossível. É isso então o que leva muitos a entender que a interdisciplinaridade só pode ser um trabalho coletivo, no qual especialistas de áreas distintas se reúnem. Não haverá, portanto, um pesquisador interdisciplinar; haverá, sim, grupos de diálogo e discussão.

Essa posição está certa, mas não por inteiro. Porque, se o enfoque interdisciplinar for apenas o de uma associação de cientistas, ele será muito tímido. O que o diálogo entre as ciências ou saberes pode trazer é bem mais que isso: é a eventual renovação, ou revolução, de áreas que estão marcando passo. O grande exemplo histórico de que dispomos, a este respeito, é o da geometria. Desde o momento em que Euclides a criou até o século XVII, passaram-se mais de dois mil anos; e foi nesta última data, nos incílios da modernidade, que ela, até então um instrumento competente mas limitado, restrito à mensuração da terra e dos espaços, se converteu em paradigma das ciências. Para tanto, foi preciso retirar a geometria de seu canto e lançá-la no centro do pensamento. É claro que assim se tornou pouco importante que ela medisse terrenos: o que contou foi o grau de verdade, a elegância da demonstração, o caráter irrefutável de suas provas. Valeu mais sua forma, sua posição, do que seu conteúdo, sua produção imediata. Mas não houve, na história das ciências, revolução igual a essa.

Há casos análogos. Georges Duby, um dos maiores medievalistas de nossos tempos, em seu *Guilherme Marechal – o melhor cavaleiro do mundo* (ed. Graal), afirma a certa altura que a história das mentalidades – da qual esse livro constitui excelente amostra – não é senão etnologia. A antropologia e as disciplinas a ela anexas tiveram assim, nas últimas décadas, papel essencial na renovação das ciências humanas, em especial da história. E por sinal a história aprendeu muito com as ciências sociais em geral, bem como com a economia.

Isso significa que o diálogo não pode ser apenas externo entre as ciências. É útil, mas insuficiente, um historiador conversar com um antropólogo. É preciso, isso sim, cada um entender algo do olhar do outro. Tenho pensado como seria interessante, num curso de ciências sociais, propor que assuntos característicos de uma das

ciências sejam estudados sob o enfoque de outra. Por exemplo, tribos constituem reserva da antropologia. Mas o que acontecerá se cientistas políticos e sociólogos as estudarem? Ou: estamos acostumados a ler, nos primeiros cadernos dos jornais, as opiniões dos cientistas políticos sobre as eleições. Quando especialistas de outras áreas – por exemplo, de filosofia política – são consultados, as perguntas que nos colocam são praticamente as mesmas que vão para os cientistas políticos. Assim a pauta do caderno Brasil destaca o cientista político, a do caderno Cidades ou Geral abre-se para o sociólogo, especialmente quando se fala da violência e da miséria, e os antropólogos vão para o caderno de Cultura ou de Variedades. Mas, se embaralharmos tudo isso? Chamemos os antropólogos a tratar das candidaturas, mas não clonando a linguagem dos politólogos, e sim em seu próprio enfoque. Convidemos o sociólogo a tratar de política nacional e de artes – o que alguns fazem, mas é raro. O resultado pode ser interessante, mesmo quando der errado. É claro que não se espera que o leigo acerte num assunto melhor que o especialista. Contudo, minha sugestão não é apenas de um recurso didático que torne mais animadas as aulas (como cada ciência examina o mesmo tema, o mesmo assunto?), mas a de uma abertura às surpresas que podem vir, para o pesquisador, da adoção de um instrumental pouco usual. O mais das vezes a experiência dará errado, mas basta que produza uma real novidade em alguns casos para que valha a pena.

Mais que isso: levemos a sério a expressão "troca de pontos de vista", usada para definir o diálogo entre diferentes. Não deve significar só que cada um defina seu olhar. Deve significar que permutemos nossos olhares, que por um tempo enxerguemos o mundo com um óculo emprestado. E isso significa reforçar, no ensino e na pesquisa, o lugar da imaginação. Uma das maiores qualidades da matemática, que um adolescente percebe quando lhe ensinam bem os teoremas, é o papel da imaginação para encontrar soluções. Contudo, o ensino tende, o mais das vezes, a sacrificar a imaginação no altar de um espírito de seriedade. Explorar saídas alternativas acaba ficando menos importante do que trilhar caminhos já consagrados. E é por isso que no projeto de curso interdisciplinar de graduação em Humanidades, que estou organizando na Universidade de São Paulo (ver *Humanidades, um novo curso na USP*, Edusp, 2001), um intenso recurso à filosofia, à literatura e às artes pretende dar ao aluno uma pluralidade de perspectivas. O mundo está em mudança, e devemos testar nossos olhos em objetos pouco praticados.

CARTAS

Erva-de-passarinho

Embora não tenha formação na área de Agronomia, atrevo-me a fazer algumas observações sobre o assunto acima mencionado. As árvores nativas apresentam uma resistência à infestação pela erva-de-passarinho, a qual, quando ocorre, indica que a planta está enfraquecida pela idade ou pelo ambiente desfavorável. Por outro lado, as espécies exóticas não têm esta resistência natural, daí a infestação nas árvores de nossa cidade, em grande parte de origem não-nativa. É difícil

acreditar que a alimentação dos pássaros e o uso medicinal sejam uma justificativa válida para que nenhuma medida seja tomada. É muito triste o aspecto das nossas árvores infestadas por tal praga, como bem mostram as fotografias que ilustram a matéria. Grato pela atenção.

Fábio D. Maciel, cirurgião dentista
Porto Alegre

Eventos

Prezados amigos do Jornal da Universidade: acho muito simpático nosso

jornal, especialmente pelo formato grande. Além de simpático, é útil. Cometo a ousadia de sugerir a inclusão de um espaço regular para os eventos da Universidade, tanto da área científica quanto cultural e social. Agora em janeiro-fevereiro poderíamos ter tido um programa para o ano, mesmo que tivesse de ser corrigido ao longo do tempo. Atenciosamente

Carlos Salgado
Aluno do Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas - Psiquiatria, csalg@terra.com.br

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen
Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Jaime Evaldo Fensterseifer
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Fernando Setembrino Cruz Meirelles
Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahogue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Sérgio Nicolaiewski
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahogue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Secretaria de Assuntos Estudantis
Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga
Procurador-geral
Armando Pitrez
Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil

Jornal da
Universidade

Publicação da Coordenação
de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

Editor-chefe - Clóvis Ott

Editora executiva - Ida Stigger

Editores assistentes - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca

Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten, Laís Chaffe e Sônia Torres

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati

Produção - Rita Silveira

Home Page - Marcelo da Silveira

Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

Colaboraram nesta edição - Joaquim da Fonseca, Renato Janine Ribeiro e Santiago

Circulação - Luiz Ricardo de Andrade
cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rosâne Vieira

Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos

Fotolitos e impressão - Companhia Riograndense de Artes Gráficas

Fim da gratuidade não resolverá financiamento da universidade pública

ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

Enquanto tramitam no Congresso brasileiro novas propostas para implantar a cobrança no ensino superior público, a Inglaterra, país que privatizou o ensino há 20 anos, amarga grandes índices de inadimplência de alunos que foram obrigados a recorrer ao crédito educativo

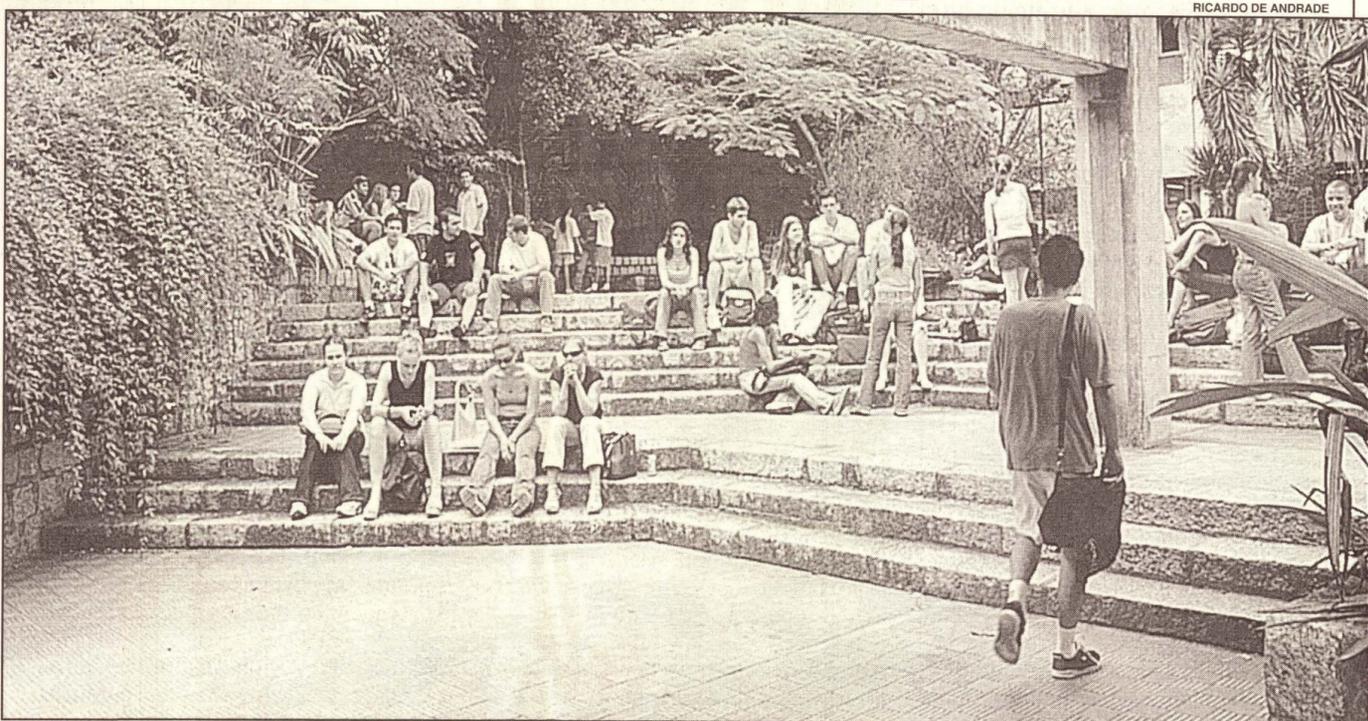
A intenção do governo de acabar com a gratuidade do ensino nas universidades federais encontrou novos ecos no Congresso e na mídia. No entanto, apesar das novas proposições parlamentares e das declarações favoráveis do ministro da Educação, cresce a convicção de que a medida não é a solução para os problemas de financiamento das instituições públicas. Nisso converge o entendimento dos representantes da administração, de professores e alunos. Há, por um lado, a certeza de que os valores amealhados pela cobrança apenas em parcela ínfima contribuiriam para a manutenção do complexo sistema de ensino-pesquisa-extensão das instituições federais. Por outro lado, considera-se que diante da extrema desigualdade de renda existente no País, a cobrança acabaria varrendo da universidade pública alunos com incapacidade financeira. Também limitaria o ritmo de estudo desses alunos, aumentando as taxas de retenção do sistema. É um exemplo do que ocorre nas instituições privadas, criar-se-iam situações de inadimplência e de sobra de vagas. A perda do caráter público, por fim, afetaria o papel estratégico da universidade no desenvolvimento brasileiro.

O fim da gratuidade do ensino nas universidades e nas demais instituições federais de ensino superior é o objeto de cerca de uma dezena de proposições parlamentares apresentadas ao Congresso, desde meados da década de 90. Todas essas iniciativas implicam a alteração de artigos da Constituição Nacional que garantem a obrigação da União com o ensino superior público e gratuito. Há várias disposições em diversas fases de tramitação — a mais recente, apresentada no final de fevereiro deste ano —, que vão desde a instituição de um tipo de serviço social que o profissional formado nas universidades públicas deverá prestar; a extinção da gratuidade pura e simples, sem prever fórmulas de pagamento; e a instituição da cobrança vinculada a um patamar de renda mínima, pessoal ou familiar do aluno, conforme declaração à Receita Federal.

Para a reitora da UFRGS, Wrana Panizzi, a cobrança de taxas ou mensalidades, além de apenas parcialmente cobrir os custos do sistema, não realizaria justiça social. “Nos países onde se cobra pelo ensino superior, nos organismos das grandes universidades, essa cobrança significa muito pouco. O dinheiro que vem das anuidades é muito pequeno, em relação ao montante necessário para a manutenção da própria universidade”, diz ela. “O que também já se verifica, mesmo em países de economia mais equilibrada, com melhor padrão de vida, é que a cobrança acarretou grandes índices de inadimplência. Aqui mesmo, no estado, sabe-se que a incapacidade de pagamento, em determinados períodos do ano alcança índices de 40 a 50% do alunado, nas instituições particulares”, aponta. Por outro lado, acrescenta, num país como o Brasil, onde a estrutura social reflete a extrema desigualdade de renda da população, quem consegue chegar ao ensino superior, está realmente melhor situado economicamente. “Os pobres não conseguem nem terminar o curso fundamental ou o médio. Por isso, não adianta cobrar o ensino na universidade pública, para dizer que com isso se está fazendo justiça social. Para fazer justiça social é preciso investir amplamente em educação pública em todos os níveis”, afirma a reitora.

Ela lembra que a educação pública gratuita é princípio constitucional e que as pessoas já pagam pelo serviço, através dos impostos que recolhem direta e indiretamente. “A população deve exigir dos dirigentes políticos o encaminhamento dos recursos advindos dos impostos para o que é fundamental para o desenvolvimento do país — a educação”.

Wrana Panizzi considera paradoxal a tendência pela transformação da educação superior em bem comercializável, no momento em que há uma supervalorização



As universidades não podem perder o seu caráter público. Só assim manterão o comprometimento com o desenvolvimento do País

zação da educação e do conhecimento no mundo todo e o reconhecimento de que são as verdadeiras riquezas de uma nação. “A mobilidade social alcançada pelo esforço individual já não é mais suficiente. Hoje, as instituições, as organizações e os governos têm clareza de que é preciso crescer em termos coletivos, pois não basta uma ou outra pessoa qualificada para se ter uma empresa ou um país que gere riqueza. É preciso que haja uma disseminação do conhecimento e, portanto, um acesso à educação mais amplo”, explica.

Em nível internacional — informa a reitora — a tendência de considerar a educação como bem comercializável se reflete em propostas no sentido de que passe a ser um serviço objeto de regulamentação da Organização Mundial do Comércio. Contrária a esse enfoque, a reitora da UFRGS diz que quem deve regulamentar a questão é a sociedade. “Afinal, o que é a educação? Um bem social, um direito de todos, que deve ser apropriado por todos, para que um país possa ser materialmente e culturalmente mais rico ou um serviço a ser comercializado, oferecido a quem tem mais, regulamentado por leis da troca comercial?”, pergunta. Na mídia — mostra a reitora — já vem se desenhando um viés favorável à idéia de educação como serviço comercializável, seja através dos ataques à educação pública, seja através da apresentação do segmento como o grande negócio do século. Por sua importância, o tema será um dos principais assuntos a ser debatido na III Reunião de Reitores das Universidades Públicas Ibero-Americanas, de 25 a 27 de abril, na UFRGS.

DESENVOLVIMENTO

O vice-reitor da UFRGS, José Carlos Ferraz Hennemann entende que a cobrança de anuidades afetaria a natureza da universidade pública. “Ênfático que as universidades públicas têm que ser consideradas na região, no país e no continente em que nós vivemos. Devem ser olhadas não apenas como instituições que têm única e exclusivamente o objetivo de formação a nível de graduação, mas principalmente como instrumentos de desenvolvimento social desses países, tanto nas suas áreas sociais, tecnológicas como de ciências básicas”, argumenta. Para o professor Hennemann, no momento em que as instituições comecem a depender da cobrança de mensalidades, deixarão de ter essa função.

“As universidades têm de ser consideradas estratégicas para o desenvolvimento dos países, principalmente países como o nosso, onde em setores incipientes e mais avançados há condições de as universidades darem contribuições. Em áreas tecnológicas, como na petroquímica e na indústria petrolífera, os exemplos estão muito claros. Esses setores da indústria são setores estratégicos que tem tido um forte apoio nas universidades e

elas têm representado um papel muito importante no seu desenvolvimento”, mostra o vice-reitor. Ele ressalta que as universidades não podem perder o seu caráter público, pois só deste modo poderão manter “o comprometimento com o desenvolvimento do País”.

É preciso fazer, segundo o vice-reitor da UFRGS, com que as universidades federais não sejam percebidas somente no momento do vestibular, quando uma massa de jovens se apresenta, alguns tendo sucesso, outros não. “Aquele é o momento em que a universidade está exposta para a sociedade. Parece a muitos que esse é o único papel que tem. Oferece cursos de graduação, concede diplomas universitários e termina por aí. A compreensão que se deve ter é que a universidade é mais do que isso. Ela faz pela sociedade muito mais do que esse papel de graduar jovens”, destaca o professor Hennemann.

Já o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor Rubens Weyne, também avalia que as propostas de cobrança do ensino não tem fundamento sério. “Esses projetos são bons para garantir a eleição de alguns deputados, mas para o sistema de ensino público federal eles são extremamente danosos e não vão resolver o problema da manutenção”, diz. Ele critica a entrega de recursos públicos para iniciativa privada e seu uso na construção de prédios e no atendimento de demandas que poderiam ser supridas pela universidade pública. “O absurdo é que esse mesmo recurso muitas vezes é negado ao sistema público”.

O coordenador acadêmico do Diretório Central de Estudantes da UFRGS, Maurício Costa, afirma que as crescentes pressões pela cobrança no sistema público de ensino superior “demonstram a submissão do nosso governo às diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI)”. Como se sabe, o FMI apresenta a cobrança de anuidades como primeiro ingrediente para a diversificação das fontes de financiamento do ensino superior público. Para Maurício, a intenção de terminar com a gratuidade encobre outros objetivos. “Na realidade, com a desculpa de que muitos dos que aqui estudam podem pagar, os privatistas invertem a lógica de uma instituição pública, que deve servir à sociedade como um todo, tornando-a uma instituição descomprometida, sobretaxando a população já onerada por dezenas de impostos.

INADIMPLÊNCIA

A pró-reitora de Planejamento e Administração da UFRGS, Maria Alice Lahogue, aponta para as consequências da privatização do ensino superior na Inglaterra. Lembra que a reforma do sistema, realizada por Margaret Thatcher, em 1983, está completando 20 anos. “Agora já é possível ver o que aconteceu lá. Está constatando que a qualidade do diplomado é problemática. Isso é o resultado da multiplicação por 10 do número de instituições de ensino superior. Surgiram instituições sem qualquer identidade”.

Como o ensino passou a ser pago, foi instituído um sistema de crédito educativo para os que não têm recursos, com ressarcimento depois da conclusão dos estudos. “Hoje o sistema enfrenta uma inadimplência gigantesca, porque as pessoas não estão conseguindo pagar”, revela Maria Alice. Para manter o sistema, discute-se uma proposta que prevê o pagamento através de taxas extras sobre a declaração do imposto de renda, que o aluno pagaria depois de formado. “Curiosamente são idéias semelhantes às que se discutem no País”, observa.

Maria Alice tem dúvidas quanto às possibilidades de elevar de 12% para 30% a população de alunos entre 18 e 24 anos no ensino superior no Brasil, especialmente numa conjuntura de ensino pago, como é o propósito do governo. “Não podemos esquecer que temos a maior concentração de renda do mundo e que, portanto, os esquemas para manter e aumentar o número de alunos muito provavelmente vai implicar não no pagamento por parte de alguns, mas no pagamento aos alunos para que eles possam estudar. Se não existir bolsa de manutenção, não se conseguirá aumentar esse número, porque estamos numa sociedade iníqua”, adverte. “Não somos o Cana-

dá, que tem acesso universal ao ensino superior, bastando a inscrição no curso. A diferença é que lá as pessoas têm renda para fazer isso. Nós não temos renda. Talvez o nosso limite de pessoas com condições de entrar no ensino superior seja exatamente esses 12% da população de referência hoje no sistema”. Nos países do mundo desenvolvido, essa taxa alcança 50 a 60% da população de jovens.

Na opinião da pró-reitora, a cobrança de taxas ou mensalidades, além de inviabilizar o acesso dos alunos de baixa renda, aumentará a sua retenção, pois tenderão a dizer sua matrícula em disciplinas ao mínimo.

Para se ter noção da realidade brasileira, dados do IBGE, referentes à última pesquisa de renda no Brasil (1999) indicam que 80,5% dos trabalhadores brasileiros recebiam até cinco salários mínimos, correspondentes, em 2000, a R\$680,00. Por outro lado, estudo do professor Nelson Amaral, publicado pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em 1998, mostra que, para cobrir 30% do financiamento da universidade com recursos das mensalidades, como sugere o FMI, cada família teria de disponibilizar de 25 a 30% da renda familiar para um estudante universitário.

Um estudo divulgado em 1999, assinado pelos professores Francisco César de Sá Barreto (ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e atual secretário de Educação Superior do MEC) e Jacques Schwartzman (*Ensino Superior no Brasil: Crescimento e Alternativas*), também admite que a cobrança do ensino não atingiria os fins que as atuais proposições parlamentares pretendem. Diz, textualmente: “Qualquer análise, mesmo superficial, da arrecadação obtida a partir do ensino pago nas instituições públicas, demonstrará que esses recursos resolveriam apenas uma pequena parte do problema de manutenção do estudante carente no ensino superior (se usado para o crédito educativo) e que a grande parte da manutenção das instituições públicas, federais e estaduais, continuaria sendo dos respectivos Tesouros”.

EXPANSÃO

Sem um projeto de recuperação incluindo contratação de professores e servidores técnico-administrativos, além de recursos para investimento na expansão física e em equipamentos, as universidades federais não poderão aumentar suas vagas ou criar novos cursos, afirma o vice-reitor da UFRGS, José Carlos Hennemann. Segundo a pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahogue, a Universidade está sem margem para repetir os esforços como os que resultaram em aumento de vagas e criação de novos cursos, há cerca de três anos.

Hennemann diz que o quadro docente da UFRGS reduziu-se em 400 professores nos últimos 15 anos, sem que houvesse a reposição de quadros. As perdas nos quadros técnico-administrativos também foram significativas e se refletem em dificuldades na manutenção e atendimento em laboratórios, na área de informática e em outros serviços de infra-estrutura necessários ao funcionamento do ensino. Há ainda o problema de falta de espaço físico e de obras que necessitam de conclusão e para as quais não há recursos.

Durante todos esses anos, o crescimento do número de candidatos às vagas das universidades públicas federais foi progressivo. “A universidade pública não tem conseguido acompanhar essa demanda”, lamenta o professor José Carlos Hennemann. “Em 1991, nós atendíamos 10,2% dos candidatos. Chegamos a 2000, com 8,5% dos candidatos”.

Ele lembra que a crescente demanda pelo ensino superior está relacionada ao fato de que o ensino médio está formando mais estudantes, aumentando a pressão sobre a universidade. Além disso, constata-se que o número de candidatos por vaga não aumentou muito nas universidades privadas. “Isso ocorre porque a sociedade não tem condições de absorver os seus custos. Há sobra de vagas e inadimplência. O sistema não está atendendo totalmente à necessidade da juventude de cursar uma universidade”, diz.

AUGM firma Declaração de Concepción del Uruguay

Diante das graves dificuldades por que atravessa o sistema universitário público argentino, a Associação de Universidades Grupo Montevideo, reunida em Concepción del Uruguay, na XXXII reunião do Conselho de Reitores, reafirmou seu total apoio às universidades públicas da região e solicitou garantias políticas e orçamentárias que assegurem o direito à educação pública superior. A AUGM também reclamou o cumprimento do orçamento aprovado pelo Congresso argentino para sustentar a geração e transferência do conhecimento, do pensamento crítico e a formação de cidadãos nas instituições universitárias.

No encontro, que contou com a presença da reitora da UFRGS, Wrana Maria Panizzi, foi lembrado ainda que as reduções orçamentárias, a demora na remessa de fundos aprovados e os contínuos ajustes, representam um sério obstáculo para que as universidades cumpram sua missão e constituem uma flagrante contradição com as diretrizes da Conferência Mundial de Educação Superior (Unesco, Paris, 1998) e os acordos firmados pela República Argentina. A citada declaração determina aos estados membros, governos, parlamentos e outras autoridades que façam “cumprir suas obrigações com a educação superior e os compromissos contraídos em diversas reuniões, sobretudo no último decênio, em relação aos recursos humanos, materiais e financeiros, desenvolvimento humano, à educação, em geral, e à educação superior, em particular”.

A AUGM exorta as universidades deste espaço regional a constituírem-se no centro de um pensamento que rompa o círculo vicioso da crise. Adverte que subdesenvolvimento gera subdesenvolvimento e que a universidade não pode ser neutra e nem indiferente ao destino do povo, de quem emana.

As universidades membros da Associação de Universidades Grupo Montevideo, irmanadas por histórias e problemas comuns e, sobretudo, conscientes de um destino também comum, firmaram, em 8 de abril, a Declaração de Concepción. Da agenda, fizeram parte ainda discussões sobre intercâmbio de estudantes (Programa Escala) e sobre a X Jornada de Jovens Pesquisadores a se realizar em outubro, na UFSC.

O sofrimento em *flashback*

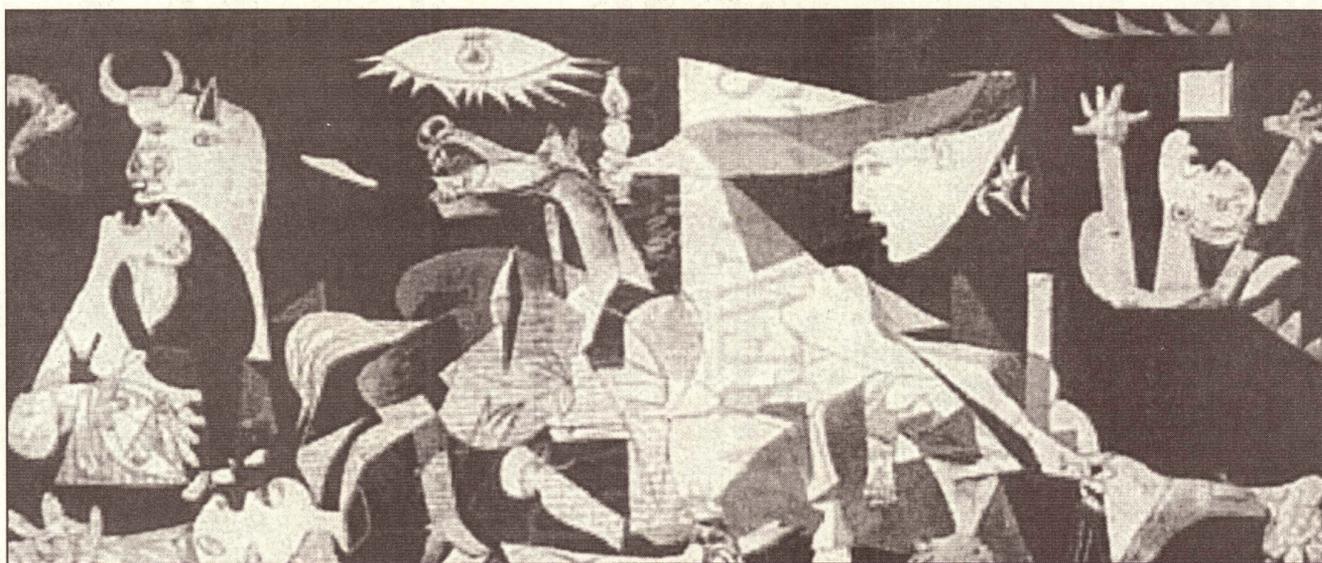
• LAÍS CHAFFE
Jornalista

Todos enfrentam, em maior ou menor grau, experiências traumáticas ao longo da vida. O problema é quando o trauma desencadeia uma doença: o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT)

Uma série de sintomas se manifesta por tempo prolongado nas pessoas com TEPT, demonstrando que a experiência traumática não foi superada. É a relação entre a intensidade do evento e a resistência individual que vai determinar se a pessoa adoece ou não. Assim, quando alguém enfrenta a morte de perto, seja por guerra, tortura, violência urbana, acidentes, catástrofes naturais, o resultado pode ser o TEPT. O mesmo vale para violência sexual, doenças graves, morte de pessoas próximas. Mas não se pode caracterizar a doença levando em conta apenas a intensidade dos eventos, até porque nenhum deles é necessariamente traumatizante. Há quem passe até mesmo por uma guerra sem adoecer.

O principal sintoma de quem sofre de TEPT é a lembrança constante do trauma, por meio de imagens, pensamentos e/ou percepções. As imagens costumam aparecer como um *flashback* de cinema, descrevem as vítimas. Essas recordações aflitivas são acompanhadas por sensações de estresse como sudorese, taquicardia, tremores e grande sofrimento psicológico. Nem na hora de dormir é possível escapar: sonhos recorrentes com a experiência traumática perturbam o sono.

Outro indício de TEPT é a fuga de eventos ou estímulos associados com o trauma. Alguém que foi seqüestrado enquanto estava no trânsito, por exemplo, pode deixar de dirigir. Quem foi vítima de assalto em uma lotação, pode deixar de usar o transporte coletivo. Paralelamente, aparecem sintomas persistentes de aumento da excitabilidade. A pessoa tem dificuldade de se concentrar, se irrita mais facilmente e chega a ter surtos de raiva. Hipervigil, apresenta respostas exageradas de sobresalto: o simples aparecimento inesperado de alguém pode resultar num susto. Man-



Guernica, de Pablo Picasso, utilizada na divulgação da Jornada de Psiquiatria

ter o sono fica difícil. Além disso, é bastante comum o aparecimento de sentimentos de culpa, rejeição e humilhação.

É natural que as vítimas de traumas muito fortes apresentem esses sintomas no período imediatamente posterior ao evento, explica o psiquiatra e professor do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFRGS Flávio Kapczinski. O caso torna-se patológico quando eles se prolongam por mais de um mês. Se não for tratado, o TEPT tende a se manter por longos períodos, que variam de três a dez anos. Em alguns casos, pode durar uma vida inteira, mas isso é raro quando a pessoa busca tratamento.

DEFESA

No Brasil, não há dados epidemiológicos sobre o TEPT. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos indicam que 8% a 12% da população já desenvolveram ou vão desenvolver os sintomas de forma patológica. Entre as pessoas que sobreviveram a algum trauma severo: 10% a 50% adoecem. As mulheres são mais vulneráveis: cerca de 18% delas desenvolvem TEPT em algum momento de suas vidas, enquanto entre os homens o índice é de 9%, informa a pesquisadora Rachel Yehuda, uma das convidadas da XXI Jornada Sul-rio-grandense de Psiquiatria Dinâmica (ver matéria nesta página), em *Biolo-*

gical psychiatry (1998). Crianças e idosos também são mais atingidos.

A maior fragilidade emocional decorrente do TEPT deixa a pessoa mais propensa a apresentar outros distúrbios emocionais, como depressão, pânico, fobias. Entre os indivíduos com o transtorno, 80% desenvolvem alguma co-morbidade. A mais freqüente é a depressão. Sabe-se que o transtorno bipolar, assim como os quadros depressivos, são comuns em pessoas que sofreram traumas na infância.

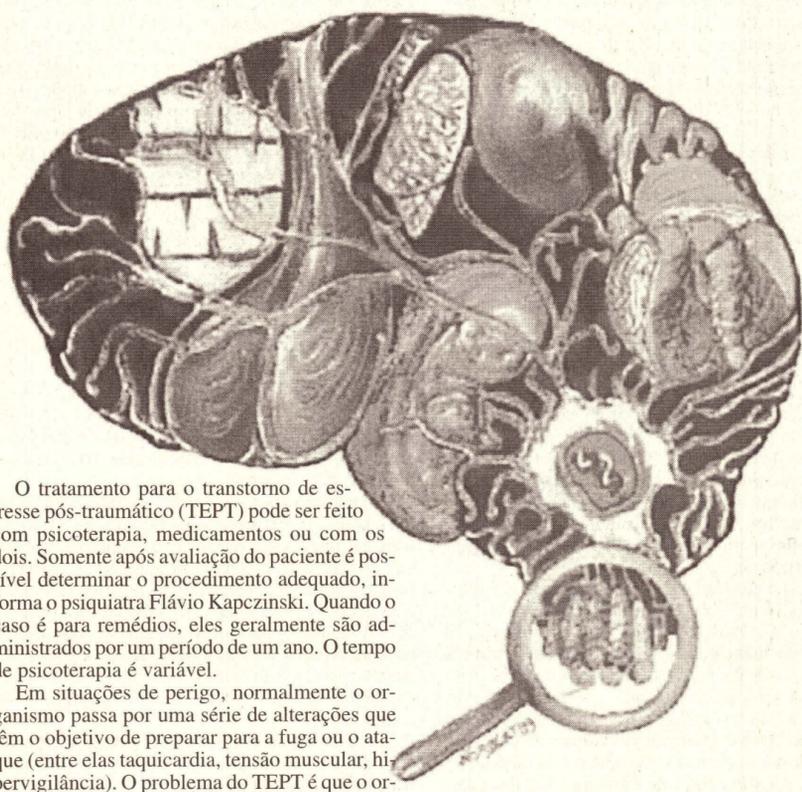
Embora rara, a persistência dos sintomas por toda a vida pode ocorrer em casos de co-morbidade, de vulnerabilidade muito grande ou motivados por um fator desencadeante extremamente intenso. “Os piores deflagradores são aqueles em que a pessoa perde totalmente o controle da situação e, sobretudo, quando o trauma é repetitivo, além de intenso”, afirma Kapczinski. Há vítimas de tortura e de campos de concentração que permaneceram com TEPT pelo resto da vida. Devido à sua maior vulnerabilidade, crianças vítimas de violência, violência sexual ou que perderam os pais podem levar marcas para sempre. Isso porque a pessoa é atingida quando o sistema nervoso está em fase de desenvolvimento, explica o psiquiatra. A maior vulnerabilidade dos idosos se deve aos seus mecanismos mais rígidos de enfrentamento, à menor capacidade de lidarem com os efeitos do trauma de forma mais flexível.

Não se sabe ao certo o que determina a resiliência do indivíduo — o quanto ele tem de defesa psicológica para se recuperar das agressões do ambiente —, mas acredita-se que ela esteja relacionada a fatores genéticos. A visão psicanalítica é de que o trauma reativaria um conflito psicológico já existente, mas não resolvido. A revivência de um trauma de infância, por exemplo, resultaria em regressão e no uso de mecanismos de defesa como repressão e negação.

De qualquer modo, é possível apontar algumas características ambientais que tornam a pessoa mais resistente. “Uma infância tranquila, em um ambiente familiar estável, compreensivo, afetuoso e estimulante pode deixar o indivíduo mais estruturado”, diz Kapczinski. Entre os adultos, um ambiente tranquilo também conta. “Ligações emocionais estáveis, suporte familiar e social são bons protetores”, acrescenta o professor da UFRGS. Ele destaca que pessoas solitárias ficam mais expostas, bem como aquelas que se encontram longe de casa.

Quando o assunto é TEPT, não costuma ser válido o dito de que aquilo que não nos mata nos faz mais fortes. “O que sabemos é que um trauma intenso muito mais freqüentemente destrutura do que ajuda”, afirma Kapczinski. Ele destaca a importância de se buscar tratamento o quanto antes em caso de problemas. “Parece que a vida do indivíduo se desorganiza toda depois de um evento forte.” Por isso, é fundamental que a pessoa tenha apoio logo após o trauma, sendo oferecida a oportunidade de falar, organizando vivências muito dolorosas. A possibilidade de dividir experiências com pessoas que passaram por situações semelhantes beneficia muito as vítimas da doença.

O que acontece no cérebro



O tratamento para o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) pode ser feito com psicoterapia, medicamentos ou com os dois. Somente após avaliação do paciente é possível determinar o procedimento adequado, informa o psiquiatra Flávio Kapczinski. Quando o caso é para remédios, eles geralmente são administrados por um período de um ano. O tempo de psicoterapia é variável.

Em situações de perigo, normalmente o organismo passa por uma série de alterações que têm o objetivo de preparar para a fuga ou o ataque (entre elas taquicardia, tensão muscular, hipervigilância). O problema do TEPT é que o organismo fica funcionando permanentemente como se estivesse estressado. É como uma armadilha da natureza: para se “proteger”, o indivíduo perpetua o estresse, prejudicando suas funções vitais.

Kapczinski explica que o estresse é regulado por um conjunto de estruturas chamadas de eixo hipotálamo-hipófise-adrenal. Após a exposição ao estresse, o hipotálamo libera o CRF (hormônio liberador da corticotropina). O CRF, por sua vez, promove a secreção do hormônio adrenocorticotrófico (ACTH) na glândula hipófise. O

ACTH age na glândula supra-renal estimulando a produção de cortisol. Níveis elevados do cortisol podem reduzir o tamanho de estruturas cerebrais como o hipocampo, o centro regulador da memória. Além disso, diminuem as defesas do organismo.

Para interromper esse processo, são utilizados medicamentos antidepressivos que agem modulando a ação da serotonina, um neurotransmissor que atua no hipotálamo. O remédio aumenta os níveis de serotonina, que por sua vez restaura o funcionamento do hipotálamo.

Jornada de Psiquiatria discute o trauma

De 19 a 22 de junho, psiquiatras, psicólogos, estudantes e profissionais de áreas afins se reúnem no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael para discutir o trauma psíquico, tema da XXI Jornada Sul-rio-grandense de Psiquiatria Dinâmica. Cerca de 800 pessoas devem participar do encontro, promovido pelo Centro de Estudos Luis Guedes (CELG), Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da UFRGS, Serviço de Psiquiatria e Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Neste ano, a jornada contará com quatro convidados internacionais: os norte-americanos Rachel Yehuda e John Sargent e os argentinos Norberto Carlos Marucco e Luis Kancyper. Rachel e Sargent vão compartilhar experiências sobre o tema a partir de suas áreas específicas de pesquisa, que incluem componentes biológicos e abordagem da infância, adolescência e família. Marucco e Kancyper são destacados psicanalistas que vão abordar o trauma sob esse enfoque.

Uma das maiores autoridades mundiais em transtorno de estresse pós-traumático, Rachel é autora de mais de 150 publicações. A pesquisadora fundou e dirige organizações de tratamento de familiares e sobreviventes do holocausto e de veteranos de guerra. Estuda os componentes biológicos do trauma psíquico, também desenvolvendo trabalhos na área de repercussão de eventos traumáticos em famílias. É consultora científica de organizações como a National Anxiety Foundation e a Anxiety Disorder Association of America.

Psiquiatra de crianças e adolescentes e pediatra, John Sargent vem estudando o trauma e a violência nas famílias e comunidades. Uma de suas idéias a serem discutidas durante a XXI Jornada é a de que uma narrativa coerente dos eventos traumáticos pode ser cicatrizante em si. Sargent deve abordar a forma como a terapia pode ajudar na criação dessa narrativa coerente por crianças, adolescentes e famílias. É professor da Universidade de Baylor e diretor do Serviço de Psiquiatria para Crianças e Adolescentes do Ben Tomb Hospital, de Houston, Texas.

CELG

Fundado em 1959, o CELG é uma associação sem fins lucrativos que congrega psiquiatras, professores, alunos e ex-alunos do curso de especialização em Psiquiatria da UFRGS, da residência médica em Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e egressos dos cursos de extensão universitária em Psicoterapia. O objetivo do centro é estimular o aprimoramento de seus associados e da comunidade científica ligada à saúde mental, por meio de cursos e eventos.

O CELG começou a funcionar no Hospital Psiquiátrico São Pedro, sendo transferido para o HCPA há cerca de 15 anos. Em julho do ano passado, um protocolo de intenções firmado com a Faculdade de Medicina da UFRGS oficializou uma ligação já existente, prevendo a atuação conjunta em programas de desenvolvimento científico envolvendo ensino, atendimento e pesquisa na área psiquiátrica.

Uma biblioteca com acervo de mais de 3 mil livros, 230 fitas de vídeo e 77 títulos de periódicos está aberta ao público para consulta local, sendo que somente os sócios podem retirar publicações e fitas. Qualquer pessoa pode se tornar sócio leitor. Já os sócios efetivos, com direito a voto e a serem eleitos para a diretoria do CELG, devem ser psiquiatras com especialização pela UFRGS ou pelo próprio centro.

O presidente do CELG, Flávio Kapczinski, afirma que a XXI Jornada Sul-rio-grandense de Psiquiatria Dinâmica vai permitir o desenvolvimento de recursos humanos para atender às pessoas com transtorno de estresse pós-traumático. “A Jornada certamente vai produzir uma reflexão local sobre o trauma e o TEPT, criando uma consciência de que essas pessoas desenvolvem doenças associadas ao trauma que são tratáveis.” A idéia de realizar esse encontro em Porto Alegre, quebrando uma longa tradição de jornadas em Gramado, visa a possibilitar uma maior participação de profissionais que atuam na área de saúde mental.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 14 de junho no CELG (rua Ramiro Barcelos, 2350, sala 2218 - fone 51 3316.8416), na Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul (av. Ipiranga, 5311 - fone 51 3336.4846), na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (rua Andrade Neves, 14, sala 802 - fone 51 3224.3340) e na Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (rua Felipe Neri, 414, 2º andar - fone 51 3331.8586). Após essa data, só serão aceitas inscrições no local do evento. As taxas variam de R\$ 100,00 a R\$ 260,00, conforme a categoria. Maiores informações no site do CELG (www.ufrgs.br/psiq/celg.html).



“Parecia que tinha uma sombra atrás de mim”

→ **Conheça as experiências relatadas por quem sentiu na pele os efeitos de um trauma**

Em dezembro do ano passado, quando saiu para fazer compras na cidade da serra gaúcha onde mora, D.P., de 12 anos, foi seqüestrada pelo melhor amigo de seu pai, um homem de 32 anos que já vinha se aproximando com o pretexto de fazer amizade. A menina ficou um dia e meio presa em uma casa distante da sua, onde foi vítima de estupro e de ameaças. Cerca de duas semanas após o seqüestro, começou um tratamento para superar o trauma. Está bem melhor, mas ainda sente as marcas da violência.

No início, D.P. não conseguia sair. “Parecia que tinha uma sombra atrás de mim”, conta. “Um cachorro que latia do meu lado, uma janela que mexia, a cortina que balançava com o vento, qualquer barulho dentro de casa me assustava.” Havia ainda os sonhos, nos quais voltava a experimentar a agressão sofrida. “Tinha pesadelos todas as noites, sempre a mesma coisa que havia acontecido. Às vezes, pior.”

O tratamento começou em sua cidade, por recomendação do médico que atendeu D.P. logo depois de ela ter sido resgatada pela polícia. Agora ela segue fazendo psicoterapia em Porto Alegre, no Hospital de Clínicas. “Querida continuar com a mesma médica, que foi para aí”, explica. Com a terapia e remédios, os pesadelos pararam, e D.P. se animou a sair de casa.

A etapa seguinte foi enfrentar a reação dos colegas. “Eu tinha medo que me julgassem, que achassem que eu era culpada.” Num primeiro momento, esses temores pareciam se confirmar. “Em fevereiro, quando começaram as aulas, minhas colegas não falavam comigo, não me cumprimentavam, ficavam me olhando e cochichando umas com as outras. Não dava mais vontade de ir ao colégio.” Sua mãe precisou conversar com a direção para que as coisas melhorassem. “Quando me deram uma oportunidade de contar tudo, elas conseguiram entender.”

Inicialmente bastante preocupados, os pais de D.P. já percebem os sinais de melhora da filha, mas seguem tão revoltados quanto ela e querem justiça. O que ainda não houve. O autor da violência está respondendo ao processo em liberdade e trabalha na mesma empresa de construção em que o pai da menina é pedreiro. “Acho muito injusto”, desabafa D.P., que levou um tapa no rosto do agressor e foi ameaçada de vingança, caso contasse à polícia. Nem por isso ela se intimidou. Denunciou o crime, apesar de sofrer pressões de policiais para que defendesse o seqüestrador. As razões disso ela não sabe explicar.

D.P. vai continuar com a psicoterapia. “Está me fazendo bem; a família está me achando muito melhor.” Mesmo com os progressos, ainda há problemas a serem superados. Ela tem dificuldades para urinar e teve muito medo quando sua menstruação atrasou, apesar de os exames não indicarem gravidez. “Sempre que falam no assunto eu fico muito revoltada, me tranco no quarto e derrubo tudo.”

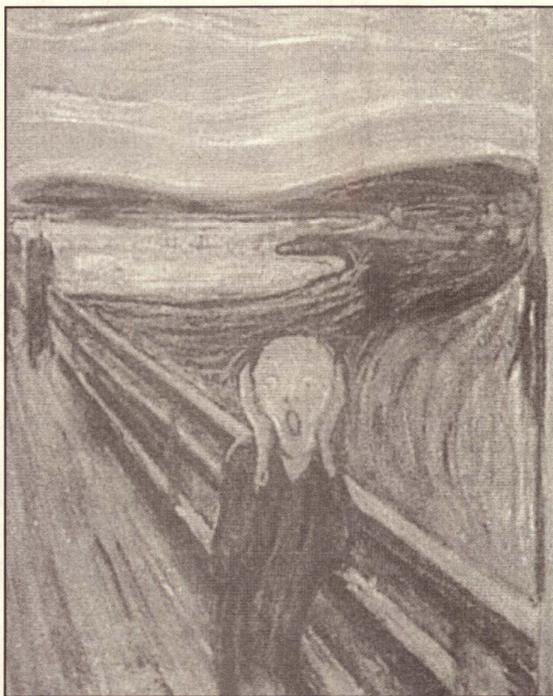
“O TRATAMENTO FOI MINHA SALVAÇÃO”

Vítima de assalto, a advogada cível e trabalhista S.M., de 33 anos, vai levar para sempre a lembrança de um revólver encostado em sua cabeça. E de uma tentativa de estupro. O crime ocorreu em janeiro de 2001, quando um homem que se identificou como Paulo marcou hora para ser atendido no escritório da advogada, localizado na avenida Benjamin Constant. Logo ao abrir a porta, S.M. reconheceu o assaltante, por um retrato falado distribuído pelos edifícios do bairro. Mas já era tarde. Ele percebeu que tinha sido reconhecido e sacou a arma em seguida. Manteve S.M. sob sua mira durante cerca de 40 minutos, que resultaram em mais de meio ano de sofrimento intenso. Um período em que S.M. parou com tudo.

“Hoje me considero curada, mas é um trauma que eu nunca vou esquecer.” O assalto foi no final da tarde, quando a advogada estava sozinha no escritório – o sócio trabalhava em outro horário e a secretária costumava sair para realizar tarefas no Fórum. Depois de se apropriar dos R\$ 250,00 que ela tinha em dinheiro, “Paulo” pediu seus cartões de crédito e do banco, conferindo a senha e o saldo pelo telefone. “Ele me mandou deitar no chão, tentou me violentar, mas não deixei. Tive medo, mas mesmo assim reagi. Disse que ele teria de me matar.”

S.M. diz que teve sorte, pois o criminoso já vinha agindo nos bairros Bom Fim e Moinhos de Vento, assaltando e estuprando advogadas e dentistas, sempre com hora marcada. “Sou uma mulher grande, tenho 1,73m, isso contribuiu para ele não continuar naquela tentativa de violência.” “Paulo” desistiu e trancou S.M. no banheiro, ordenando que ela ficasse mais 40 minutos em silêncio. Cinco minutos depois de deixar o local, ele já havia sacado os R\$ 3 mil da sua conta em um caixa eletrônico da Azenha.

Com o susto, S.M. perdeu momentaneamente a voz.



O Grito, de Edvard Munch

Precisou quebrar o vidro da janela com o cabo de uma vassoura para que os vizinhos ouvissem e chamassem a Brigada Militar. Durante uma semana, S.M. não conseguiu dormir. “Fiquei em hipervigilância, não conseguia nem fechar o olho. Quando fechava, abria em seguida num sobressalto.” Sair também era impossível: “Foram

uns 15 dias só em casa, nem na janela eu conseguia ir.” As primeiras saídas foram acompanhadas pela irmã, que levou S.M. até o escritório – hoje fechado.

O tratamento começou em março de 2001, no Serviço de Psiquiatria do Hospital de Clínicas, e inclui remédios e psicoterapia. “Durante uns seis meses, eu só dormia com tranqüilizantes. E tinha pesadelos direito. Acordava, voltava a dormir e tinha pesadelos de novo, mesmo quando deitava à tarde.” S.M. sofreu ainda momentos de pânico: não andava de ônibus nem de lotação, evitando ainda elevadores e outros ambientes fechados. “Me dava até ânsia de vômito nos ônibus. Ninguém podia me olhar. Se olhassem, eu saía na corrida.”

Outra dificuldade eram as chamadas da polícia para reconhecer o assaltante. “Eu estava em tratamento, sofrendo um monte, e tive de ir quatro vezes na delegacia, mas nunca era ele. Era muito difícil, pedi para não me chamarem mais.” Até hoje o homem continua solto, e sua identidade, desconhecida.

A família também foi afetada: o filho adolescente não podia contar com a atenção da mãe e o marido passou a sustentar sozinho a casa. “No início não tinha clima para namorar, mas, graças a Deus, ele é uma pessoa compreensiva, e acabou voltando tudo ao normal.” Sem disposição para trabalhar sozinha, S.M. empregou-se, em setembro do ano passado, em um grande escritório de advocacia, onde já é chefe do departamento jurídico. “O tratamento foi minha salvação. Sem ele, até hoje eu estaria confinada em casa.” Desde janeiro, ela está tomando a dose mínima do remédio, que deve ser abandonado neste mês. “O ideal seria que todos procurassem ajuda”, conclui S.M., lamentando que algumas pessoas não consigam se tratar por falta de condições ou preconceitos.

Questão social preocupa

Em uma sociedade voltada para o consumo e com grandes níveis de exclusão, na qual se mata para roubar um tênis, é impossível falar em trauma sem considerar os fatores sociais. Seria o transtorno do estresse pós-traumático um problema mais grave para as nações pobres, onde as populações estão mais expostas a situações estressantes devido aos altos índices de violência e à miséria? Estaríamos vivendo tempos mais traumatizantes? “É verdade que a violência urbana é um fenômeno que se consolidou no Brasil”, responde o psiquiatra Flávio Kapczinski. Ele considera preocupante a crescente urbanização, a migração do campo para as grandes cidades, que aponta como uma das causas da violência.

Os fatores estressantes, contudo, sempre existiram em todas as sociedades e épocas, em maior ou menor grau. O homem das cavernas não sofria com seqüestros-relâmpago, mas havia as feras. “Diferentes momentos da história foram marcados por diferentes tipos de violência”, concorda Kapczinski. Como exemplos, ele cita ainda a escravidão e a repressão dos períodos ditatoriais.

A pesquisadora norte-americana Rachel Yehuda, uma das convidadas da XXI Jornada Sul-rio-grandense de Psiquiatria Dinâmica, também não está indiferente ao problema. Em entrevista concedida a Kapczinski, ela lembra que em muitas sociedades o trauma é parte da vida cotidiana, e a idéia de alguém se submeter a tratamento para isso “parece muito esquisita e até mesmo um luxo”. Há, entretanto, culturas que percebem a experiência do trauma como algo que requer tratamento. Nas situações em que as experiências traumáticas fazem parte do dia-a-dia, Rachel defende esforços direcionados à prevenção do trauma. Mas ela sabe que isso nem sempre é possível, restando a alternativa de tratar o TEPT de acordo com as prioridades de cada país.

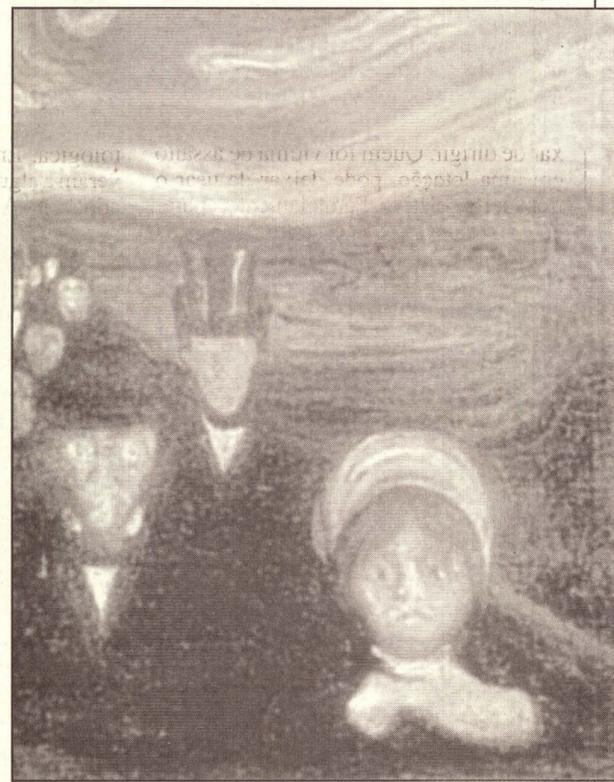
Viver em um país desenvolvido, de qualquer forma, não livra ninguém do trauma. Os atentados de 11 de setembro às torres gêmeas do World Trade Center são uma prova recente. Rachel acredita que, depois disso, mudou a noção sobre TEPT nos Estados Unidos, embora ainda não se saiba exatamente como. Ela percebe que as pessoas parecem mais abertas a falar sobre os efeitos do trauma. Ao mesmo tempo, observa uma maior solidariedade e empatia com as vítimas, já que tantos norte-americanos sofreram de diferentes modos com a exposição ao evento traumático.

Nos Estados Unidos, os atentados ao WTC criaram a expectativa de um aumento na prevalência do TEPT. Isso se deve, em parte, ao fato de que os profissionais da área de saúde mental têm cogitado o diagnóstico com mais flexibilidade. Mas também ocorre porque de fato aumentou a periculosidade e a insegurança de quem vive em grandes centros. Estudos psiquiátricos, especialmente dirigidos à questão terrorista, têm demonstrado que suas vítimas apresentam o dobro de risco que as demais pessoas de padecer algum transtorno mental.

GUERRA

Os estudos mais importantes sobre o trauma começaram justamente em função de problemas que atingiam a humanidade em grande escala: o trauma de guerra foi o primeiro a ser estudado de forma sistemática. Embora o transtorno do estresse pós-traumático seja um diagnóstico relativamente novo, definido pela primeira vez na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Psiquiátrica Americana, em 1980, trabalhos significativos começaram a ser realizados durante a I Guerra Mundial.

Foi o conflito de 1914-1918 que levou Freud a retomar o tema, que já havia abordado em seus estudos sobre a histeria, ressaltando a importância da intensidade dos estressores e da ausência de descargas apropriadas. Ainda durante a I Guerra, Freud integrou as dimensões psíquica e ambiental, concluindo que tanto a



Ansiedade, de Edvard Munch

constituição do indivíduo quanto as experiências estão relacionadas com o trauma. A II Guerra Mundial motivou novos estudos, assim como os problemas enfrentados por prisioneiros de campos de concentração e por veteranos da Guerra do Vietnã. O crescimento no interesse pelos traumas causados por desastres naturais, violência ou acidentes graves é bem mais recente.

Quanto à repercussão de um trauma em pessoas que não enfrentaram diretamente o problema, ainda há incertezas. “Sem dúvida, o estresse tem uma propagação social. O quanto isso pode levar a um quadro de TEPT, não se sabe”, diz Kapczinski. Mas já foi comprovado, acrescenta, que vítimas de violência grave às vezes passam vivências ou mesmo sintomas para os familiares. Um exemplo disso é o caso de filhos de pessoas que estiveram em campos de concentração. Muitos deles sonham e sofrem *flashbacks* apenas pela força das experiências que os pais relataram.

O psiquiatra cita ainda os estudos de Rachel Yehuda sobre a forma como o trauma é transmitido através de gerações. Todas as pessoas são afetadas na convivência com vítimas de experiências traumáticas, diz a pesquisadora, de forma comparável ao tabagismo passivo. A resposta do indivíduo exposto ao trauma afeta a todos os membros da família, principalmente as crianças. Ela exemplifica: se alguém foi torturado por uma figura de autoridade, como os SS na Alemanha, não seria surpreendente se seus filhos norte-americanos se tornassem mais desconfiados da polícia. Em artigo sobre o tema, o psiquiatra Geraldo José Ballone afirma que as vítimas diretas ou indiretas (familiares, testemunhas) da violência correm um risco de desenvolver algum transtorno emocional em torno de 60%, enquanto a porcentagem da população geral tem este mesmo risco reduzido a 20%.



Programa Petrobras Artes Visuais premia projeto do IA

●SONIA TORRES
Jornalista

O projeto apresenta como proposta o levantamento, catalogação e sistematização da obra e dos documentos deixados pelo artista plástico Iberê Camargo. Paralelamente, o incentivo de R\$ 500 mil permitirá a organização de sua obra e a criação do museu

Mônica Zielinsky, professora e especialista em Teoria, Crítica e Catalogação da Obra de Iberê Camargo, do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS, recebeu o prêmio de incentivo do Programa Petrobras Artes Visuais destinado a projetos selecionados para o ano de 2002. Intitulado *A Genealogia da Obra de Iberê Camargo: documentos, pesquisa e arte*, o projeto é coordenado por Mônica e propõe a elaboração de inventário, identificação, documentação, informatização, conservação e armazenamento de obras e documentos do artista, falecido em 1994. Esse empreendimento recebe o respaldo de um convênio firmado entre a UFRGS e a Fundação Iberê Camargo.

O projeto também pretende realizar uma pesquisa sistematizada para a reconstrução da proposta artística de Iberê Camargo, além da formação de recursos humanos para atuar em diferentes áreas a serem implementadas no Museu Iberê Camargo. O resultado dessa pesquisa constará de um CD-ROM e de uma exposição com o acervo do artista. Em sua segunda seleção, o Programa Petrobras Artes Visuais atua no círculo da arte contemporânea brasileira, contemplando sua produção, reflexão, distribuição e assimilação no Brasil e no exterior. Até outubro de 2001, foram cadastrados 536 projetos, sendo 11 selecionados.

Mônica também é orientadora de Alexandre Demétrio, vencedor do prêmio Jovem Pesquisador, do Salão de Iniciação Científica e Feira de Iniciação Científica, com a pesquisa realizada no Centro de Documentação do Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS. O trabalho intitula-se *Produção Artística Contemporânea Investigando Centros de Informação em Arte no Brasil*, e revela um levantamento de vários centros de documentação no Rio Grande do Sul, que trabalham com a produção contemporânea. "Foi um projeto sobre documentação de Arte Contemporânea que tem algumas ligações com o projeto Iberê, mas é um pouco diferente. Esse trabalho iniciou com a comparação das áreas de documentação, com a arte contemporânea. Como documentar uma arte que é efêmera, desmaterializada e extremamente diversificada em suas propostas? Não tem parâmetros para se classificar. É um desafio, impossível de cercar da maneira tradicional."

DESEJO DO ARTISTA

Através de convênio firmado entre a UFRGS e a Fundação Iberê Camargo, desde outubro de 2000, a pesquisadora Mônica Zielinsky faz a catalogação de documentos e obras de Iberê Camargo. "Foi a única maneira que encontrei para poder conciliar a Universidade, que adoro e que é a minha casa, com a Fundação. É bom para a comunidade, é bom para a Fundação e é importante para a UFRGS. É o trabalho da Universidade que dá o suporte teórico e conceitual que eu posso levar para a comunidade, além dos muros da Universidade."

Com o objetivo de preservar o patrimônio artístico deixado por Iberê, a Fundação Iberê Camargo foi fundada em 1995, exatamente um ano após a morte do artista. De acordo com Mônica, "ele sempre manifestou vontade de que aquelas obras fossem preservadas de alguma forma". Com suporte da Fundação, será inaugurado o Museu Iberê Camargo, que dentro de aproximadamente dois anos estará funcionando, como um dos maiores centros culturais da América Latina, como um museu monográfico (em homenagem a um artista só), mas que trabalha com obras de outros artistas contemporâneos e que tenham afinidade com o artista principal. Como em um centro cultural de grande porte, haverá sete grandes sa-



Obra de Iberê Camargo terá museu próprio

las de exposição, que abrigarão exposições internacionais e nacionais, restaurantes, biblioteca, centro de pesquisa e projetos culturais de teatro e cinema.

"Tudo começou quando fui convidada, em abril de 2000, para fazer uma exposição na Fundação, que se chamou *Caminhos de uma Poética*", conta Mônica. Nessa exposição, a pesquisadora procurou mostrar todo o processo criativo do artista. "Houve muita aceitação da própria Fundação e do público. E, em seguida, recebi convite para fazer o *catalogue raisonné* da obra completa do Iberê Camargo, que é um empreendimento muito grande, que vai tomar, penso, quase os anos da minha vida. A Petrobras foi algo que aconteceu nesse percurso porque, com a catalogação, começamos a ver que esse trabalho era suporte para várias atividades que o futuro Museu vai precisar."

Segundo Mônica, a pesquisa propõe caminhos para ações educativas do futuro museu, para a formação do centro de documentação e pesquisa, para a aquisição de acervo de biblioteca, além de ações curatoriais. "Minha equipe e eu fizemos o projeto visando essas ações futuras. Mas, ao mesmo tempo, ele dá subsídios para o próprio trabalho de catalogação. Fazemos um trabalho pensado e não meramente técnico. Esse é o ponto principal do projeto: vincular um trabalho que seria somente técnico a um pensamento que acontece sistematicamente. Por exemplo, nós trabalhamos fotos do Iberê, mas pensamos como o fotógrafo pensou a questão de fotografar a obra e por que fotografar aquela obra, qual o Iberê daquele ângulo, qual o significado simbólico de cada documento, o que é notícia de jornal comparada com os escritos que ele manifestou sobre as suas obras e os resultados são comparados com as obras."

Parte dessa documentação está exposta na Fundação, com esboços, desenhos e escritos do artista que, segundo Mônica Zielinsky, é apenas

uma pequena mostra de materiais que ele utilizou, além dos muitos cadernos de anotações, diários, charges, bilhetes. "Descobrimos um mundo de objetos fechados em caixas de sapato empoeiradas. Dentro de uma das caixas, encontramos uma proposta dele, de palavras cruzadas utilizando os nomes de Vasco Prado e Xico Stockinger. São dados curiosos que, juntos, vão reconstituindo todo um pensamento." A pesquisadora conta que examinar os guardados do artista possibilita o conhecimento da maneira de pensar de Iberê. Mas esses documentos somente têm sentido se vinculados à sua produção. "Nós calculamos a existência aproximada de 7 mil obras, no mínimo." Somente no acervo da Fundação existem 224 óleos, 3 mil desenhos e guaches, 354 gravuras, além de desenhos de cenários, fantasias, desenhos sobre seda e pintura sobre outros suportes, como folhas de bananeira. "Há coisas incríveis, como tapeçarias, cerâmicas e *outdoors* que ele fez."

TRABALHO DIFÍCIL

Mônica considera que a parte mais difícil desse trabalho é a catalogação das obras do artista que estão espalhadas por galerias, museus e colecionadores. "Existe um legado imenso do Iberê, porque ele produziu arte durante 55 anos. Às vezes ele criava mais de uma obra em um só dia. Há uma vasta produção espalhada pelo Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, mas também no exterior." Mônica Zielinsky costuma chamar seu trabalho de rastreamento: "É um trabalho quase de detetive mesmo". Isso porque o processo de catalogação inicia pela procura das obras, partindo de colecionadores, verificação de endereços e entrevistas com os proprietários para saber se estão disponíveis para que sejam catalogadas. "Um colecionador indica outro e então nós vamos rastreando essa teia enorme, que vai pelo Brasil todo. Onde eu vou, vejo obras do Iberê, nas casas das pessoas. Estamos rastreando por todos os lados."

Muitos dos registros são fornecidos pela viúva

de Iberê, "que é uma colaboradora inestimável". De acordo com a pesquisadora, "o problema é que ela tem os registros dos primeiros compradores e, para catalogar, temos que buscar o histórico de todas essas obras. Aí está a dificuldade, pois precisamos procurar várias pessoas que nem sempre detêm todas as informações, para que as coleções sejam encontradas".

PROCESSO DELICADO

A catalogação inicia com a identificação da obra, momento em que lhe é dado um número de tomo, determinado pelo tipo de obra. Por exemplo, gravuras são identificadas como "ogr", datadas e numeradas. Depois são preenchidos à mão dados como: título, dimensões, data, local, assinatura, inscrições na frente ou no verso, que, em seguida são fotografados. Também são examinadas as condições de conservação e a necessidade de restauro. "Em equipe, fazemos a reflexão daquele meio, ou seja, se for gravura, nós pensamos a gravura e no que ela é hoje e no sentido que a gravura teve para o Iberê."

Depois de preenchida completamente, a ficha é posta de lado para que no final a pesquisadora faça a descrição. Conforme Zielinsky, esse é o trabalho mais difícil e penoso. "Tem que ser feito por uma só pessoa, envolve comparações entre as obras, exige muitos cuidados e um vocabulário controlado, pois estará disponível na Internet." Já foi catalogada parte das obras de pintura, e o trabalho com a gravura já está quase terminando. Na parte da pintura foi realizada uma exposição completa, há pouco, na Galeria Bolsa de Artes de São Paulo, com algumas das 75 melhores obras de Iberê.

Para a pesquisadora, o cerne do projeto apresentado para a Petrobras estava em demonstrar como pode ser feito um trabalho técnico com pesquisa. Na sua opinião, esse é o ponto que foi valorizado pela comissão e "foi por isso que ganhamos o prêmio. Normalmente, as pessoas fazem uma coisa ou outra. Nossa proposta uniu as duas coisas. Então, vamos fazer com isso um CD-ROM e uma grande exposição que será, talvez, a da abertura do museu, com várias leituras. Tem uma proposta simultânea; integraremos os documentos às obras e mostraremos o acervo de uma forma organizada, incluindo um catálogo. O prêmio privilegiou a exposição e o CD-ROM, mas nós faremos um catálogo", avisa.

INCENTIVO

O valor é um incentivo de, aproximadamente, R\$ 500 mil. Basicamente será usado para a manutenção da equipe, parte da montagem de exposição, suporte bibliográfico, viagens de entrevistas, aprimoramentos de formação de toda a equipe, no Brasil e onde houver centro e grupos importantes, além de catalogar fora do Estado. Quanto às obras que estão fora do Brasil, Mônica diz que ainda existem registros que ficarão para uma segunda etapa, apesar de já existirem estratégias para o trabalho. A equipe é composta por formandos da UFRGS e por mestrandos. Na fase inicial do trabalho atuavam três alunos, Luciano Zanetti e Lisiane Cardoso, do Instituto de Artes, e um bolsista de Iniciação Científica, Alexandre Demétrio. Mais duas pessoas, fizeram trabalho voluntário, na época: Gilca Vargas e Roseli Tesche.

Mônica considera que esse trabalho é importante para a cultura do país, pois é a arte como questão da cultura, uma vez que cerca uma produção que precisa ser conhecida e que é extremamente expressiva e arrojada da arte brasileira, constituindo-se em fonte para outras pesquisas. "Certamente estimulará novas teses e dissertações sobre Iberê, permitindo aos pesquisadores o estudo de períodos importantes da arte brasileira que ele atravessou, como por exemplo: figuração e não-figuração; os anos 50 e 60; seus momentos de ruptura com o próprio trabalho. Construir a concepção de que a arte não é um objeto de decoração, mas que tem uma função social e que deve ser levada a público, estudada e aprofundada, são coisas importantes para o conhecimento da arte. E quem melhor do que a UFRGS para estimular esse tipo de trabalho?"

A razão da pesquisa reside também na certificação da autenticidade das obras. Os colecionadores terão certeza de que o que eles têm em casa é Iberê Camargo, obras que no mercado alcançaram valores muito altos, principalmente após a morte do artista.

PROFESSOR FERNANDO ANDACHT:

“Big Brother é um marco mundial na programação de TV”

●ADEMARVARGAS DE FREITAS
Jornalista

Todo mundo malha os reality shows. O professor e pesquisador uruguaio Fernando Andacht não. O papel do pesquisador não é julgar e sim compreender os fenômenos que estuda. Para ele, o Big Brother é uma tentativa de, olhando o outro, entender-se a si próprio. E, por isso mesmo, é um marco na programação da televisão mundial, que a partir de agora se dividirá em dois períodos: antes e depois de Big Brother

O professor Fernando Andacht, 48 anos, está em Porto Alegre desde fevereiro e vai ficar um ano, pesquisando o fenômeno Big Brother no Brasil, promovendo seminários, lecionando no Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Fabico, e escrevendo um livro sobre os *reality shows*. No dia 26 de março ele deu a aula inaugural do programa, com o tema *Entre o real e o virtual, o sonho da comunicação*, no auditório da Escola Técnica de Comércio da UFRGS. Dias antes, concedeu entrevista ao Jornal da Universidade.

A pesquisa sobre a nova mania mundial de espiar a vida dos outros através do vídeo, começou em Montevidéu, com a programação que a TV uruguaia importa da TV argentina. Prosseguiu com o que captou via cabo na versão dos *reality shows* apresentados em países europeus. E agora chegou às versões brasileiras apresentadas pela Globo e pelo SBT, em especial o Big Brother. “Pesquise e ensino sobre o impacto do *reality show* no mundo inteiro. Me interessa muito a região e como isso vai ter impacto na vida cotidiana, na cultura de todos os dias. Quero fazer analogias e diferenças entre as diversas versões.”

Falando um portunhol desenvolvido durante anos de escuta de música brasileira, o professor uruguaio começa por refutar a idéia de que a mídia é inimiga da cultura. Ele acha que, pelo contrário, a mídia é parte dinâmica da cultura. E que, mesmo considerando que há interesses comerciais, antes de relacionar televisão com dominação devemos relacioná-la com interação, porque os temas que a TV apresenta são justamente aqueles pelos quais o telespectador já demonstrou interesse, já escolheu.

Ele diz que é impossível compreender a sociedade moderna sem prestar muita atenção na mídia. E que não se pode mais virar a cara para a televisão, como faziam os intelectuais. “É preciso compreender que a mídia faz parte do nosso cotidiano: vai tomar outras formas, vai se estender para a Internet, para o celular, mas vai ficar.” Portanto, em vez de falar sobre dominação ou lavagem cerebral, é mais próprio falar de interação, embora exista uma guerra de interesses comerciais por temas que dão mais ibope, mais dinheiro.

E, para exemplificar, usa uma expressão rioplatense: “A mídia de hoje é como um *cambalache*, um desses biques onde se vende de tudo, da Bíblia ao aquecedor. Daí podem sair maravilhas, como as grandes obras da modernidade, mas também desastres, alienação. Esse é o desafio dos pesquisadores da comunicação: compreender, não tanto julgar e condenar, como faziam os padres da Idade Média.”

MACDONALDIZAÇÃO

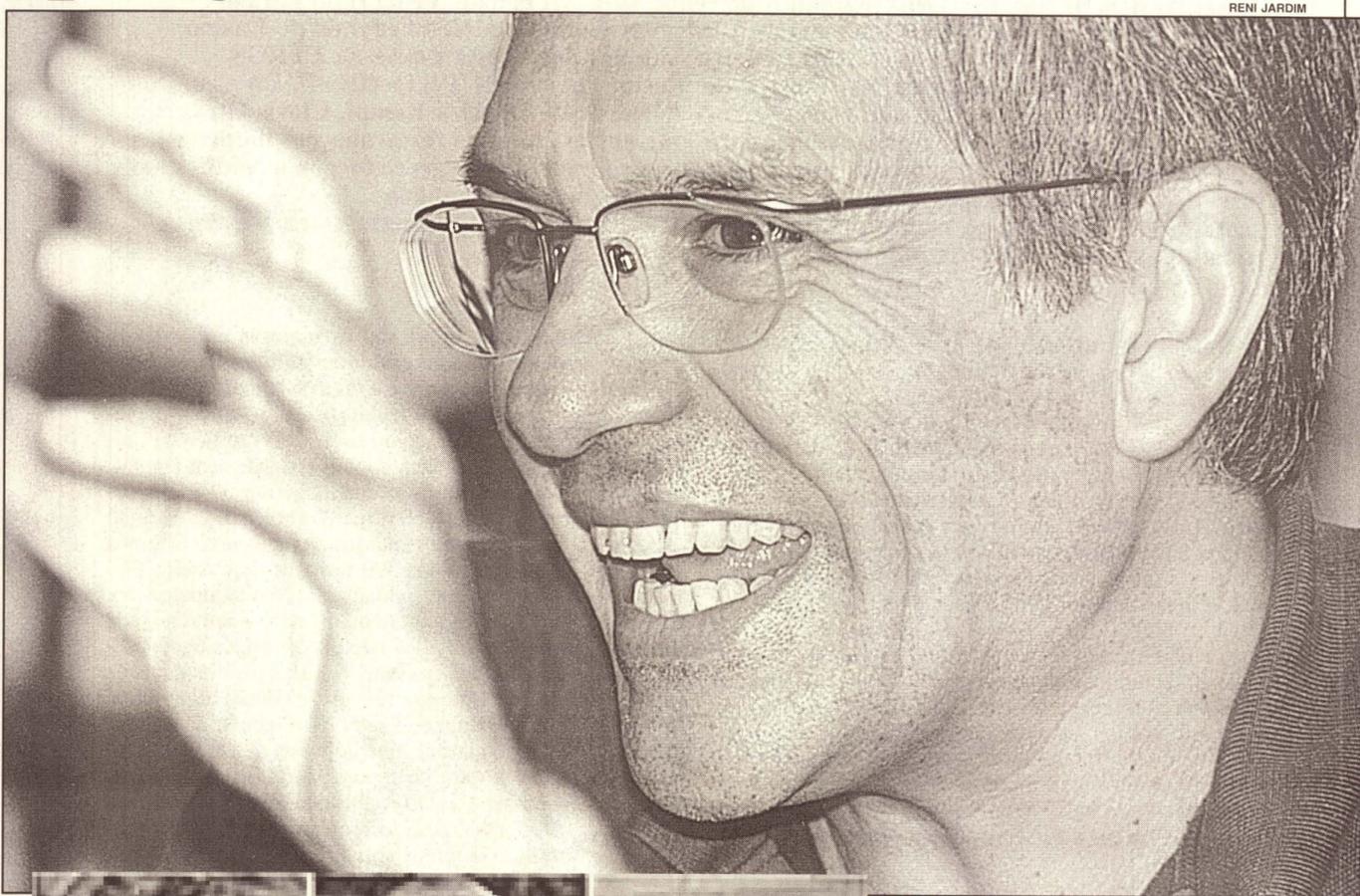
Andacht diz que no ano passado se produziu uma “pequena revolução” com o surgimento do programa *Gran Hermano*, versão argentina do Big Brother. “O nome está em castelhano, mas é exatamente a mesma criação da De Mol Products, do holandês John De Mol, esse *franchising*, esse sistema de vender uma idéia ou produto comercial como se vende hambúrgueres, uma espécie de macdonaldização do mundo.”

No primeiro semestre de 2001, o programa apareceu na TV uruguaia em segmentos de meia hora, três vezes ao dia, de segunda a sexta-feira. O bombardeio foi tão intenso que um colega ligou para Andacht, à meia-noite, para dizer que estava desesperado: a cada vez que ligava a televisão, dava de cara com o *Gran Hermano*. “Nesse momento, eu próprio estava assistindo ao programa. Então pensei: preciso pesquisar isso.”

Ele vê grandes diferenças entre o fenômeno ocorrido na Argentina (com enorme repercussão no Uruguai) e o que está vendo no Brasil. “O *Gran Hermano* está para o Big Brother Brasil mais ou menos como o tango está para a MPB. Na Argentina é muito mais lacrimoso, um melodrama, no sentido vulgar. Aqui é mais dentro do estereótipo que nós, dos países do Prata, fazemos do povo brasileiro: mais alegre, mais físico.”

Mas melodrama também existe no programa brasileiro. “Ontem foi a primeira vez que pude observar uma cena de catarse coletiva dentro da casa, quando eles mesmo indicaram Estela para ser eliminada. É engraçado, aqui se fala em indicar, mas na Argentina se diz nominar, o que é paradoxal: nominar é o ato de apresentar os candidatos ao Oscar do cinema americano, mas neste caso quer dizer excluir.”

Para dar uma idéia da popularidade que o *Gran Hermano* alcançou no Uruguai, o professor conta que, quando os participantes visitaram Montevidéu, sofreram um assédio tão grande que foram obrigados a sair pela porta dos fundos de um restaurante. “Todo mundo queria tocar nesses heróis do nada, nesses heróis efêmeros, como definiu o jornalista francês Ignácio Ramonet, de *Le Monde Diplomatique*.”



RENI JARDIM



Andacht (acima) e os finalistas do BBB: Kléber (o vencedor), André e Vanessa.

Essa gente que vem do nada voltará ao nada depois de algum tempo, com algumas exceções. “Acho que, do ponto de vista cultural, etnográfico, algo está acontecendo que vai ter toda uma série de desenvolvimento no futuro: qualquer um hoje pode ser famoso, pode ficar no centro da telinha e ser modelo de alguma coisa.”

O PRIVADO JÁ MORREU

Andacht considera que os intelectuais, inclusive professores de comunicação, podem achar totalmente grotesca essa idéia de exibicionismo, de voyeurismo, de estar espiando. “Pedro Bial, o apresentador do Big Brother, diz ‘Vamos dar uma espiadinha’, fazendo piada com a idéia, normalmente terrível, de olhar a vida íntima dos outros.”

Esse é, justamente, o segundo tema da pesquisa do professor uruguaio: a barreira entre o público e o privado está mudando rapidamente. “Essa idéia de que o que acontece na casa de alguém é privado já morreu. Agora temos essa nova possibilidade de ver pessoas que se desesperam para ser olhadas, para ser fiscalizadas, espiadas. Então, eu não compactuo com essa idéia de que estamos diante de um ato de voyeurismo ou de exibicionismo.”

Ele considera que os tipos são escolhidos previamente. “Pode-se descrever o Big Brother como uma espécie de gigantesco *casting*, que agora se tornou mais explícito, com outros programas do gênero, como *Popstar* e *Operación Triunfo*, exibidos na Espanha, e que servem para selecionar cantores. “Mas, quando a produção seleciona os integrantes, vai dar preferência àquilo que a sociedade já escolheu como interessante. É como o telejornal. Por que mostra pouca ciência e muito escândalo sexual ou político, como foi o caso da Roseana Sarney? E se juntar o escândalo político com o escândalo sexual, como o caso Bill Clinton/Mônica Lewinski, melhor ainda.”

Mas ele adverte: não se deve demonizar a mídia por esse motivo. “Antes da mídia moderna, eletrônica, a sociedade já selecionava, por exemplo, o homem forte, o Hércules, que, sozinho, era capaz de realizar as maiores tarefas. Então, de um determinado ponto de vista, nada mudou sob o sol.”

Andacht destaca outro ponto que está mostrando pelo elenco dos *reality shows*, mais no Big Brother Brasil que na Casa dos Artistas, onde há gente famosa, como a Tiazinha e a Joana Prado. “Acontece que as pessoas já se graduaram na televisão. Citando seu colega, o pesquisador de comunicação José Luiz Braga, da Unisinos, Andacht diz que existe uma oposição bem forte entre educação (que é uma coisa formal, como aqui na Universidade) e aprendizagem (que acontece o tempo todo, na rua ou diante da TV).

Para o pesquisador, esses jovens são os graduados, gente que passou toda a sua vida na frente da televisão e agora está devolvendo tudo o que a televisão lhe deu. E não apenas fisicamente: tem o gesto, a expressão, a linguagem, a forma de agir. “Quer dizer, antes, o estúdio de televisão era o lugar fixo, fechado, onde estavam os profissionais. E o público, imenso, a famosa maioria silenciosa, estava fora, olhando, passivamente. Hoje, o que faz a televisão? Chama, faz um apelo a essa gente que já escuto bastante, já olhou bastante para ter assimilado totalmente esse roteiro.”

PURA TELEVISÃO

Andacht acha que já se pode dizer que moramos numa teleferra, num globo cheio de aparelhos de televisão por toda parte, nos aeroportos, residências, bares, banheiros. E o que era a Bíblia oral na Idade Média, o que era a catedral, é hoje esse contínuo fluxo de imagens e sons, como descreve o pesquisador Raymond Williams. “A televisão não tem programas, tem programação. Quer dizer, é um fluxo contínuo: séries, entretenimento, Programa do Ratinho. E a própria publicidade já faz parte do todo, não se pode separar mais. Acho que, pela primeira vez, estamos assistindo à televisão pura.”

Para o professor, o Big Brother e programas semelhantes oferecem é o sonho da televisão: falar só da televisão. “O telejornal ainda nos dá a idéia de que a televisão sai pelo mundo, vai longe, vai ao Afeganistão, vai ao Fórum Social Mundial em Porto Alegre falar da antiglobalização. Mas o Big Brother é o velho sonho da televisão, como as primeiras telenovelas, que eram produzidas no ambiente fechado dos estúdios. Agora temos também um mundo totalmente fechado: a televisão falando da televisão através desta geração televisiva. É um mundo perfeitamente circular e ideal. Porque cada minuto de Big Brother é uma publicidade quase perfeita da televisão. É algo que é produzido pela televisão e para a televisão.”

Segundo Andacht acabou a ficção de mostrar o mundo lá fora. E, para exemplificar, cita a publicidade que a Phillips fazia de seus aparelhos de TV 30 anos atrás, dizendo que eram uma janela para o mundo. “Agora a televisão está olhando para dentro, a piscina, a delícia. Como perguntava o Sívio Santos para um dos participantes da Casa dos Artistas: ‘Por que quer sair se aí você tem tudo?’ Num artigo que estou escrevendo agora, comparo a casa com uma espécie de éden, o paraíso judaico-cristão, o *kindergarten*, porque é um lugar de inocência. No momento em que Adão e Eva comem o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, perdem a inocência e têm que ir embora.”

THE TRUMAN SHOW

A Casa dos Artistas e a casa do Big Brother são uma espécie de paraíso, compara Andacht. “Isto foi fantásticamente mostrado no filme *The Truman Show*. Foi como uma profecia, pois o filme foi feito antes que Big Brother virasse programa. Truman quer dizer “homem verdadeiro”, e o lugar onde ele vive se chama *Seahaven*, quer dizer, refúgio marinho, ou seja, é o útero, lugar líquido, perfeito. Truman quer fugir, mas lhe dizem que não tem ponte, não tem comunicação com o exterior, só pode ficar aí.” Mas, o professor faz uma ressalva: “Isto que estou falando não é necessariamente uma crítica ou condenação contra o último engano, o ópio do povo, como se falava antes. Eu acredito que isso é a nova televisão.”

Andacht ilustra essa nova TV com um exemplo vindo da Espanha, onde o Big Brother teve um sucesso estrondoso, só superado por *Operación Triunfo*. “Meio brincando, um colunista do jornal *El País*, de Madri, se perguntava por que o povo espanhol tinha tanto mau gosto, e fazia comparações com a televisão inglesa ou francesa, onde ainda se pode ver — como aqui, na TV Educativa — uma mesa de entrevista com intelectuais.

Em seguida, ele mesmo respondia: “É que isto é democracia: as pessoas estão totalmente condenadas a sua liberdade. Na Inglaterra ainda existe uma aristocracia, e a França tem uma elite ainda prestigiosa, mas na Espanha isso já sumiu, e agora podemos escolher nossas próprias cadeias.”

Mas, afinal, o que procuram os telespectadores ao assistir ao Big Brother? “Aí está o título da minha aula: entre o real e o virtual, o sonho da comunicação. Mas, o que é o sonho? Sonho é a imaginação de alguém, como John De Mol, que pega uma figura terrível e controladora, como o Big Brother do livro *1984*, de George Orwell, inspirada no autoritarismo nazista e estalinista, e a transforma num paraíso, um *kindergarten*, onde todo mundo é como criança e não tem nada pra fazer. O que é o real? É isso que as pessoas procuram como *testemunho* último, que o coração bata mais rápido. Um exemplo é o Kléber, chorando como um menino porque a concorrente foi eliminada (com a ajuda dele), ou, mais uma vez chorando, porque perdeu sua boneca.”

Andacht diz que, mais que espiar, o *reality show* é um modo de buscar a certeza de si mesmo, num mundo tão complexo, onde a economia parece ser a rainha, e os presidentes são como bonecos. “Ao olhar este elenco, que é um pouco a Comédia Humana, de Balzac, acho que a motivação básica é: olhando o outro, poder me compreender. Poder fazer sentido num mundo que cada vez fica mais complexo, mais cheio de tecnocracia. Então, o que era a Bíblia, o que era a religião forte, da Idade Média e da Idade Clássica, é hoje a televisão, e mais concretamente o *reality show*, uma procura da certeza de si mesmo. E mais que olhar artistas, agora estamos olhando pessoas comuns, como nós, que agem sem ter certeza de que estão sendo olhados naquele momento. Qual é o rosto último? Como é a última máscara?”

O professor Fernando Andacht considera que esse é o motor que John De Mol teve o gênio de capturar com sua imaginação para criar isto que, ele acredita, vai continuar a se desenvolver muito nos próximos anos. “O *reality show* não vai sumir, vai tomar outras mecânicas, mas sempre à procura da realidade, justamente no momento em que é mais difícil conhecer o real. Afinal, o que está acontecendo hoje no mundo? O que era amigo dos Estados Unidos agora é inimigo mortal. Os grandes desastres, como o de 11 de setembro, desafiam a nossa compreensão, enquanto os habitantes deste pequeno paraíso do *reality show* representam uma tentativa de compreender o que está acontecendo comigo, que vivo, como eles, a vida de todos os dias. Por isso, para mim, a programação de TV se divide em antes e depois do Big Brother.”

CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS

“A universidade precisa ser vista como patrimônio social”

A poucos dias de terminar seus mandatos de reitor da Universidade Federal do Paraná e de presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos esteve na UFRGS proferindo palestra sobre “Sistema Federal de Ensino Superior – Perspectivas”. Do seu programa na cidade fez parte um encontro com Arlete R. de Oliveira Kempf, Clovis Ott e Ida Stigger, do Jornal da Universidade, para uma entrevista onde fez avaliações do presente e do passado e sugeriu alternativas para o futuro. Disse que a última greve tornou a Andifes mais forte e mais unida, declarou-se favorável “por princípio” ao ensino público gratuito, confia que, pelo menos proximamente, não haverá alteração neste sistema e alerta para o papel estratégico da universidade pública

Jornal da Universidade - Como o senhor avalia a evolução das universidades federais brasileiras na década de 1990?

Santos - Não dá para especificar a década de 90 sem falar nas de 70 e 80, porque o grande salto que as universidades públicas federais deram foi a partir da reforma de 1968-70, que instituiu, dentre outros, dois elementos fundamentais, a dedicação exclusiva e a pós-graduação. As universidades passaram a se preocupar mais com a pesquisa, com a produção do conhecimento, com a pós-graduação e qualificação. Hoje, nas universidades públicas federais, o número de doutores aumentou consideravelmente, e não apenas entre docentes, mas também entre servidores técnico-administrativos. Aumentou a titulação de mestres, doutores, e isso fez com que a universidade pública entrasse os anos 90 como uma universidade de muita qualidade. Nesses anos, a universidade se defrontou, e tem se defrontado, com o que nós chamamos de “modernização do país” e, portanto, a “modernização da universidade”, com a disseminação, por exemplo, da informática.

“A universidade sem autonomia é lenta, pesada, não pode planejar, não tem como buscar, como se flexibilizar, fica bastante limitada”

JU - Atualmente, quais são os maiores entraves ao desenvolvimento da universidade pública brasileira?

Santos - O primeiro deles é a falta de autonomia. A universidade sem autonomia é lenta, pesada, não pode planejar, não tem como buscar, como se flexibilizar, fica bastante limitada. A gestão pública da universidade sem autonomia faz com que a instituição tenha enormes dificuldades nas mais diversas áreas. É o primeiro problema. O segundo é a falta de recursos orçamentários. Avançamos. Estamos em 2002, trabalhando com 500 milhões de custeio, fato inédito na história da universidade mas, em compensação, isso não é suficiente. Queramos ou não, a universidade tem suas contas de água, luz, telefone, serviços terceirizados etc., que aumentam constantemente e para os quais os recursos não vêm na mesma proporção. Então a questão é crônica. A falta de recursos é uma crise secular da universidade. E o terceiro entrave, que hoje está quase se tornando o primeiro, é a falta de reposição de quadros. Muita gente se aposentou e está se aposentando dentro da universidade. Estão saindo, tanto professores como técnico-administrativos e não temos condições de abrir concursos para reposição de quadros. Esses três pontos são fundamentais e diria que são os obstáculos que impedem que a universidade possa se tornar mais ágil, mais flexível, para que possa atingir seus objetivos mais rapidamente.

JU - Neste começo de século, e neste cenário globalizado, qual (ou quais) os maiores compromissos e as maiores tarefas das universidades públicas brasileiras?

Santos - Em uma “sociedade do conhecimento”, e se chama hoje “sociedade do bem-estar ativo”, onde o trabalho produtivo é a variável essencial, a universidade tem um papel estratégico até mesmo ao produzir conhecimento científico e tecnológico. Permite que a produção nacional avance, nos mais diversos aspectos, e isso faz com que o país não tenha só que importar tecnologia. Hoje, esse papel estratégico da universidade significa uma forma de manter a soberania do país. Investir em educação, em produção de conhecimento científico, significa se preocupar com a soberania do país. Atualmente, este é o papel fundamental das universidades. E no Brasil, nas universidades públicas, não significa que as universidades sejam todas iguais. São heterogêneas. Têm as suas diferenças, mas é fundamental que seja mantido o que é chamado de sistema federal no ensino superior. É isso que dá identidade às universidades. As universidades são heterogêneas? Sim, mas têm identidade, são públicas, são gratuitas, são de qualidade, se inserem cada vez mais numa comunidade. O papel da universidade é o de responder às demandas da sociedade. Por exemplo: permitir cursos mais adequados à necessidade do momento, novos cursos de graduação, pós-graduação, em função da própria transformação da sociedade, demanda de mercado etc. Esta é uma resposta que a universidade deve dar. É um desafio proposto à universidade perante a sociedade. E a universidade precisa ser vista pela sociedade como patrimônio seu, como patrimônio social. A universidade não pode se afastar da comunidade porque é o apoio que a comunidade lhe dá que permite a melhora contínua.

JU - Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, no dia 21 de outubro do ano passado, o ministro Paulo Renato disse que o atual sistema de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) “se esgotaria em 5 ou 6 anos”, dando a entender que o projeto do governo é introduzir a cobrança no ensino no sistema público ou privatizá-lo completamente, se reeleito for. Mencionou até a possibilidade de um modelo, em que os alunos pagariam por seu nível de renda. A cobrança do ensino resolverá o problema do financiamento das universidades públicas? Permitirá que os pobres entrem



“Há um reconhecimento do Parlamento sobre o papel da universidade pública. Acho que não estamos sabendo usar a força que temos”

ensino superior, significa investimento na universidade, vagas para docentes e servidores técnico-administrativos e expansão do sistema.

JU - Por que a defesa do sistema de ensino superior público federal é tão débil no cenário político, econômico e social, se é majoritariamente nele que se formam os líderes, governantes, empresários, políticos e profissionais que vêm decidindo a vida

deste país?

Santos - Nós temos no Parlamento um comitê de apoio e solidariedade à universidade pública. São deputados e senadores que compõem esse comitê, e ele é muito importante. Há um reconhecimento do Parlamento sobre o papel da universidade pública. Acho que não estamos sabendo usar a força que temos. Durante a greve foi feita uma mobilização e conseguimos o apoio do Parlamento para que as reivindicações fossem atendidas. Talvez a universidade não tenha valorizado essa potencialidade que tem, como instituição que produz conhecimento de qualidade. Isso é um trabalho que precisa ser feito: mostrar, principalmente à sociedade civil organizada, que a universidade é um patrimônio social. Acreditado que não tenhamos investido na potencialidade que temos e não estamos sabendo usar.

JU - O fato mais importante, ultimamente, foi a greve. Como a Andifes está se estruturando para os próximos movimentos que, fatalmente, virão?

Santos - A greve, por mais dificuldades que tenha trazido para as universidades, para a sociedade, foi um aprendizado para a Andifes. Até porque a Andifes é uma entidade que alberga reitores e dirigentes com visões diferenciadas de sociedade, mas todos interessados em melhorar as suas instituições. O saldo da greve, para nós, foi bastante positivo. A avaliação que se tem hoje é de que a participação da Andifes foi importante nesse processo. Saímos de uma postura de moderação e fomos para uma postura propositiva. Fizemos uma proposta, o que obrigou a Andes a rever a sua posição e avançar na direção de uma outra, mais flexível. A Andifes saiu fortalecida. Os reitores e os dirigentes se sentiram responsáveis pelo processo em si e pelo seu resultado. A Andifes ficou forte, assumida, portanto, em condições e com poder para enfrentar novos desafios.

JU - Mas os problemas estruturais da universidade continuam...

Santos - Continuam. Mas mudou a forma da Andifes ajudar a resolver esses problemas. Disse que está forte e unida. Uma Andifes dividida cria problemas. Estamos entregando a cada candidato a presidência da República um projeto universitário e queremos discutir com eles o que pensamos, como eles vêem a universidade, se vão manter a universidade pública e gratuita, se vão investir mais etc.. É uma função clara da Andifes para poder discutir o futuro da universidade pois, afinal de contas, um dos atuais presidentes vai ser o presidente da República, portanto, administrará esse país e terá um projeto de educação para a universidade.

JU - Em caso de vitória do candidato oficial, qual será a estratégia da universidade pública em defesa da autonomia?

Santos - Já vi o ex-ministro da Saúde, José Serra, fazer a defesa da universidade pública. Ele está identificado com o atual presidente. Este, disse que não haveria ensino pago. Está terminando o seu mandato e, realmente, nas universidades não foi implantado o ensino pago. Mas permanecemos com enormes dificuldades quanto aos recursos.

JU - Instalarão o ensino pago mas as verbas continuarão curtas?

Santos - Exatamente. Por isso é fundamental tentar resolver três grandes problemas: a questão da autonomia, os recursos para universidade e a reposição dos quadros. A universidade não pode e não enfrentará com força o seu futuro se essas questões prévias não forem resolvidas.

JU - Uma pesquisa recente sobre o interesse dos jovens brasileiros de 18 a 25 anos mostra que eles têm alto interesse de consumo, mas pouco quer saber de política. Tem muita preocupação com o futuro profissional, usam a TV como principal meio de informação e têm pouco gosto pela leitura (Pesquisa do Instituto Akatu e Indicador Opinião Pública, de São Paulo, em 9 regiões metropolitanas do País - Gazeta Mercantil, 15/03). Uma das conclusões da pesquisa é: os jovens são individualistas e não se percebem como parte de um todo no mundo. A universidade, como imenso complexo de formação científica e cultural de profissionais, pode ter alguma atuação mais específica no sentido de enriquecer a percepção dos milhares de jovens que recebe?

Santos - Não é que o jovem seja individualista. A sociedade que está posta é que o leva a ser individualista. Hoje

na universidade? Santos - A universidade pública só é de qualidade porque se mantém o preceito da gratuidade. Isso não quer dizer que não tenha que captar recursos. Tem e deve. É uma obrigação social fazer isso. Porque se ela não fizer, outras farão. A universidade precisa captar recursos, se inserir cada vez na comunidade, com a sociedade produtiva, seja patronal, seja de trabalhadores. A universidade tem que estar

na frente, prevendo o futuro, dando dimensões. E isso não implica comprometer a gratuidade. Eu não vejo captação de recursos como oposição à gratuidade. A universidade tem que ter controle social sobre isso. Por outro lado, ao fazer essas observações, o ministro considera que a universidade vai ter que enfrentar, mais adiante, a discussão sobre a gratuidade. Não adianta vulgarizar a questão da gratuidade no sentido de defender a universidade, simplesmente por defender. A gratuidade está vinculada à questão da qualidade. O que transparece é, exatamente, a obrigação do estado em manter a universidade, entendendo que investir em educação é algo fundamental.

“As universidades públicas não têm condições de abrir vagas para vestibular, até porque aumentam cada vez mais as demissões dos docentes e não há reposição de quadros”

tar na frente, prevendo o futuro, dando dimensões. E isso não implica comprometer a gratuidade. Eu não vejo captação de recursos como oposição à gratuidade. A universidade tem que ter controle social sobre isso. Por outro lado, ao fazer essas observações, o ministro considera que a universidade vai ter que enfrentar, mais adiante, a discussão sobre a gratuidade. Não adianta vulgarizar a questão da gratuidade no sentido de defender a universidade, simplesmente por defender. A gratuidade está vinculada à questão da qualidade. O que transparece é, exatamente, a obrigação do estado em manter a universidade, entendendo que investir em educação é algo fundamental. Por princípio, sou contra o ensino pago. Mesmo que houvesse um ensino pago, nas condições em que a nossa população está, não poderia pagar uma mensalidade muito elevada. Isso não significaria nada em relação ao que nós precisamos. Chegaríamos aos 10% do custo da universidade e isso não seria nada. Não vale a pena todo um esforço em privatizar, implantar um ensino pago na universidade se isso traz problemas quanto à qualidade. Portanto, é uma questão de princípio. Sob um ponto de vista bem prático, não traz recursos necessários para a manutenção da universidade. Hoje, nas universidades privadas, a inadimplência é muito grande. Chega a 30, 40%. A população não tem condições de pagar. Por exemplo: 30% das vagas dos vestibulares das universidades privadas não foram preenchidas. E é plano do governo, dentro de 10 anos, colocar 30% da população de 18 a 24 anos na universidade, seja pública ou não. O Brasil é “lanterninha” na América Latina quanto à população de 18 a 24 anos no ensino superior. Nós temos apenas 12% dessa população nas universidades públicas e privadas.

JU - Como ilustração, compare a outros países... Santos - ...22% da Bolívia, 24% do Chile, o Canadá com 40%...

JU - Como o governo poderia colocar esses jovens entre 18 a 24 anos na universidade?

Santos - Não poderia, agora. As universidades públicas não têm condições de abrir vagas para vestibular, até porque aumentam cada vez mais as demissões dos docentes e não há reposição de quadros. As condições de trabalho são bastante difíceis. E nas universidades privadas, onde a população tem que pagar, há essa enorme inadimplência.

JU - Qual é a saída?

Santos - A saída é expandir o ensino superior público, permitindo que mais vagas sejam oferecidas à população.

JU - Mais vagas implicam mais financiamento...

Santos - O compromisso do governo é o de melhorar a universidade. Esse plano não será atingido nem em 20 anos, diante da atual situação. Então, levar a sério o futuro do

JU - E o que significa, para a universidade, não ver perspectiva no futuro?

Santos - Para as pessoas um pouco mais maduras, olhar o futuro com tanta insegurança significa voltar ao passado, ver as experiências de então. Aprender com essas experiências é como uma espécie de lenitivo quando se trabalha com o futuro. Afé que está o papel da universi-



“O Brasil é ‘lanterninha’ na América Latina quanto à população de 18 a 24 anos na universidade”

dade. O seu cotidiano é um espaço de formação da cidadania. Mas de uma cidadania que reconheça a tradição como importante, que mostre os problemas futuros aos jovens e que também os ensine a enfrentá-los. É importante não só a formação em sala de aula, mas a formação extra-classe, com atividades, as mais diversas possíveis, para que o jovem possa ter uma formação mais cidadã. A universidade resolve os problemas constituídos num espaço de formação de cidadania.

JU - Qual tem sido a contribuição das universidades federais brasileiras na construção de uma comunidade universitária latino-americana?

Santos - Esta é uma questão de identidade, isto é, de discutir as identidades latino-americanas. Mas esta discussão tem que passar a questão das nacionalidades. Não dá para entrar numa discussão sobre latinidade sem uma discussão sobre questões étnicas, religiosas e de nacionalidades, senão não se avança na busca de uma identidade latino-americana. Deve ser pensado algo maior que é a identidade da América Latina. Por exemplo, no caso das universidades, o exemplo da universidade pública brasileira é muito importante. O exemplo de um professor com dedicação exclusiva, o exemplo da avaliação da pós-graduação, que a maioria dos países latino-americanos não tem. Vejamos o caso da Argentina: neste país estava se construindo um processo de vinculação do docente com a universidade através da dedicação exclusiva mas, com a crise que irrompeu, isso acabou. Nós sabemos a importância da dedicação exclusiva, em termos de universidades latino-americanas, na manutenção da universidade pública.

JU - Quais são as ações prioritárias a serem desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras que podem contribuir para a integração e do desenvolvimento da América Latina?

Santos - Nós temos uma série de associações como a Associação das Universidades Grupo Montevidéu, da qual a UFRGS e a Federal do Paraná fazem parte. Uma das ações é fazer com que os intelectuais participem mais das discussões sobre as questões e problemas ligados à América Latina. Além disso, apoiar cada vez mais os encontros e incrementar convênios de intercâmbio entre as universidades públicas e as universidades da América Latina. Aproximá-las cada vez mais. Enfim, são ações perfeitamente plausíveis e que devem ser desenvolvidas.

Esef tem uma proposta para sedentários e obesos

Crianças e adolescentes de Porto Alegre estão cada vez mais obesos por causa da alimentação inadequada e da falta de exercícios físicos. É o que mostra uma pesquisa realizada pela equipe do Projeto Esporte Brasil, desenvolvido pela Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Projeto Esporte Brasil, desenvolvido na Escola de Educação Física (Esef), faz parte do Centro UFRGS de Excelência Esportiva. Esse trabalho levou dois anos para ser concluído e fez um mapeamento do comportamento de 2.000 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 16 anos.

Segundo Adroaldo Gaya, coordenador do Projeto, algumas informações levantadas durante a pesquisa são preocupantes, porque revelam novas tendências e comportamentos da vida moderna. O estudo indica que 15,8% dos meninos e 26% das meninas estão com sobrepeso ou obesidade, ocasionados por alimentação incorreta e falta de atividade física. Na periferia, 81,9% dos meninos e 92,4% das meninas não têm acesso à prática esportiva. O problema também atinge a classe média alta: 35% dos meninos e 46,7% das meninas não praticam esportes. Jogar uma pelada com os amigos, soltar pipa ou andar de bicicleta são atividades que competem com os produtos eletrônicos, cada vez mais modernos e fascinantes.

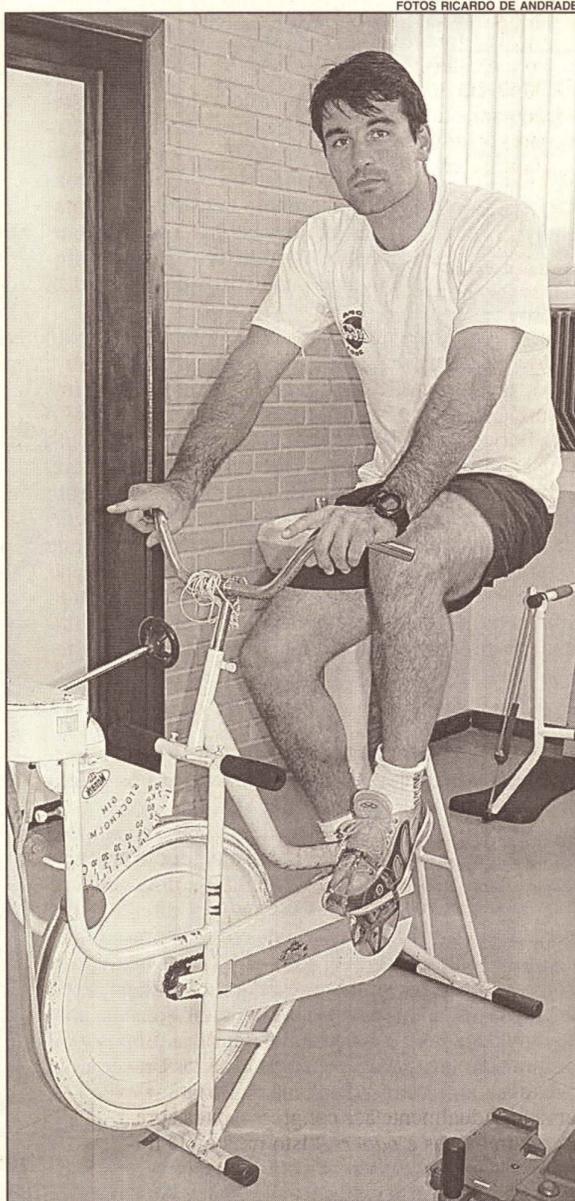
A violência nos grandes centros urbanos também contribui para essas estatísticas, fazendo com que as brincadeiras em casa sejam mais seguras. O estudo aponta, por exemplo, que 84% dos meninos e 81% das meninas passam, em média, quatro horas por dia na frente da televisão.

Para o professor Gaya, os dados devem ser olhados com atenção, pois sugerem que, no futuro, haverá um grande número de adultos obesos, sedentários e portadores de doenças hipocinéticas – provocadas por falta de movimento. “É preciso que a educação física aceite o desafio de mudar este quadro, não só aumentando a intensidade de exercícios durante as aulas mas, principalmente, incentivando alunos a terem hábitos de vida mais ativos”, diz.

O Projeto Esporte Brasil vem desenhando, desde 1999, o perfil de crianças e adolescentes de todo o país, buscando indicadores de crescimento, desenvolvimento motor, aptidão física, perfil nutricional, hábitos de vida e desempenho esportivo. “Este projeto permitirá detectar problemas, descobrir atletas em potencial e talentos até então escondidos”, diz Gaya.

O trabalho de avaliação é feito nas escolas, pelos professores de Educação Física, treinados pela UFRGS. Os testes físicos são muito simples e medem a força, resistência, agilidade e velocidade dos meninos.

A meta é, até o final de 2003, cadastrar 36 mil jovens em todo o país. No Rio Grande do Sul, já foram cadastradas 4 mil crianças e adolescentes, nas cidades de Porto Alegre, Esteio, Santa Cruz do Sul, Parobé, Arroio dos Ratos e Passo Fundo. O perfil apurado nos testes começou a ser feito, há cerca de três meses, em um banco de dados nacional elaborado pela UFRGS, facilitando a comunicação entre a rede Cenesp, as escolas de professores de Educação Física e os professores. Os dados serão encaminhados ao Ministério do Esporte e Turismo. “O governo poderá aproveitar



O atleta Fabrício Cadore utiliza equipamentos do Cenesp

essas informações para a implementação de políticas públicas”, observa Gaya. Para ele, uma das medidas que deveriam ser adotadas pelos governos é a criação de locais para prática de atividade física de lazer, como praças e parques. Além disso, aposta em programas esportivos que envolvam crianças e jovens. “É preciso democratizar as práticas esportivas de lazer”.

AVALIAÇÃO

Inaugurado em 1997, o Centro UFRGS de Excelência Esportiva é resultado de uma parceria com a Secretaria Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo e tem como meta apoiar o esporte nacional. O trabalho desenvolvido pelo Centro envolve avaliação de atletas, descoberta de talentos esportivos, elaboração de pesquisa ci-

entífica e qualificação de recursos humanos. O Centro está localizado em um prédio de 1.200 metros quadrados, dispõe de vários setores e equipamentos de última geração. Recebeu investimento de R\$ 1 milhão e 500 mil.

O Cenesp da UFRGS faz parte de uma rede nacional ligada pela Secretaria Nacional de Esporte a outras oito universidades brasileiras: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual de Pernambuco (UP) e Universidade de Brasília (UnB).

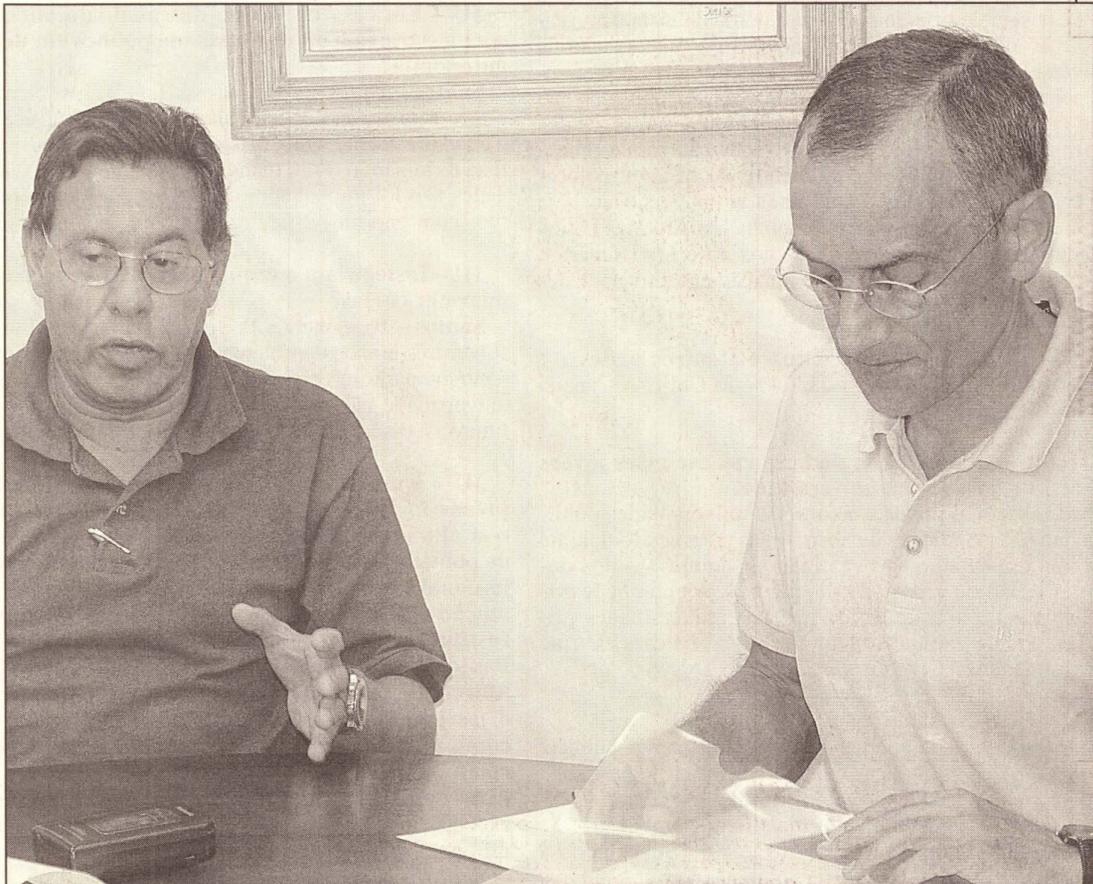
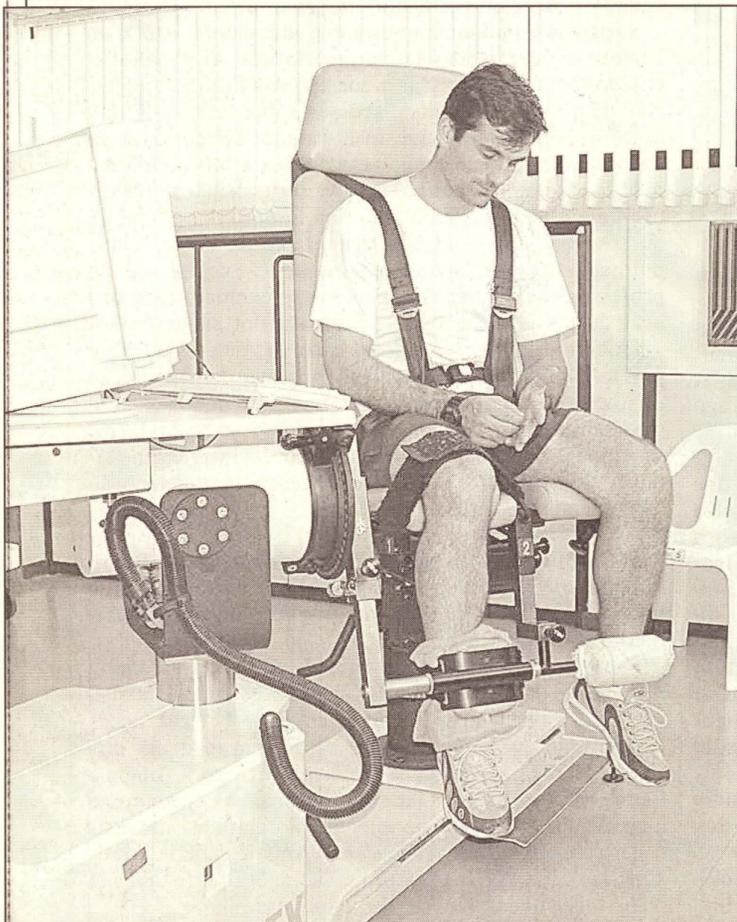
Na UFRGS, o quadro de profissionais é formado por 62 pessoas, entre professores de educação física, engenheiros, fisioterapeutas, médicos, psicólogos e alunos de graduação e pós-graduação, envolvendo mestrado doutorado e especialização. A equipe está apta a atender atletas de diferentes modalidades, como vela, judô, ginástica olímpica e rítmica, trampolim acrobático, remo, canoagem, handebol, squash e pentabol – modalidade em que o atleta corre, nada, pratica hipismo e tiro.

Todos os meses, são avaliados cerca de 60 pessoas, mas este número tende a subir. Segundo Antônio Carlos Guimarães, diretor de pesquisa de exercício e diretor do Centro de Excelência, o número de profissionais envolvidos ainda é limitado, mas será incrementado nos próximos meses com a chegada de alunos bolsistas. “A nossa estrutura física é fantástica, mas a parte de recursos humanos ainda é limitada”, avalia Guimarães.

Os atletas chegam ao Centro encaminhados por clubes ou confederações, para serem avaliados nas suas condições psicológicas, físicas e técnicas. Dependendo da modalidade, são testadas força, resistência e flexibilidade, num trabalho que leva, em média, dois dias e envolve vários setores. Na área de fisiologia, é testada a capacidade física da pessoa, que passa por uma bateria de testes em diversos aparelhos, como esteira rolante, bicicleta ergométrica ou máquina de remo. Na área de biomecânica, são avaliadas as técnicas do movimento. Lá, estão disponíveis aparelhos de última geração para testes de dinamometria, que avaliam a força do atleta, e eletromiografia, que examina a atividade elétrica dos músculos e a fadiga muscular. Ainda há as áreas de cinesantropometria (trabalho com as formas e as medidas morfológicas), fisioterapia, pedagogia e psicologia.

O Centro também passou a contar com uma câmara ambiental, instalada há pouco mais de um mês. “Só existem duas câmaras dessas em toda a América Latina”, diz Guimarães. A aquisição representa um ganho para a avaliação dos atletas, porque permite simular a capacidade de resistência em diferentes temperaturas. Assim, um atleta que for competir em outro estado ou país terá condições de adequar o tipo de treinamento e se preparar fisicamente para as competições.

Além do trabalho de avaliação, são desenvolvidos no Centro trabalhos de pesquisa pelos alunos da UFRGS. Hoje, todos os projetos de pesquisa relacionados ao esporte estão ligados ao Centro. Alguns deles já renderam prêmios no Salão de Iniciação Científica da UFRGS e servem como ponte para o mercado de trabalho. “Existe um reconhecimento da pesquisa desenvolvida pelos alunos daqui. As empresas absorvem rapidamente estes estudantes”, assegura Guimarães. (CF)



Gaya, coordenador do Projeto Esporte Brasil, e Guimarães, diretor do Centro de Excelência

Abralic tem núcleo de Documentação e Memória

O núcleo, criado na UFRGS, vai recuperar e preservar a história dessa entidade itinerante

A Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic) fundada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em setembro de 1986, nasceu com a proposta de ser itinerante. Ao longo dos seus 16 anos, percorreu várias capitais, atraiu professores, pesquisadores e alunos. Promoveu congressos, debates e encontros regionais. Mas as constantes transferências de diretoria para os diversos estados do país acabaram provocando perdas da documentação da entidade. Para recuperar e preservar sua história, foi criado na UFRGS, em agosto de 2001, um núcleo de Documentação e Memória da Abralic.

O núcleo assegurará estabilidade física à documentação existente e fará os trabalhos bibliográficos e de arquivo adequados para disponibilizá-la aos estudiosos, inclusive via Internet. O acervo ficará reunido junto à Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades, no Campus do Vale, e terá a coordenação da direção do Instituto de Letras e da direção da Biblioteca Central.

A equipe responsável pelo trabalho é formada por Sara Viola Rodrigues, diretora do Instituto de Letras; Tania Carvalhal, professora de PPG Letras, área de Literatura Comparada, vice-presidente da Associação Internacional de Literatura Comparada e primeira presidente da Abralic; Rejane Raffo Klases, diretora da Biblioteca Central da UFRGS; Patrícia Lessa Flores da Cunha, coordenadora da área de Literatura Comparada do Programa de pós-graduação do curso de Letras, Vera Maria de Araújo, bibliotecária-chefe da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades e Marco Aurélio Benites, coordenador do Núcleo de Informática da Biblioteca Central.

Hoje, a sede da Abralic fica na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). De lá, partiu a idéia de se constituir um acervo, centralizando em um só local os anais, correspondências, revistas, cartazes, folhetins, publicações, estatutos e documentos administrativos. Coube ao presidente atual, professor Reinaldo Marques, promover uma reunião, em agosto do ano passado, em Belo Horizonte, convocando representantes da entidade para definir uma sede para memória da Associação. A professora Tânia esteve presente no encontro e revelou o interesse da Universidade em abrigar o acervo. Um ofício foi entregue à UFMG mostrando o interesse da UFRGS em candidatar-se e implementar um projeto. A proposta foi aceita.

Segundo Sara, as boas condições da Universidade ajudaram a somar pontos na hora da escolha. A UFRGS tem uma área física consolidada, cursos de mestrado e doutorado, linhas de pesquisa e professores trabalhando em literatura comparada. "Além destes fatores, houve um resgate sentimental e afetivo, porque a Abralic foi fundada aqui. É uma espécie de retorno às origens. Além de preservado, este acervo será difundido", diz Sara. "Já havia um entendimento prévio de que a UFRGS poderia arcar com esta responsabilidade. Temos um grupo grande de professores trabalhando e isto nos deu condições de pleitear a guarda do acervo. Também temos uma biblioteca bem-estruturada que nos dá suporte técnico e acadêmico. Isto contou pontos a nosso favor", avalia Patrícia.

Depois de muitas reuniões entre os profes-

sores, começou o trabalho de coleta dos dados, em novembro de 2001. O grupo está fazendo contatos com todos os ex-presidentes da associação, em diferentes regiões do Brasil. A cada dois anos, uma nova diretoria é formada em uma universidade, assegurando o caráter itinerante da entidade. "A mudança de dois em dois anos tem o objetivo de que a associação ganhe uma representatividade nacional, favorecendo o rodízio e incrementando o número de associados", diz Tania. A estratégia deu certo. "A Abralic é hoje o maior encontro de literatura do país", comemora Patrícia.

IDÉIA VEM DE PARIS

A Associação tem cerca de 1000 associados e reúne pesquisadores de outros países, como França, Estados Unidos, Japão, Canadá, Argentina, Holanda, Uruguai e Chile. O intercâmbio com outras culturas se dá pelo vínculo que tem com a Associação Internacional de Literatura Comparada, com sede em Paris.

Foi num dos encontros promovidos pela Associação Internacional, na capital francesa, em agosto de 1985, que quatro professores decidiram criar uma associação no Brasil. O XI Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada se realizou nas salas da antiga Sorbonne e reuniu um grande número de especialistas de todo o mundo. Entre os brasileiros, estavam Eduardo Coutinho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Neide de Faria da Universidade de Brasília (UNB); Idelette Muzart dos Santos, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Tania Carvalhal, da UFRGS. Juntos, acharam que chegara a hora de incrementar os encontros de literatura no país.

A idéia se concretizou um ano depois, durante o I Seminário Latino-americano de Literatura Comparada, realizado no mês de setembro, na UFRGS, com a participação de comparatistas europeus e latino-americanos. "A meta da associação é fortalecer linhas de pesquisa, possibilitar uma mobilização nacional e institucionalizar aquilo que era feito de forma espontânea pelos pesquisadores. Na prática, isso incide também na criação de disciplinas nos currículos acadêmicos", conta Patrícia. Ela lembra que até a criação da associação os professores trabalhavam de forma isolada. Os profissionais iam individualmente aos congressos para apresentar seus trabalhos e *papers*. "Isso mudou. O trabalho passou a ser institucionalizado. Passamos a ter uma linha de pesquisa com representantes, segmentos e de alcance nacional", explica.

A Biblioteca Setorial de Ciências e Humanidades já tem uma grande quantidade de documentos da Abralic que será anexada aos novos, à medida que forem chegando. A partir de junho, será colocada na Internet contendo parte deste acervo e disponibilizando o material a todos os interessados. A data foi escolhida a dedo. Um grande número de pesquisadores estará participando de um encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Linguística e Letras (Anpoll), em Gramado. "Achamos que este é um excelente momento para a divulgação do nosso trabalho", avalia Tânia.

Além da guarda do acervo, a equipe também pretende promover eventos. O primeiro já tem data marcada. O seminário se realizará no primeiro semestre letivo de 2002 e terá a presença da professora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP/IEB) Heloisa Belotto, como palestrante. (CF)



Livros que já fazem parte do acervo do Núcleo

Alunos do Direito são afegãos em evento que simula ser a ONU



Maitê, Tâmara, Rafael, Thomas e Tales

O Brasil foi escolhido para sediar, pela primeira vez, um evento que atrai estudantes de todas as partes do mundo. A 11ª edição do World Model United Nations (WorldMun) – uma competição que simula a Organização das Nações Unidas (ONU) – se realizou entre os dias 23 e 28 de março, em Belo Horizonte.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi selecionada para representar o Afeganistão e foi a única universidade gaúcha a fazer parte da competição. Sete alunos do curso de Direito entre o 4º e o 8º semestres, fizeram parte da delegação. Estiveram presentes mais de 800 delegados de cerca de 60 países de 5 continentes envolvidos.

O encontro é promovido anualmente pela Harvard University, dos Estados Unidos. Este ano, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais foi selecionada para ser a anfitriã do encontro. Durante quatro dias, foram realizados debates e discussões em vários comitês e agências da ONU, incluindo a Corte Internacional de Justiça, a Assembléia Geral das Nações Unidas e o Conselho Econômico e Social.

Ao todo, foram 14 comitês e 28 temas abordados, como: crise da Chechênia, globalização de desenvolvimento, racismo e formas de discriminação, genocídios, intervenções militares para defesa de direitos humanos, questão da tuberculose, testes científicos e médicos em cobaias humanas. A língua oficial da competição foi o inglês. Houve prêmios para as melhores delegações e para delegados.

É a primeira vez que essa competição ocorre fora da Europa. As duas últimas edições se realizaram em Istambul, na Turquia, e em Atenas, na Grécia. A mudança de roteiro para a América Latina serviu para proporcionar a participação dos países latino-americanos e africanos, antes sem nenhuma representatividade. Vários eram os entraves, como distância e os custos com passagem, estadia e alimentação.

A UFRGS foi representada pelos estudantes Maitê de Souza Schimitz, Rafael Barreto Garcia, Ricardo Medeiros de Castro, Tâmara Joana Biolo Soares, Tatiana de Campos Aranzovich, Thales Gonçalves Della Giustina e Thomaz Francisco Silveira de Araujo Santos.

BRASILEIROS-AFEGÃOS

O grupo foi formado em novembro do ano passado e a partir daí começou a

fazer reuniões semanais para estudar e analisar o cenário político do país escolhido. "Os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos foram o motivo principal para nossa escolha", conta Maitê. Uma das preocupações do grupo foi deixar de lado a visão ocidental. Maitê explica: "Passamos a olhar o mundo, na medida do possível, com olhos afegãos", diz Rafael. Os estudantes sabiam que as atenções de todos os países estariam voltadas para eles. "As pessoas queriam saber o que o Afeganistão tinha a dizer até porque se trata de um governo novo, interino. Fomos um prato cheio", conta Tales. As reuniões também serviram para dar uma unidade de posição ao grupo. "Assumimos a posição da soberania do povo do Afeganistão, que é representado pela administração interina, aprovada e implementada pelas próprias Nações Unidas. Além disso, fomos contrários ao regime Taleban", conta Thomaz.

Segundo ele, dois fatores motivaram a UFRGS a participar do encontro. O primeiro foi o fato da competição se realizar no Brasil. O interesse e a paixão dos componentes por relações internacionais foi um motivo a mais. Tanto que seis deles, com exceção de Tâmara, fazem parte de um grupo de pesquisa CNPq-Mercosul e Direito do Consumidor, coordenado pela professora de Direito Claudia Lima Marques.

Para Rafael, participar de um evento como esse é um ótimo exercício. "A competição estimula a pesquisa e permite a argumentação das idéias", diz. O intercâmbio cultural entre as centenas de jovens das mais diversas nacionalidades também foi positivo. "Foi impressionante a riqueza deste encontro, que reuniu pessoas com visões de mundo e realidades diferentes, discutindo temas que dizem respeito a todos nós, como os direitos humanos", diz Tâmara. "Estiveram presentes centenas de acadêmicos. Isso possibilitou o fomento e a troca de idéias", avalia Thales.

A Universidade já participara de um evento similar ao WorldMun. Em julho de 2001, duas delegações com 12 integrantes, representando o Canadá e a Argentina, estiveram no America's Model United Nations (Amun), em Brasília. Nele estiveram presentes Maitê e Thomaz, que acabou ganhando o prêmio de melhor delegado na comissão de Direitos Humanos. (CF)



PATRICIA HAUBERT

Gaúcho vence concurso de música nos Estados Unidos

O violinista gaúcho *Cármelo de los Santos*, 25 anos, formado em Música pelo Instituto de Artes da UFRGS, com mestrado na Manhattan School, de Nova York, e doutorado na Universidade da Geórgia (EUA), venceu no dia 18 de março o concurso promovido pela Associação Norte-americana de Professores de Música, em Cincinnati, Ohio. Cármelo foi o primeiro entre centenas de músicos concorrentes após participar de semifinais por regiões. É o primeiro brasileiro a conquistar esse prêmio, que lhe renderá também uma quantia em dinheiro, a gravação de um CD e contratos para turnês pelos Estados Unidos, acompanhado por orquestra.

Farmácia está pronta para parcerias

FOTOS RENI JARDIM

●CARLA FELTEN
Jornalista

O potencial da Faculdade de Farmácia da UFRGS para a formação de parcerias com o setor produtivo e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento do setor de medicamentos foram os principais focos de atenção do 2º Seminário de Pesquisas da instituição, promovido dias 26 e 27 de março. Atualmente, 80% dos 40 professores da faculdade estão envolvidos com projetos de pesquisas. O mesmo acontece com 188 alunos, de um total de 530 estudantes de Farmácia matriculados no primeiro semestre de 2002 – o que representa 33%

Ao reunir profissionais de dentro e de fora da UFRGS para debater o que vem sendo feito no setor farmacêutico, a Universidade buscou a aproximação com empresas, uma relação que ainda é bastante tímida no Rio Grande do Sul, como reconhece a diretora da Faculdade de Farmácia, Valquíria Linck Bassani. “A missão da Universidade é diferente da função da indústria farmacêutica, mas os caminhos de ambas podem se encontrar. A indústria se resente de inovações. E é nesta interface que se pode estabelecer uma parceria relevante no desenvolvimento de produtos.”

O interesse das empresas – especialmente em São Paulo – pelos pesquisadores universitários começou em 1997, a partir da criação da lei de patentes. “A maioria das empresas são de pequeno e médio portes. Por isso, não dispõem de recursos e precisam do apoio das universidades”, diz o professor Jorge Guimarães, do Instituto de Biotecnologia da UFRGS, que durante o seminário falou sobre o tema Interação Universidade e Empresa na Área Farmacêutica – Oportunidades, Desafios e Perspectivas. Guimarães vê o setor industrial farmacêutico brasileiro como um mercado que oferece muitas oportunidades de trabalho, por ser grande e se tratar de uma indústria limpa, que não agride o meio ambiente. O Brasil é hoje o sexto mercado mundial, com produção totalmente voltada ao mercado interno e, segundo ele, tem chances de subir no ranking mundial. “O país pode se tornar um dos maiores parques industriais do mundo e um grande exportador de fitoterápicos [medicamentos produzidos a partir de plantas medicinais]”, aposta.

Para chegar a isso, ele tem uma receita: forçar as multinacionais a promoverem pesquisas feitas por pesquisadores brasileiros. Além disso, sustenta que é preciso despertar o interesse das agências de fomento e da Anvisa, acordar as empresas nacionais para a importância de parcerias e criar, com o apoio do governo, projetos que obriguem as empresas a fazer contribuições para um fundo que estimule a interação universidade-empresa. Guimarães aposta também no melhor aproveitamento da biodiversidade brasileira e na criação de programas de pós-graduação em farmacologia básica, para qualificar recursos humanos.

PERFIL

No Rio Grande do Sul, atuam 29 empresas de fabricação de medicamentos, das quais 28 estão envolvidas numa pesquisa feita pela estudante Maria Aparecida Cunha Pereira, autora de um trabalho de mestrado em Ciências Farmacêuticas. Nesse estudo, ela traça um perfil da indústria farmacêutica no Estado, o que até então não se tinha. Das 28 empresas pesquisadas, 20 estão localizadas em

Porto Alegre, cinco na Grande Porto Alegre e as demais se distribuem pelo Estado.

Os dados levantados por Maria Aparecida foram apresentados durante o seminário pelo professor Pedro Ros Petrovick, um dos orientadores do trabalho, junto com o professor Paulo Mayorga Borges. A pesquisa revela que 53% das empresas farmacêuticas gaúchas produzem só medicamentos; 39%, além de medicamentos, fabricam também alimentos; e 18% manipulam também cosméticos. Das 28 entrevistadas, 7,4% são consideradas microempresas, com faturamento de até R\$ 0,12 milhões ao ano; 52% são pequenas empresas, que faturam anualmente entre R\$ 0,12 milhão e R\$ 1,2 milhão; e 42% são de médio porte, com faturamento anual variando de R\$ 1,2 milhão a R\$ 15 milhões.

Essas empresas empregam 1.231 pessoas, o que equivale a 2,4% da mão-de-obra farmacêutica em atividade no Brasil. Segundo Petrovick, o nível de escolaridade desses trabalhadores vem aumentando. De 1992 para cá, o analfabetismo entre eles caiu de 0,8% para 0,4% e o índice dos que alcançaram o nível médio aumentou de 26% para 46%. Em seu trabalho, Maria Aparecida apurou que 0,7% das pessoas que trabalham na indústria farmacêutica tem pós-graduação. “Este é um dado totalmente novo, que demonstra uma melhoria nos recursos humanos”, avalia Petrovick.

O governo do Estado contribui com as pesquisas na área farmacêutica oferecendo bolsas para isso. Por meio da Fapergs, vem patrocinando no momento oito bolsas de iniciação científica para alunos da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Ao todo, são mantidas



Abertura oficial do 2º Seminário de Pesquisa da Faculdade de Farmácia

1.500 bolsas no Estado, em diferentes segmentos e instituições. Segundo o diretor científico da Fapergs, Dalcídio Moraes, que participou do seminário, os investimentos do governo em pesquisa vêm crescendo nos últimos anos. Em 2000, foram aplicados R\$ 12 milhões e em 2001, R\$ 18 milhões. Para este ano, estão previstos R\$ 20 milhões. “A tendência é que esses valores aumentem”, promete Moraes. “Eventos como este seminário são importantes porque mostram ao governo o grande número de pessoas que podem se beneficiar.”

QUALIDADE

É na área de controle de qualidade dos produtos farmacêuticos que tem se dado a interação entre empresas e a faculdade. Um impulso importante será dado a partir do segundo semestre, quando começa a funcionar na UFRGS o Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos (CDTF). Apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade, o Centro terá uma estrutura de incubação de projetos elaborados em conjunto com a indústria farmacêutica. Trabalhará também com o desenvolvimento de projetos pontuais.

“Esse trabalho deverá reverter na melhoria das condições de ensino e de pesquisa da Faculdade de Farmácia. É um passo importante para estabelecer parcerias na área do medicamento, que faz parte do planejamento da Universidade para interação com a sociedade para transferência de tecnologia”, diz Valquíria,

a diretora da faculdade. “Vamos disponibilizar essa estrutura para os laboratórios do Sul do país e possibilitar a competitividade através do lançamento de novos produtos”, acrescenta Teresa Dalla Costa, coordenadora da Comissão de Pesquisa (Compesq – Far).

Outro avanço da Faculdade de Farmácia para uma aproximação mais estreita com a indústria farmacêutica é a criação do Núcleo de Investigação Clínica de Medicamentos (Nuclimed). Formado pelo Centro Bioanalítico de Medicamentos, sediado na Faculdade de Farmácia, e pelo Centro de Pesquisa Clínica, sediado no Hospital de Clínicas, o Nuclimed inicia as atividades no segundo semestre. Será o primeiro laboratório a realizar o estudo de bioequivalência de genéricos completo, incluindo estudos clínico, analítico e estatístico. “Unir o CDTF com o Nuclimed possibilitará a disponibilização de uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos inédita no Brasil”, comemora Teresa.

Uma grande fonte de pesquisas está nas plantas medicinais, que dão origem aos medicamentos fitoterápicos. “São poucos os grupos que trabalham com este segmento no Brasil. Daí um dos méritos da UFRGS, que investiga o tema inserido no programa de pós-graduação”, diz Valquíria. Em toda a superfície terrestre, existem cerca de 250 mil a 350 mil espécies vegetais – e a maior biodiversidade é abrigada pela Floresta Tropical. Mas apenas 15% a 17% delas têm o seu potencial terapêutico estudado. (CF)



O Seminário debateu o que vem sendo feito no setor farmacêutico

Escola Técnica lança curso inédito de Metrologia

O diretor de Metrologia Científica e Industrial do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada, esteve em Porto Alegre para proferir a aula inaugural do Curso de Metrologia – nível básico no dia 22 de março. Inédito no país, o curso da Escola Técnica da UFRGS tem 30 alunos em sua primeira turma. A aula inaugural reuniu cerca de 80 pessoas no auditório da Escola Técnica, entre alunos, professores e convidados.

Ao longo de 360 horas/aula, sempre às sextas e sábados, os alunos vão estudar fundamentos de metrologia; metrologia aplicada (relações comerciais, saúde, meio ambiente e segurança do cidadão); fundamentos de metrologia química; qualidade, tratamento e aquisição de dados; fundamentos de direito e legislação; gestão integrada em saúde e segurança do trabalho. Especialistas do Inmetro serão responsáveis pelas aulas teóricas e práticas, viabilizadas graças a parcerias com os laboratórios de metrologia da Escola de Engenharia da UFRGS e do próprio Inmetro.

Grande parte dos estudantes já trabalham em alguma área relacionada à metrologia, buscando agora a especialização que antes não era oferecida. Mas há quem esteja fazendo o curso por ter planos de entrar neste mercado, que está se expandindo. As oportunidades de trabalho se encontram tanto na iniciativa privada – indústrias, laboratórios de qualidade, laboratórios de análises clínicas – quanto em instituições públicas de saúde e segurança – com equipamentos para medir pressão arterial, termômetros clínicos, dispositivos de controle de velocidade (pardais) e de medição de teor alcoólico (os etilômetros, popularmente conhecidos como bafômetros).

Paralelamente ao curso, a Escola Técnica está lançando o Portal Metrologia (www.nmead.ufrgs.br/metrologia), outra iniciativa inédita. A página reúne informações gerais sobre metrologia, acessíveis a qualquer pessoa, e conteúdos exclusivos para alunos, por meio de senha. No portal, os estudantes poderão encontrar não apenas os conteúdos abordados ao longo do curso, mas também informações sobre eventos e material disponibilizado pelos professores.

A primeira turma deve concluir as aulas entre agosto e setembro deste ano, e já há planos para um segundo grupo. “Os telefones não param de tocar”, informa a diretora da Escola Técnica, Iara Richter, entusiasmada com a grande receptividade. Fundada em 1909, a Escola oferece 12 cursos de educação profissional, dirigidos a alunos com o Ensino Médio concluído. (LC)

Faça como dona Carmen: recorde os bons tempos contribuindo com os Prédios Históricos da UFRGS.

Dona Carmen Cauduro Oliveira, fiscal do INSS aposentada, contribui com os Prédios Históricos da UFRGS “em primeiro lugar, porque sou porto-alegrense; também, porque minha geração estudou e se divertiu nos salões daqueles prédios; e, por fim, porque meu marido Álvaro formou-se em Direito na UFRGS”.

Se você, por algum motivo, também recorda os bons tempos olhando os Prédios Históricos da UFRGS, peça seu carnê ou débito em conta à Secretaria do Patrimônio Histórico e doe o que puder.

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Salão de Extensão supera expectativas na terceira edição

Podendo ser considerado como uma vitrine, o 3º Salão de Extensão da UFRGS foi sucesso de público em todas as atividades. Em sua última edição, de 17 a 20 de março, registrou um recorde em participação, tanto da comunidade interna como do público em geral, conferindo em torno de 2 mil certificados de participação, emitidos pela Pró-reitoria

Como arte de um projeto acadêmico que envolve Ensino, Pesquisa e Extensão, as ações da UFRGS refletidas na sociedade já constituem um trabalho há muito consolidado e respeitado pelas comunidades interna e externa. A demonstração disso fica clara durante os salões de Extensão, onde são apresentadas todas as atividades desenvolvidas pela Universidade, desde a primeira edição, ocorrida em 1999. O 3º Salão de Extensão, trouxe este ano o tema *Identidade e Diversidade*, escolhido desde o início de seu planejamento, no começo de 2001. O Salão teve o resultado esperado e superou as expectativas, tanto em número de trabalhos inscritos (178), quanto à presença de público. Muito positivo, de acordo com o pró-reitor de Extensão e coordenador do evento, Fernando Meirelles, foi também o entendimento que a própria comunidade interna da UFRGS demonstra em relação à atividade extensionista. "Vários diretores têm manifestado satisfação com as atividades do Salão, com a qualidade das ações propostas e, principalmente, com o seminário e suas palestras."

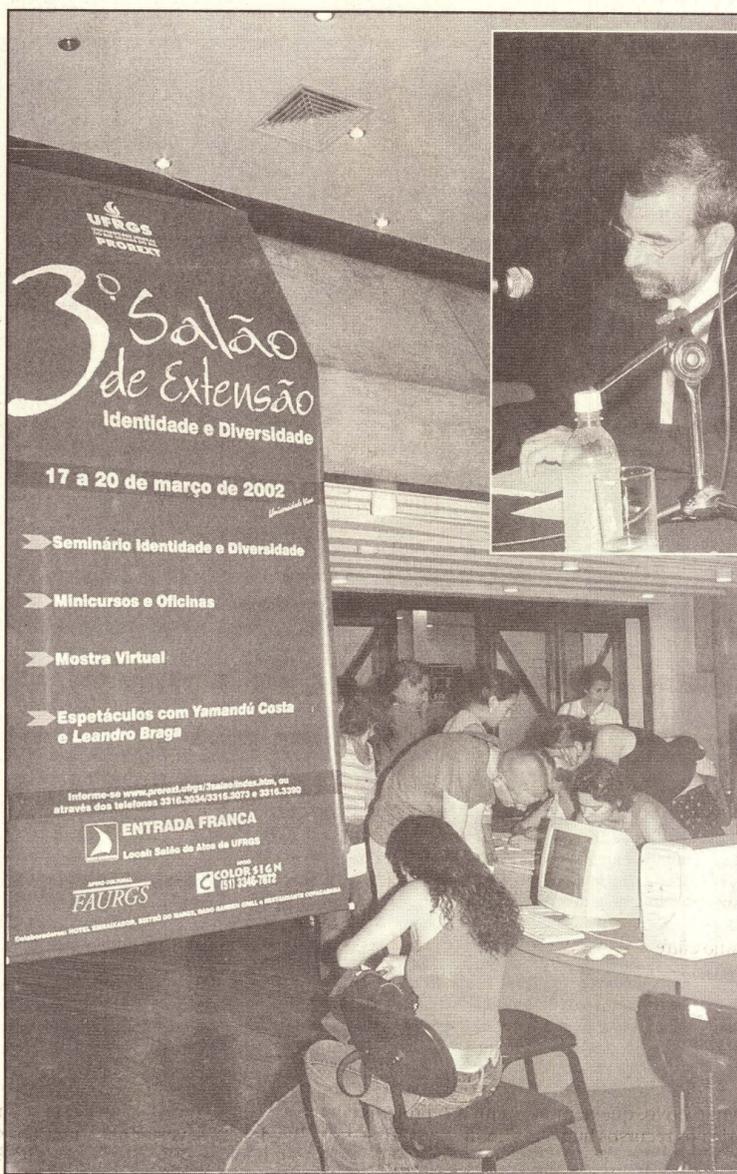
Segundo o pró-reitor, nessa terceira edição foi discutido o item de uma seqüência que interessa especialmente para a ação extensionista. "O primeiro Salão explorou o tema *Universidade e Sociedade*, o segundo tratou de *Conhecimento e Mudança Social*, sendo que foi desenvolvido um foco especial por esse terceiro tema, porque foi discutido com a comunidade extensionista, através de suas Comissões de Extensão (Comex) e por todos os membros da comissão científica do salão, composta por Blanca Brites (Instituto de Artes), Cláudia Boetche (Departamento de Difusão Cultural/Prorext), Francisco Marshall (Museu Universitário/Prorext), Jane Tutikian (Instituto de Letras), Lovois de Andrade e a arquiteta Maria da Conceição Scussel, ambos do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Jepe)."

SEMINÁRIO

Fernando Meirelles ressaltou a importância das conferências, que atraíram um grande público, durante os três dias. No primeiro, a conferência *Identidade e Diversidade* proferida pelo antropólogo e professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Gilberto Velho, lotou o Salão de Atos II. O antropólogo trouxe, de maneira acessível, reflexões sobre as identidades como estratégia para todas as áreas de Ciências Humanas, integrando preocupações de ordem sociocultural com as de ordem mais individual, possibilitando e exigindo uma perspectiva interdisciplinar.

Formação Interdisciplinar foi a segunda conferência, apresentada pelo professor de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine Ribeiro. Para esta conferência, realizada no Salão de Atos II, foi instalado um telão no Salão de Atos I, em razão do número elevado de assistentes. Janine Ribeiro fez uma exposição do projeto de curso interdisciplinar de graduação em Humanidades, que ele está organizando da Universidade de São Paulo. Os painelistas foram Jorge Ducatti, do Centro de Sensoriamento Remoto, Homero Dewes, do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Jorge Guimaraes, do Centro de Biotecnologia, todos da UFRGS.

No terceiro dia, o de encerramento, realizou-se a conferência *Universidade: ação cultural e social*, com o diretor do Serviço Cultural do Museu do Louvre (Paris), Jean Gallard, no Salão de Atos I, novamente superlotado. Gallard falou sobre a existência de uma obrigação cultural do Estado com relação à sociedade e manifestou sua surpresa quanto às iniciativas culturais da Universidade, um caso raro em seu país. Foram painelistas os professores Celso Loureiro Chaves, do Instituto de Artes, Edson de Souza, do Instituto de Psicologia, ambos da UFRGS, e Francisco Antônio Zancan Paz, do Grupo Hospitalar Conceição.



O Salão superou as expectativas em número de trabalhos inscritos

MINICURSOS

A proposta de oficinas e minicursos foi a grande atração, chegando a contabilizar 74 inscrições. Seis dos minicursos tiveram superlotação. Foram abertas mais vagas, principalmente nas atividades que trabalhavam com qualidade de vida para idosos e com educação infantil, como os cursos *Quem Quer Brincar? Jogos na Sala de Aula*, com a professora Tânia Fortuna, da Faculdade de Educação e *Produzir na Terceira Idade*, do Colégio de Aplicação. "Esta última oficina oferecia 50 vagas e se conseguiu ampliar para 60, mas tinha 70 pessoas na sala de aula, sendo que mais pessoas fizeram uma lista de espera para uma nova edição", comemora o pró-reitor.

Também tiveram grande procura as oficinas *Produção de Papel Reciclado*, uma proposta da Faculdade de Farmácia, que também lotou, com a professora Cynthia Ponte; *Iniciação e Interpretação Teatral, Corpo, Voz e Ação*, com a atriz e professora Ciça Reziegel, do Instituto de Artes; *Avaliação e Ação Psicopedagógica nas Dificuldades de Alfabetização, Ação Psicopedagógica nas Dificuldades de Leitura no Pós-alfabetização*, ambos com a professora Luciana Vellinho Corso, da Faculdade de Educação; *O Lúdico no Trabalho Ortográfico na Sala de Aula*, com a professora Ivany de Souza Ávila, também da Faced, e *Capacitação em Segurança Alimentar*, com o professor Miguel Medeiros Montana, do Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos (ICTA).

De acordo com Meirelles "as pessoas ficam muito admiradas pelo fato de a Universidade ter pequenas palestras e oficinas, pequenos cursos que melhoram sua qualidade de vida. Quando se diz que haverá uma palestra com um professor, muitas vezes doutor, com a participação gratuita de seus orientados, há uma surpresa muito grande". Para ele, é intensa a busca de qualidade de vida e de qualidade de trabalho, principalmente por parte de professores das redes municipal e estadual de ensino, que vêm buscar, na Universidade, soluções para o trabalho pedagógico.

Segundo o pró-reitor, foram emitidos em torno de 2 mil certificados para minicursos. No caso do seminário, receberam o documento somente as pessoas que realmente assistiram a mais de uma palestra, e que precisavam do registro. Além dessas, estavam presentes ainda, as que não se interessaram em se inscrever por não precisarem do registro, e que também participaram dos eventos.

DOMINGO NO BRIQUE

O Domingo no Brique foi uma atividade prévia de chamamento

FOTOS RENE JARDIM



Gilberto Velho, do Museu Nacional da UFRJ

para o Salão, que começou às 9h, no Brique da Redenção, no dia 17 de março. A Faculdade de Odontologia, atendeu 400 pais ensinando a correta escovação e mostrando os cuidados odontológicos para crianças desde os primeiros dentes, bem como a prevenção de cáries. A Escolinha de Artes da UFRGS participou com atividades para crianças, a Eset marcou presença com a cama elástica para despertar o interesse infantil pela ginástica, sempre orientados por estudantes, além da série de atividades aquáticas, como canoagem, *rafting* e vela utilizando o lago do parque. Caminhadas ecológicas para adultos e outras, mais divertidas para as crianças, também atraíram o público. Estiveram presentes o Observatório Astronômico Itinerante, que permitiu a observação da lua pela manhã e o Instituto de Biociências, com uma mostra de fungos, auxiliada por material fotográfico. As atividades no Brique, segundo o pró-reitor, movimentaram cerca de mil participantes.

CONCERTOS

A parte artística do Salão constou de dois concertos. O de abertura do evento, com o violonista Yamandú Costa, jovem músico gaúcho de Passo Fundo, que está começando sua carreira internacional.

De acordo com Meirelles, "tivemos uma divulgação muito boa, uma vez que a mídia entendeu o peso do artista e o que ele representa hoje para a música popular, obtendo resposta na quantidade de pessoas presentes que lotou o Salão de Atos para assisti-lo em um domingo à noite." Como declarou o pró-reitor, um número de espectadores correspondente a um Salão de Atos lotado ficou do lado de fora, obrigando a realização de uma segunda sessão. "Na primeira, além dos 1.350 lugares sentados, os corredores e as escadarias também foram ocupados, totalizando 1.500 pessoas. Na segunda, mais 1.350, atingindo um público total de 2.850 pessoas para assistir ao Yamandú Costa", enfatiza.

O segundo concerto, o de encerramento, na quarta-feira às 12h30min, foi com o conceituado pianista Leandro Braga, que toca com grandes nomes da música popular, como Chico Buarque, Emílio Santiago, Ivan Lins, Leila Pinheiro e outros. "Além disso, Leandro tem um projeto social que é o *Toca o Bonde*, que ensina música e piano para crianças e adultos do Morro Santa Teresa, demonstrando ser um artista preocupado com as questões culturais e sociais", diz. Leandro também realizou um *workshop*, na terça à noite para músicos da capital e alunos da UFRGS.

VISITA GUIADA

Os "bixos" foram recebidos com uma visita guiada para 250 calouros que vieram conhecer o Campus Central da UFRGS e os prédios utilizados para as atividades de Extensão. Depois, foram até o Planetário, onde foi realizada uma sessão especial para eles, assistiram a um curta-metragem, no Cinema Universitário, tiveram contato com os dois departamentos da Pró-reitoria de Extensão (DEDS e Difusão Cultural), viram o material da Editora da Universidade e foram entrevistados pelo Departamento de Jornalismo da Rádio da Universidade.

MOSTRA VIRTUAL

A primeira edição da Mostra Virtual apresentou os projetos de extensão registrados e inscritos em *homepages*, abrigadas no *site* da Prorext e que podia ser acessado de qualquer lugar ou nos computadores disponibilizados pelo Salão. Segundo Fernando Meirelles, houve alguns problemas técnicos com a Mostra Virtual, mas seu formato foi considerado bom, já que possibilitou economia de recursos e redução do espaço utilizado. A ilha virtual, com seis computadores, e mais um com projetor multimídia, permitiu ao aluno, dentro de seu plantão, apresentar seu trabalho. Na mostra convencional precisa haver o deslocamento físico do espectador e um grande espaço para abrigar os 178 trabalhos inscritos. A Mostra Virtual foi um ganho, porque o Salão de Extensão fica eternizado, já que o público tem acesso aos trabalhos de salões anteriores, navegando pelas áreas temáticas. (ST)



Primeira edição da Mostra Visual

CULTURA

JORGE FURTADO

“Cada vez me interessam menos pelo que chamam de *cinema gaúcho*”

• LAÍS CHAFFE

Jornalista

Um dos mais conhecidos e ativos nomes gaúchos do cinema brasileiro, Jorge Furtado demorou mais de 15 anos para chegar ao longa-metragem. Em compensação, curiosamente num ano marcado pelo duplo número dois, vem agora logo com dois, sendo o primeiro também marcado por esse número: *Houve Uma Vez Dois Verões*, que estreou em abril, e *O Homem que Copiava*, com conclusão prevista setembro, ambos produzidos pela Casa de Cinema de Porto Alegre.

A expectativa do público é grande, pois a grife Jorge Furtado está presente em curtas-metragens premiados no Brasil e no exterior, como *O Dia em que Dorival Encarou a Guarda* (1986), *Barbosa* (1988), o já clássico *Ilha das Flores* (1989), *Esta Não é a Sua Vida* (1991), *Ángelo Anda Sumido* (1997) e *O Sanduíche* (2000). Para a TV Globo, foi um dos criadores das séries *Comédias da Vida Privada* e *Os Normais*, dirigiu a minissérie *Luna Caliente* e tem escrito dezenas de roteiros, entre eles os de *Agosto*, *Memorial de Maria Moura* e *A Invenção do Brasil*.

Com um temperamento do tipo pacato, que não se estressa por qualquer coisa e adora ficar em casa lendo ou vendo TV com a família, Furtado também é autor do livro *Um Astronauta no Chipre*, lançado em 1992 e em que comparava fazer cinema no Brasil a ser violinista na Bolívia, dançarino no Paraguai ou astronauta no Chipre. Diante de tudo o que tem realizado, e dos dois longas de agora, impõe-se a pergunta: o astronauta estaria hoje mais perto de Cabo Canaveral? Ele sorri antes de responder com outra pergunta: “Pois é... Ou foi o Chipre que mudou?”.

Em entrevista ao Jornal da Universidade, da qual foram selecionados os trechos que se seguem, Jorge Furtado conta o processo de confecção dos dois filmes, comenta o Prêmio RGE/Governo RS de Cinema e a Lei do Audiovisual, fala sobre a Casa de Cinema, a televisão, o cinema gaúcho, o programa *Big Brother*. E também sobre a experiência de ter dirigido o filho Pedro Furtado em *Houve Uma Vez Dois Verões*.

OS DOIS LONGAS

“Meu primeiro longa seria *Anchieta*, uma história que comeci a escrever há muito tempo. Mas passou um pouco o momento de fazer aquela história, e adaptei o roteiro para um episódio de *Comédias da Vida Privada*. Quando estava fazendo isso, lá por 1996, comeci a escrever o roteiro de *O Homem que Copiava*. O primeiro tratamento ficou pronto há uns três anos, demorou muito, e a captação de recursos para cinema caiu bastante naquele período. Quando saiu o primeiro prêmio RGE o roteiro não estava pronto. Depois, o segundo concurso demorou dois anos para sair. Neste período, escrevi um outro roteiro para ser feito com pouco dinheiro: *Houve Uma Vez Dois Verões*. Quando surgiu o concurso do Ministério da Cultura pra filmes de baixo orçamento, ele acabou sendo selecionado. Neste meio tempo foi concluída a captação de recursos de *O Homem que Copiava*, e os dois filmes ficaram prontos para serem feitos quase que juntos. O *Dois Verões* era mais simples de fazer e tinha que ser no verão. Acabei fazendo primeiro. Os dois saem agora, mas foi um processo longo.”

HOUE UMA VEZ DOIS VERÕES

“É uma comédia, com atores jovens. Mas o social sempre entra, mesmo que eu não queira. São jovens de classe média baixa que não têm dinheiro para alugar uma casa na praia em janeiro e fevereiro, e então veraneiam em março. A praia está praticamente vazia, e eles não têm o que fazer, ficam procurando diversão. O filme é totalmente falado em porto-alegrês. Os atores são todos gaúchos, todos na faixa de 16, 17 anos, e incluíam nos ensaios coisas que eu não conhecia. Isso fica interessante, neste sentido o filme é um pouco documentário, porque retrata a linguagem de uma época, de uma geração, num lugar. Já *O Homem que*



RICARDO DE ANDRADE

“Gosto de fazer televisão, pra mim nunca foi uma coisa menor, que faço só porque me sustenta”

Copiava é com atores de fora. O Lázaro Ramos é baiano, a Adriana Mello é cariocíssima. A Luana Piovani, que a toda hora anda por aqui, é de todos a que melhor fala porto-alegrês. Desisti de tentar fazer do Pedro Cardoso um gaúcho, porque ele falando tu ia ser ridículo... Tem o porto-alegrês nos outros três, mas não no Pedro, que é um carioca. Aqui no Sul todo mundo entende tudo. Eu quero ver na Bahia... Mas acho que é um atrativo. O cinema reflete mais do que a televisão a diversidade cultural.”

O HOMEM QUE COPIAVA

“Esse filme surgiu de um personagem, André, operador de uma máquina de xerox. Enquanto tira cópias, ele lê fragmentos dos originais. Estão fazendo uma cópia de um trabalho sobre Shakespeare: ele lê duas linhas e logo vem outro original, é um trabalho de química, nada a ver com o de antes. As suas informações são fragmentos que ele relaciona das maneiras mais estranhas. Comeci querendo falar de gente como eu, jornalista, que sabe pouquinho de muito e não sabe muito de nada. É uma coisa que cada vez mais se acentua, com a Internet, o controle remoto. Há uma relação direta com o social, porque é a história de quatro personagens que não têm nenhum futuro. Ganham salário mínimo, não têm curso nenhum, mas sonham em ganhar dinheiro e mudar de vida. O grande conflito do personagem é conseguir R\$ 38,00. Quer dizer: totalmente a ver com um país onde os jovens não têm profissão nem alternativas para mudarem de vida a não ser traficando ou roubando. Ou inda embora.”

DIRIGIR O FILHO

“Foi legal. O *Dois Verões* nasceu em função do Pedro, porque ele tinha no IPA uma turma de teatro desde o primeiro ano. Ele começou a gostar daquilo, convivia com a produção de cinema desde pequeno e começou a ensaiar peças com os amigos: iam lá pra casa, pediam textos. Ao ver isso, pensei: vou escrever um roteiro para uma galera assim, para personagens dessa idade. Escrevi já pensando num papel para ele, que não é o principal, é o terceiro do filme. O Pedro é totalmente formado dentro da coisa do audiovisual, sabe tudo... Eu estava fazendo o filme e ele perguntando se o *travelling* daria pra montar com certo *close*... E eu dizia: deixa que eu dirijo...”

HUMOR

“É uma coisa mais ou menos presente em todas as minhas histórias. Talvez a exceção seja o *Barbosa*, que é baseado num conto, é uma tragédia. Mas eu procuro sempre dar às coisas um tratamento de humor, mesmo que seja uma tragédia de gente comendo sobras de porcos ou o caso de um sujeito como o Dorival, um prisioneiro, que só quer que lhe permitam tomar banho. Acho que isso é possível com qualquer tema. O humor não é relacionado com o conteúdo, mas com o teu modo de ver a coisa. A tragédia vista com distanciamento pode ser cômica.”

CURTAS

“É muito mais fácil fazer um curta, por todos os motivos. Não é que eu considere um longa mais importante. Acho que o cinema é uma indústria que tem componentes de arte. Enquanto indústria, é evidente que o valor de um longa, com sua capacidade de tirar o público de casa, de gerar receita, é muito mais importante. Mas nos aspectos artísticos, não dá para comparar. A gente não vai dizer que Guernica é mais importante que a Mona Lisa, porque Guernica tem oito metros de largura e a Mona Lisa tem meio metro. Se eu tiver oportunidade e tempo – e espero ter – pretendo continuar fazendo curtas. O curta tem um prazer específico. É um esforço concentrado, dá pra experimentar linguagens, ousar no tipo de narrativa. Mas não se sai de casa para ver um filme de 12 minutos.”

TELAS OCUPADAS

“O Brasil é o segundo país do mundo em termos de maior ocupa-

ção de telas pelo cinema norte-americano. Só perde para Portugal. Aqui, em torno de 95% das telas são ocupadas pelo cinema dos Estados Unidos. Isso é uma parte do problema. Muita gente diz: o cinema americano é bom, o brasileiro, ruim. O que é esse bom e esse ruim? É a técnica, são os efeitos especiais, é a iluminação, o som, enfim, o custo de produção que a gente percebe nos filmes. A média de produção do cinema de Hollywood no ano passado foi de 47 milhões de dólares. Esses produtos, um americano de 47 milhões de dólares, outro brasileiro de R\$ 2 milhões, custam na bilheteria os mesmos R\$ 8,00. Tem também a dominação cultural. O cinema americano, com raras exceções, é para criança. É de um enredo precaríssimo, baseado em fórmulas prontas. Esse padrão de qualidade técnica e de narrativa acaba formando um público que acha que isso é que é o bom.”

NOSSA CULPA

“Tem a nossa culpa também. Parte do cinema brasileiro, como parte de qualquer cinema, tem deficiências claras de roteiro, às vezes os filmes não são pensados para serem divididos com o público – o cara faz o filme para si mesmo ou para os amigos. Como tanto faz se vai dar bilheteria ou não, porque quase todos não dão e a produção paga todo mundo, se o filme for um fracasso... e af? Não perco nada... É diferente de quem faz um produto para televisão, por exemplo, que se não tiver audiência, não tem programa.”

TELEVISÃO

“A gente pode ter duas posturas com relação à TV: ou se lixa para ela, diz que é uma porcaria, ou diz não, a televisão é assistida diariamente por 100 milhões de brasileiros. Se a maneira de falar para o Brasil inteiro é falar na televisão, acho que não se pode abrir mão disso. De algum modo tem de ocupar o espaço. Eu gosto de fazer televisão, pra mim nunca foi uma coisa menor, que faço só porque me sustenta. Considero *Anchieta* (episódio de *Comédias da Vida Privada*, de 1997) o meu primeiro longa. Como experiência de realização, meu segundo foi o *Luna Caliente*, que era uma minissérie de duas horas e quarenta, muito maior do que um longa, feito em cinema, 35mm, uma equipe de mais de cem pessoas, uma produção grande.”

BIG BROTHER

“A TV disputa diariamente, palmo a palmo, a preferência do espectador, que muda de canal sempre que não gosta. Como ela visa ao maior público possível, piora a cada ano. As TVs sabem que qualquer pessoa se interessa por sexo ou por morte e violência e acabam correndo nessa direção. Mas é uma armadilha a longo prazo, porque todo mundo pode fazer isso. Então tu nivelas por baixo. Não é uma questão moral nem ética, mas estética. Têm muitas coisas de baixo nível na TV, mas quero fazer um parêntese: não acho que o *Big Brother* seja um caso desses. Acho uma grande idéia. O programa transforma de alguma maneira a linguagem da televisão. É uma coisa que eu nunca tinha visto. Não é à toa que esse programa, uma invenção holandesa, foi sucesso na Holanda, na França, na Alemanha. É uma dramaturgia fechada, com personagens até então desconhecidos, vivendo sua própria vida. A coisa da apelação sexual não é verdade, não tem nem cena de nudez. É divertido, engraçado. Acontecem coisas que nunca tinham acontecido, como falar mal do patrocinador. A revista *Cahiers du Cinéma* fez a lista das dez melhores produções do ano e colocou entre eles a versão francesa do *Big Brother*.”

CINEMA E BOMBACHA

“Acho que dá para manter esse ritmo de produção no Rio Grande do Sul. Talvez até ampliar. Tem um público em potencial bom. Uma coisa que a gente tinha muito medo era que

o cinema gaúcho urbano que surgiu a partir do começo dos anos 80 fosse mais um ciclo. E não foi. O cinema que começou com o súper-8 conseguiu se manter. O Rio Grande do Sul é o terceiro pólo nacional de produção há bastante tempo, isso está consolidado. Muitos filmes estão sendo feitos, são 15 longas-metragens em produção, muitos curtas. O cinema gaúcho vai continuar. Agora, cada vez me interessam menos por essa coisa que chamam de ‘o cinema gaúcho’. A gente não deve fazer o cinema assim. Nós moramos aqui, mas cada um que conte a sua história do jeito que quiser. Eu nunca subi num cavalo na minha vida, não tenho nada a ver com cultura regional, do interior, de bombacha...”

PRÊMIO E INCENTIVOS

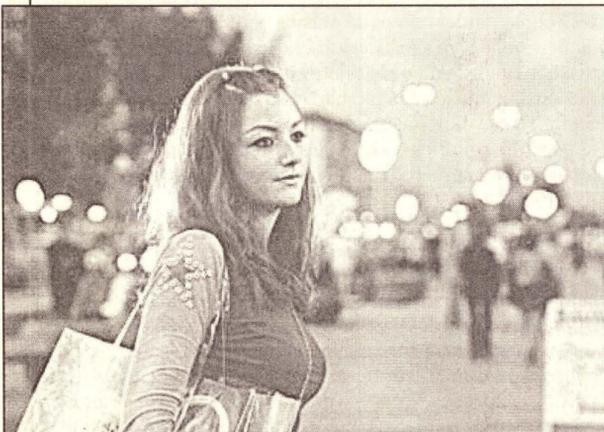
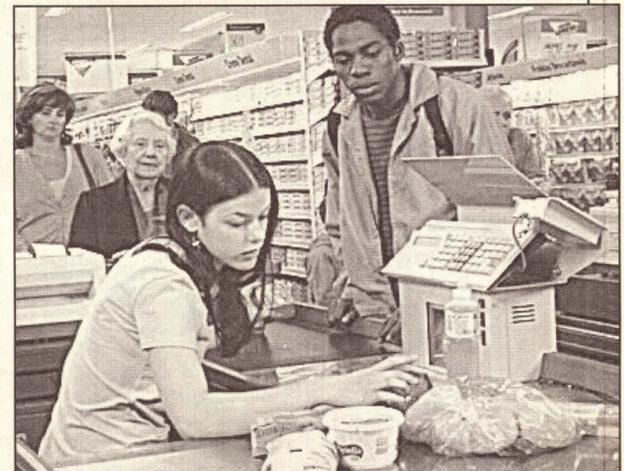
“O Prêmio RGE, do governo gaúcho, é a garantia de que, a cada dois ou três anos, três filmes vão ser feitos. A garantia de uma continuidade. E foi fundamental para viabilizar longas que estão aí. Mas alguns filmes são realizados sem concurso. *Noite de São João*, do Sérgio Silva, é sem concurso. *Manhã Transfigurada*, do Sérgio de Assis Brasil, baseado no livro do Luiz Antonio de Assis Brasil, também está sendo viabilizado sem o Prêmio RGE. Já a Lei do Audiovisual, do Ministério da Cultura, que é a lei que capta a maior parte dos recursos para os filmes brasileiros, começou mal. Tinha gente captando para dez filmes ao mesmo tempo, para muita coisa que ficou incompleta. Até tinha fiscalização, mas talvez se pensasse o contrário. E o mercado se deu conta de que aquilo era um investimento sem retorno a curto prazo. Então a captação caiu. Não sei exatamente os números, mas foi tipo 80 milhões no primeiro ano, 20 no segundo e dez no terceiro. Desperceu. Vários projetos foram interrompidos. A fiscalização começou a ser discutida: as pessoas tinham que fazer o filme, que devolver o dinheiro, prestar contas. O mercado se ressentiu da não-realização dos filmes, mas o resultado foi que a coisa ficou mais decente. Acho que a lei está funcionando. O volume de investimentos é que caiu muito, mas talvez esteja num patamar mais realista agora. Essas leis têm sentido para avançar a indústria, para depois ela andar por conta própria, mas essa tendência eu não estou sentindo. Os 22 filmes brasileiros do ano passado fizeram, em média, menos de 100 mil espectadores. Isso representa um prejuízo enorme, não chega nem perto de se pagar os investimentos. Se tiver cinco que se pagaram é muito.”

CASA DE CINEMA

“A Casa de Cinema surgiu em 1988 da reunião de vários produtores. No início eram 13 pessoas que queriam fazer cinema e viver disso. De lá para cá, teve momentos, como no governo Collor, que não era possível fazer cinema. Não tinha dinheiro nenhum pra ninguém. E a gente sempre tentou, de qualquer maneira, continuar produzindo. Naquele momento, resolvemos fazer um filme muito barato. E de um concurso interno saiu o *Ilha das Flores*. Foi o primeiro filme produzido por toda a Casa. A partir daí fizemos contatos fora do Brasil, viabilizando os próximos filmes – o *Esta Não é a Sua Vida* foi produzido para a TV inglesa; *A Matadeira*, para a TV alemã. A gente nunca parou, não teve um ano que a Casa não tivesse feito pelo menos um curta.”

PREFERÊNCIAS

“Tenho ido pouco ao cinema, no máximo uma vez por semana. Gostei muito de *O Quarto do Filho*, de *Amélie Poulain*. Gosto dos iranianos. E do pessoal da velha guarda: Billy Wilder, talvez o melhor de todos; Martin Scorsese; Woody Allen; os irmãos Cohen. Meus filmes preferidos são *Nós que nos Amávamos Tanto*, do Ettore Scola; *Cidadão Kane*, que está em todas as listas; *Crepúsculo dos Deuses*, do Billy Wilder; *Dr. Fantástico*, do Kubrick. E os do Fellini, que vi todos, com exceção de *A Voz da Lua*. Mas na verdade gosto mais de ler do que de ir ao cinema.”

Cenas de *Houve Uma Vez Dois Verões*, que estreou em abrilCenas de *O Homem que Copiava*, em fase de conclusão

Ivan Lins: "Sempre fui um bossa-novista"

●JUAREZ FONSECA

Jornalista

No momento em que se redescobre cantando e amplia sua projeção internacional, o compositor tem seus primeiros discos relançados em CD

Em seu disco de estréia, *Ivan Lins. Agora...*, lançado em 1970, estavam duas músicas fundamentais da carreira: *O Amor é o Meu País*, que naquele ano conquistara o segundo lugar no Festival Internacional da Canção, e *Madalena*, que em 71, gravada por Elis, faria enorme sucesso. Mais tarde, *Madalena* abriria as portas dos Estados Unidos para o compositor, sendo gravada, entre outros, pelo mito Ella Fitzgerald. E, por imposição do público, nunca mais sairia do roteiro de seus shows em todo o mundo.

No final de 2001, quando recebeu a notícia de que a gravadora Universal relançaria em CD os oito LPs que lançara por ela, Ivan Lins precisou visitar o passado. O velho vinil de *Agora*, e também os dois discos posteriores, *Deixa o Trem Seguir* (1971) e *Quem Sou Eu?* (1972), há muitos anos estavam relegados ao fundo de sua estante. "Nunca mais ouvi aquilo", conta. Ao reouvir os discos, nas provas remasterizadas, para revisar algum detalhe, teve dois sentimentos.

O primeiro: "Era engraçadíssimo aquele meu jeito de cantar. Hoje você escuta e fala: Nossa Senhora, que coisa, parece um desesperado. Porque eu compunha pensando no Joe Cocker e no David Clayton-Thomas, vocalista do Blood, Sweat & Tears. Queria mostrar às pessoas como minhas músicas ficariam nas vozes desses caras. Era uma interpretação muito forçada, que quase acabou com minha voz e minha garganta. As letras do Ronaldo (Monteiro de Sousa) também eram muito estranhas".

O outro: "Ainda gosto daquelas músicas, elas tinham um lance moderníssimo para a época, principalmente nas melodias e harmonias. Acontece que eu vinha de anos tocando bossa nova e jazz, e mergulhei no pop por causa do Blood, Sweat & Tears, do Elton John, dos Beatles pós-Sgt Peppers. Eu e Ronaldo éramos estudantes, era o que o coração da gente mandava. Mas eu era jobiniano, queria ser pop mas estava recheado de acordes da bossa nova. Era a minha vocação e eu não me dava conta".

Mesmo assim, afora *Madalena* nenhuma música dos três primeiros discos ultrapassou seu próprio tempo. Al-

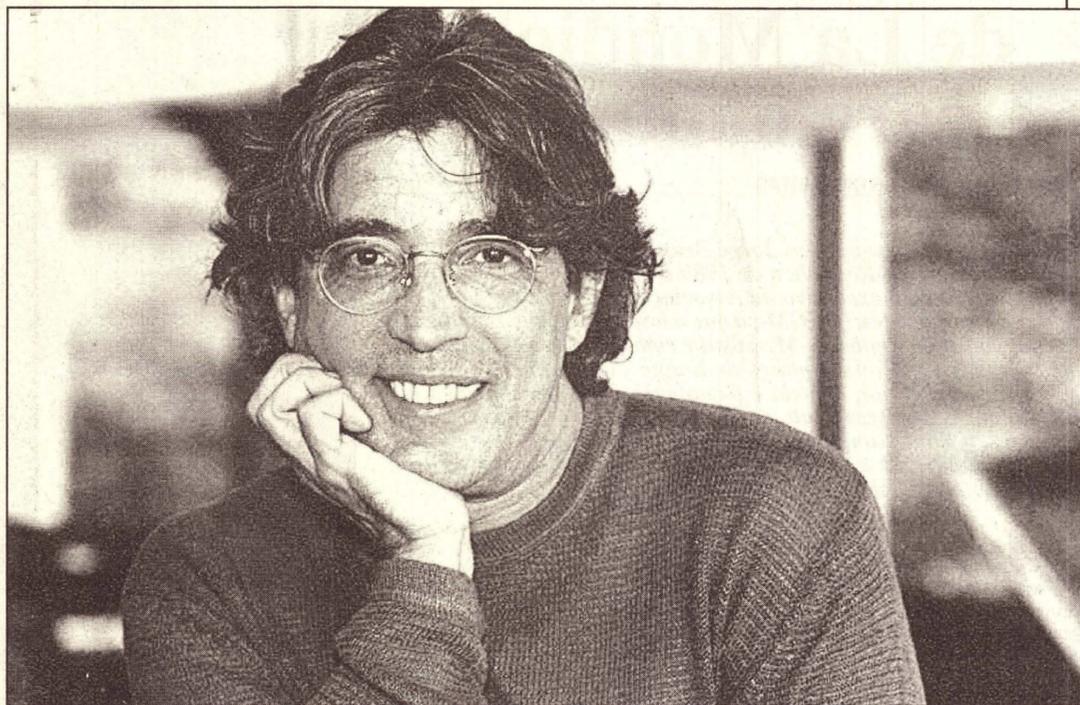
guma delas poderá voltar, 30 anos depois? "Acho que sim", diz Ivan. "Longe, do segundo disco, por exemplo, é muito bonita, me deu vontade de pegar com calma e de repente botar nos shows. Também tem uma ou outra do terceiro, no qual eu já havia assumido mais o meu lado carioca e começava a cantar sem aquela voz rouca e berada dos outros."

Depois dos três discos iniciais para a CBD/Phonogram (mais tarde PolyGram, hoje Universal), Ivan gravou dois na RCA, *Modo Livre* (74) e *Chama Acesa* (75), ambos já relançados em CD. Ele considera esses cinco como trabalhos de um artista em formação. Até que, em 1977, assina com a EMI/Odeon e lança *Somos Todos Iguais Nesta Noite*, um marco na carreira: solidificam-se as parcerias com Vitor Martins (letras) e Gilson Peranzetta (arranjos), o sucesso popular traz Ivan para a linha de frente da MPB.

Nos outros três discos para a EMI, *Nos Dias de Hoje* (78), *A Noite* (79) e *Novo Tempo* (80), uma enfiada de sucessos: *Bandeira do Divino*, *Cartomante*, *Aos Nossos Filhos*, *Começar de Novo*, *Saindo de Mim*, *Desesperar Jamais* – Ivan e Vitor vão fundo nos temas políticos e na crítica social. E, em 1981, a volta à Universal, com *Daquilo Que Eu Sei*. Na seqüência, vêm *Depois dos Temporais* (83), *Juntos* (84), *Mãos* (87) e *Amar Assim* (88), todos agora também em CD.

Não vamos esquecer que os 80 foram os anos da erupção do pop brasileiro, com a MPB comendo o pão que o diabo amassou. Mesmo lançando discos e fazendo shows, Ivan perdeu espaço. Ficaram belas músicas para serem reouvidas e surpreenderem quem não prestou atenção na época. Mas o que fez Ivan? Aproveitou a maré baixa para investir na carreira internacional, passando longas temporadas nos Estados Unidos, onde é o compositor brasileiro mais gravado depois de Tom Jobim.

Em 1991 surge a Velas, criada por ele e Vitor Martins para revelar novos talentos (como Guinga e Chico César)



"No início eu cantava como um desesperado, mas acho que as músicas eram moderníssimas para a época"

e lançar artistas que as grandes gravadoras desprezavam. O selo se tornou referência, foi um dos primeiros independentes organizados de forma profissional. Ivan lançou seis discos pela Velas (entre eles um gravado em Cuba com o grupo Irakere) até concluir que não podia cuidar de duas coisas ao mesmo tempo, a gravadora e a carreira. Em 1999, deixou a Vela com Vitor e assinou com a Abril Music.

Lançado no final de 2001, o terceiro disco para a Abril, *Jobiniando*, pode ser visto simultaneamente como uma espécie de resgate dos primeiros tempos, a consciência do presente e a sinalização do futuro. "Foi na época da Velas que comecei a assumir de fato os meus timbres e minha tessitura vocal natural", conta Ivan. "Antes eu cantava lá em cima, pensando em Elis, em Milton, meus ídolos. Sempre fui muito emotivo, aprendi com eles a me entregar ao texto, ao que diz a canção."

"Mas eu não me gostava cantando", continua. "Até que decidi estudar canto e a professora me mandou cantar

tudo três tons abaixo. Aí comecei a gostar, descobri o bossa-novista que eu era, que eu sou. Descobri Tom Jobim em minha voz, esclareci que ele foi o grande inspirador de minha vida de compositor". O disco *Jobiniando* sublinha isso, pois além de cantar muitas músicas de Tom, Ivan Lins apresenta três inéditas dele, Ivan, feitas à imagem e semelhança do mestre.

A mais bonita delas é *Rio de Maio*, com bela letra de Celso Viáfara fotografando uma paisagem carioca atual, em que Copacabana é um postal vazio e pardais passeiam sobre o Morro do Vidigal. Nas palavras de Luis Fernando Veríssimo, que sempre sabe definir coisas quando a elas falta definição, e fazendo referência a *Inútil Paisagem*, um dos clássicos de Tom, *Rio de Maio* bem poderia se chamar *Útil Paisagem*. O paulista Viáfara é um dos novos parceiros de Ivan.

Gostando de cantar e compondo com um leque de novos parceiros (entre eles Aldir Blanc e o gaúcho Totonho Villeroy), Ivan parece se redescobrir. "Como o Vitor parou de escrever, avisei a ele que procuraria outros letristas. E está sendo maravilhoso abrir o trabalho depois de tanto tempo compondo com um parceiro só. É bacana você

fazer música para outros textos, mas é claro que eles têm que ver com a minha verdade, pois se não não faria sentido. Estou adorando a experiência."

E o melhor de tudo é que depois de conquistar prestígio nos Estados Unidos e no Japão, Ivan começa a conquistar a Europa. Agora em março, voltou de uma turnê de 20 shows pela Rússia, Escandinávia, Eslovênia, Alemanha, Suíça e Itália. "Foi o maior sucesso, arrebatei lá", resume, empolgado. E no fim do ano, retorna para apresentações na França, Inglaterra, Espanha, Portugal e Turquia, países em que esteve na primeira turnê européia, há quatro anos.

Começar de novo parece ser sempre a disposição de Ivan Lins. A vantagem é que ele já tem todo esse passado pela frente. Comemorar 30 anos de carreira sendo reconhecido no mundo e com disposição de iniciante, não é para qualquer um. "Adoro música e não fecho porta nenhuma", diz. "Pena é que a situação do mercado brasileiro esteja tão ruim. As gravadoras investem tanto em música comercial, que o material humano que têm formado dentro delas hoje só sabe fazer isso. E isso é horrível para os artistas que estão chegando com música de qualidade."

"As gravadoras investem tanto em música comercial que o material humano que têm formado só sabe fazer isso"

Pesquisador reúne a obra total de Ary Barroso

Na trilha aberta por Noel Rosa, vem aí Ary Barroso. O discófilo e pesquisador paulista Omar Jubran está de novo mergulhado em seu estúdio, às voltas com a recuperação dos primeiros registros de 282 músicas de Ary, ou seja: toda a obra gravada. Se para recuperar a obra de Noel – 209 músicas reunidas em 14 CDs lançados no final de 2000 – Jubran gastou 13 anos, agora o tempo corre. Se depender dele, a coleção de Ary Barroso, com 18 CDs, estará nas lojas em novembro, abrindo as comemorações pelo centenário de nascimento do autor de *Aquarela do Brasil*.

Vale a frase feita: o tempo é ouro para Omar Jubran. Ouro no sentido do resgate da história da música brasileira, tema que o mobiliza desde criança, e ouro no sentido do próprio tempo do pesquisador, que, para se dedicar a essa tarefa, dispõe de horas que sobram em sua atividade de professor de biologia. "A vida do professor é espinhosa", diz. "Preciso dar aulas e corrigir trabalhos dos alunos, só depois é que consigo ir para o meu estúdiozinho, para ler, pesquisar e botar a mão na massa."

O projeto foi encaminhado pela gravadora Velas ao Ministério da Cultura – que manifestou interesse, considerando a seriedade com que foi feita a coleção *Noel Pela Primeira Vez*, e a enorme repercussão que teve. Então, como a de Noel, a "caixa de Ary" deverá ser lançada pela Caravelas em associação com a Funarte. Mas só com o projeto aprovado é que Jubran poderá acelerar o trabalho e cumprir sua meta. As músicas não são o problema. Ele já tem as 282 em seus arquivos, está livre da trabalhadeira de sair à cata de discos raros.

O patrocínio será necessário para tornar o projeto ainda mais completo. A idéia de Jubran é ressuscitar também músicas nunca gravadas. Algumas



Centenário do nascimento de Ary começa a ser comemorado este ano

compostas por Ary ainda em Ubá, a cidade mineira onde nasceu. Outras, selecionadas entre as que compôs para mais de 60 peças do teatro musicado. Outras ainda, compostas para trilhas de filmes no Brasil e nos Estados Unidos. Para estes casos, Jubran precisará contratar músicos e pagar estúdios de gravação. A memória da MPB certamente agradecerá por tal preciosismo, com a revelação de um Ary encoberto pelo tempo.

O pesquisador está na fase de recuperação das gravações, feitas a partir de 1929. O "estudiozinho" a que ele se refere não merece o diminutivo. É, na verdade, um equipamento de ponta que foi sendo aperfeiçoado e atualizado aos poucos. Na época em que trabalhava

nos discos de Noel, Jubran chegou a vender seu carro para investir em tecnologia. "O resultado da recuperação das músicas de Ary é melhor que o de Noel, pois os softwares de computadores estão uma geração à frente", explica. Só mesmo muita paixão para levar um biólogo a aprender sozinho a decodificar e manejar essas máquinas e programas sofisticados.

Paixão e sensibilidade. Jubran não é um mero eliminador de chiados de velhos discos de 78 rotações usando tecnologia digital. Nem cogita em "atualizar" o som do passado com a adição de eco ou reverberação. "Tirar chiados é fácil, mas não quero ape-

nas 'limpar' as gravações", diz. "O melhor é manter a sonoridade original, pois quando se limpa demais alguns instrumentos acabam sendo prejudicados, como um clarinete passando a soar como sax, ou um pandeiro virando outra coisa. Então, deixo escapar alguns chiados em nome da fidelidade do trabalho, da dinâmica da época. É bom a gente ouvir como eles soavam."

Essa concepção vale também para a montagem dos CDs. Jubran descarta a seleção por temas, ou ritmos, ou intérpretes. Prefere a ordem cronológica. A faixa 1 do CD 1 terá Mário Reis cantando *Vou à Penha*, primeira gravação de uma música de Ary. "A cronologia faz com que você acabe revivendo a própria história do país", argumenta. Do país e do compositor: Ary Barroso deixou sua marca em três décadas, sendo tanto o criador do sam-

ba-exaltação, nos anos 30 e 40, cujo exemplo máximo é *Aquarela do Brasil*, como do samba-canção de sabor amargo, nos 50, que tem em *Risque* um grande momento.

Para Jubran, a música brasileira moderna tem três alicerces, Noel Rosa, Ary Barroso e Lamartine Babo. Mas mesmo tratando de um deles, este texto quer salientar o trabalho indispensável de Jubran, brasileiro de 48 anos, filho de libaneses, que justifica na paixão pela música sua dedicação à biologia – ciência que estuda os seres vivos e as leis da vida. A partir de 11 de novembro de 2002, até 11 de novembro de 2003 (dia do nascimento de Ary, cem anos antes), a mídia estará exaltando o compositor falecido em 1964, que foi também ator, locutor esportivo e apresentador de programas de rádio.

A "caixa de Ary" lembrará tudo isso, inclusive com a reprodução de uma de suas narrações de futebol. Era flamenquista doente e nunca disfarçou a parcialidade (quando o Mengo fazia gol, ele costumava soprar uma flautinha). E é interessante que Jubran, quando se pede para que cite um dos artistas revelados por Ary em seu famoso programa de calouros, lembre o episódio de Elza Soares, em 1956. Com 18 anos, trajando um surrado vestido de cores berrantes, maior que ela, Elza (que era filha de um operário e uma lavadeira) entra no palco. O sarcástico Ary pergunta: "De que planeta você veio?". E ela, deixando-o desconcertado: "Da fome". (J.F.)



Professor de biologia, Omar Jubran vendeu até o carro para se dedicar à paixão pela música

Jorge Brovetto, de La Mondiola para o mundo

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

O professor e pesquisador Jorge Brovetto – reitor da Universidade da República de 1989 a 1998 – é idealizador e atual secretário-executivo da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), o que o leva a constantes contatos com países da região do Mercosul e com a Europa. Além disso, dá cursos em diversos países de língua espanhola sobre educação superior, ciência e tecnologia. É ainda se dedica à política: é vice-presidente da Frente Ampla do Uruguai. Aqui, ele conta um pouco de sua vida: a carreira acadêmica, a prisão durante a ditadura, as cinco filhas, a infância em La Mondiola, tradicional bairro de Montevideu

Jorge Luis Brovetto Cruz nasceu em Montevideu, a 14 de fevereiro de 1933, ano em que se deu a primeira quebra de democracia no Uruguai, resultando na chamada *dictablanda*, a ditadura branda (40 anos depois, ele conheceria uma ditadura feroz). Veio de família classe média – descendente de italianos, espanhóis e bascos franceses – num bairro, também classe média, que, curiosamente, pode ser chamado por três nomes: Pocitos Nuevo, La Mondiola ou Villa Dolores.

Pocitos Nuevo, o nome mais recente, veio da proximidade com a tradicional praia de Pocitos. Mondiola é o nome de um fiambre muito apreciado pelos descendentes de italianos que viviam ali, nos primórdios do bairro. E Villa Dolores é como chamam a área onde está o Zoológico Municipal. Brovetto prefere La Mondiola, nome com que o bairro foi citado num tango muito famoso, *Garufa* (de J.A. Collazo, R. Fontana e V. Soliño), cuja letra começa assim: “Del barrio La Mondiola, sos el más rana...”

SEÑORITA OLÁRIA

Alberto, o pai, era empregado numa livraria. Eulália, a mãe, lecionava na escola do bairro. Os filhos nasceram aí. Em 1928, veio Alberto (como o pai); cinco anos depois, nasceu Jorge Luis (Jorge, como o rei da Inglaterra; Luis, como o avô paterno).

Como Eulália não era um nome muito comum, foi “abrasileirado” para Olária, como costumavam fazer os uruguaios vindos da fronteira com o Brasil, senhora Olária. Jorge conta que naquela época as professoras eram chamadas de senhorita, mesmo que fossem casadas. E, ao contrário de hoje, eram relativamente bem remuneradas e muito respeitadas.

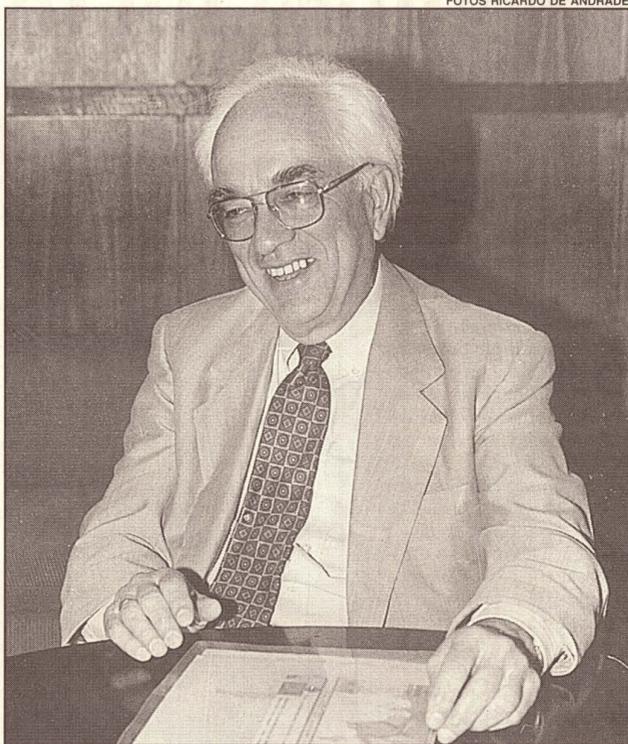
Olária era muito pequena e muito firme. Espontânea e sensível no amor aos filhos, mas muito firme. Quando Jorge foi aluno dela, no terceiro ano primário, tinha que chamá-la de senhorita, como faziam os outros alunos. E, se faltasse à aula, por

qualquer motivo, devia recorrer a um colega para recuperar a matéria ou saber se havia sido marcada alguma prova, como faria qualquer aluno.

A mãe se tornou uma referência no bairro, principalmente entre os mais humildes, que a reverenciavam de diferentes maneiras. E Jorge era apontado como “o filho da professora”, quando passava em seu guarda-pó branco com um laço azul no pescoço, uniforme obrigatório até hoje entre os alunos da escola pública primária (para que não se distinga quem veste seda, quem veste chita).

BOLA NA VIDRAÇA

Na lista das travessuras de infância em La Mondiola não consta roubar laranjas do vizinho, mas Jorge gostava de tocar as



Brovetto: “A Frente Ampla tem uma proposta para o Mercosul”

campanhas das casas e se esconder para observar a reação das pessoas. Isso, até ficar mais taludinho e aderir completamente à paixão pelo futebol. Jogar bola com os amigos passou a ser sua diversão preferida. E o terror da vizinhança: barulho, vidraças quebradas, chama a polícia... Era muito divertido, quando não acabava na delegacia, e o pai tinha que buscar.

O pai era muito suave e muito correto, e sócio honorário do Peñarol. Todo fim de semana ia ao Estádio Centenário, com três

amigos, torcer por seu time. Jorge ia junto. Essa é uma das passagens da infância que recorda com mais clareza. O irmão também gostava de futebol, só que torcia pelo Nacional, grande rival do Peñarol, e isso dividia esportivamente a família.

Mas foi o cigarro que, em 1951, dividiu a família de maneira mais séria. O pai fumava desde jovem e morreu de câncer no pulmão aos 51 anos de idade. Jorge, com 18 anos, viu o pai definhando: “Morreu quase como um prisioneiro de guerra, só pele e osso”. O filho pegou ojeriza pelo cigarro, a mãe entrou em depressão, e a família peregrinou pela casa dos parentes, no interior do país, sem paradeiro, até que se assentou de novo em Montevideu.

DE VOLTA AO COMEÇO

Hoje, depois de uma longa carreira cheia de glórias, alegrias e sobressaltos, Brovetto vive novamente em La Mondiola, na mesma casa em que viveu na infância, erguida pelo pai nos anos 40, agora reconstruída, mais confortável. Ali, criou as filhas que teve com Antonia, a colega de faculdade e de profissão com quem casou e que, como ele, sofreu com a ditadura militar, tendo que renunciar à vida acadêmica e dedicar-se à engenharia química.

Para Jorge Brovetto, a família é apoio fundamental em qualquer atividade, embora sua atividade o mantenha fora de casa a maior parte do tempo. O casal teve cinco filhas: Eulália (como a avó paterna), apelidada de Lala, Margarita (como a avó materna), Claudia, Marcela e Maria Carolina. As quatro primeiras são casadas e já lhe deram seis netos: Camila, Valentina, Sofia, Cecilia, Mateo, Guzmán, Julia e Franca, que nasceu há dois meses e vive junto à Lagoa Mirim, na fronteira com o Brasil, onde o pai planta arroz.

É preciso reformular o Mercosul

Seria um erro virar as costas ao Mercosul e incluir-se na Alca, cujos interesses são outros

O Mercosul e o Grupo Montevideu nasceram no mesmo ano, e entre eles existe quase que um paralelismo de objetivos. Mas, segundo Jorge Brovetto, os políticos da região não foram suficientemente ousados para jogar forte e tornar o Mercosul um bloco regional autoconfiante. “Praticamente, todas as resoluções tomadas nesses dez anos estavam vinculadas ao sistema de comércio. Mas não se faz interação apenas pensando em mercados, que se interessam por fatores materiais. Interação requer outros ingredientes, como a confiança e o objetivo de trabalhar juntos.” Ele acha que, se os governos, paralelamente aos acordos comerciais e aduaneiros, tivessem começado uma interação mais profunda, de caráter cultural, científico e social, teriam conseguido “algo mais sólido que o débil Mercosul que temos agora, em cheque devido a problemas entre Argentina e Brasil, entre Brasil e Uruguai”. Falando como vice-presidente da Frente Ampla, no exercício da presidência, enquanto o presidente Tabaré Vazquez se encontra fora do país*, Brovetto afirma: “A Frente Ampla tem uma proposta séria para o Mercosul e espera que os novos governantes dos países do Cone Sul tenham a mesma visão, para que se possa reformulá-lo, tornando-o integral e não exclusivamente de tratos comerciais”. E conclui: “O Mercosul não existe apenas para que os países da região comerciem entre si, mas também para que comerciem em bloco com outras regiões do mundo. Seria um grande erro virar as costas ao Mercosul e incluir-se na Alca, cujos interesses são outros.”

* Esta entrevista foi feita no dia 4 de abril, em Montevideu.

Paixão pela química

Brovetto começou a estudar na Universidade da República em 1953, aos 19 anos. Queria ser químico industrial, mas uma modificação estatutária acabou por conferir-lhe o diploma de engenheiro químico. Desde o primeiro ano, teve intensa participação estudantil, mas sempre independente de política partidária, embora apoiasse a linha ideológica do Partido Socialista Uruguai, que em 1970 se incorporaria à Frente Ampla. Dedicou-se à pesquisa, e foi trabalhar como estudante bolsista do professor Juan Coch. Na época, estava em moda a cromatografia, metodologia que transformava toda a bioquímica, e Coch e ele foram chamados a trabalhar com o mais importante pesquisador uruguai, o professor Roberto Caldeyro Barcia, falecido recentemente. Caldeyro foi o homem que mudou a fisiologia do parto no mundo, desenvolvendo metodologia para medir e analisar o trabalho de parto. Esse intercâmbio permitiu que Coch e Brovetto tivessem contato com o pesquisador inglês Reginal Fitzpatrick, que praticava um método que o laboratório já dominava. “Quando ele veio a Montevideu, o professor Caldeyro nos chamou para acompanhá-lo. Ficamos muito amigos, começamos a trabalhar juntos e desenvolvemos diversos trabalhos que levaram muita luz ao tema, o mecanismo do parto.” Brovetto fez duas especializações no estrangeiro. A primeira, em 1965, na Itália. Passou sete meses no Istituto Superiore di Sanità, em Roma, trabalhando em biofísica-química enzimática. Ao retornar, obteve bolsa para o pós-doutorado na Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA), uma das mais importantes da área, onde passou três anos trabalhando com hormônios protéicos. Na volta, montou uma equipe independente dentro do grupo de Caldeyro. “Continuava trabalhando com o professor Coch, mas também trabalhava em hormônios protéicos na minha própria equipe.” O laboratório de Brovetto, no Hospital de Clínicas, chegou a ter 24 pessoas trabalhando em diversos projetos, com publicações em revistas internacionais e capítulos em livros europeus. A pesquisa lhe abriu espaço para a docência, e no início dos anos 70 foi lecionar bioquímica na Faculdade de Veterinária. Aí veio a ditadura.

“Não fui torturado, só não me deixavam dormir”

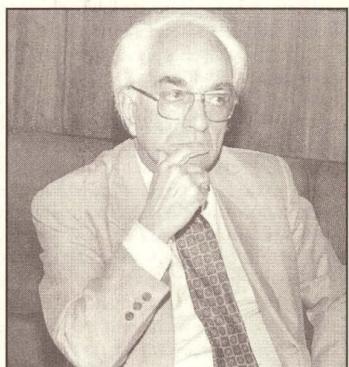
Desde a década de 60, os governos democráticos dos países do Cone Sul da América do Sul vinham sendo derrubados um a um. Em 1973, foi a vez do Uruguai. O professor Jorge Brovetto conta que, na Universidade da República, a pesquisa resistiu o quanto pôde. Mas, aos poucos, os financiamentos foram sendo cortados, e vários colaboradores se exilaram, por diferentes razões, enquanto outros eram levados presos.

Impedido de pesquisar, Brovetto continuou lecionando. Até que, em fevereiro de 1975, a polícia foi buscá-lo. Sabiam que era um homem de idéias progressistas; queriam saber se tinha vinculação com o Movimento de Libertação Nacional, os Tupamaros. Ficou 17 dias preso. Primeiro num lugar tétrico, um casarão vazio, no centro de Montevideu, junto com duas dezenas de professores, sindicalistas, políticos e jornalistas, mantidos em pequenos grupos, dormindo no chão de cimento, incomunicáveis.

Quando chegou, alguns companheiros lhe recomendaram que fosse forte: à noite, muitas vezes, se ouvia gritos. “Nunca fui torturado – diz ele – mas, praticamente, não me deixaram dormir nas duas noites que passei nesse lugar. A toda hora, me puxavam o braço ou me cutucavam com o pé, lanterna na cara: Como se chama? Que tá fazendo?”

Depois dessa etapa, foi levado à chefatura de polícia. O comissário, com certa deferência, avisou: “Se não estiver vinculado ao MLN, será liberado”. Saiu dali para um lugar completamente diferente do lúgubre casarão de onde tinha vindo. No Cilindro Municipal, um vasto ginásio de esportes, já havia umas 150 pessoas, acampadas pelas arquibancadas, com lugar para comer, dormir, espalhecer.

Aparentemente, quem estava no Cilindro já tinha saído da zona do perigo, passando do domínio do exército para o da polícia, o que, visto à distância, parecia menos perigoso. Até a comida melhorou. Não precisavam mais engolir a insossa comida de quartel, conhe-



cida como *la tumba*. Como podiam receber visitas e mantimentos, criaram uma despensa, montaram uma cozinha coletiva e se organizaram em grupos para administrar a vida provisória.

Passados 15 dias, foi libertado. Fora preso para averiguações porque alguns de seus colaboradores na Universidade tinham sido identificados como integrantes do MLN. Entre eles estava Elisa Michelini, filha do senador Zelmar Michelini, que foi cassado e se exilou em Buenos Aires, onde foi assassinado pelas forças de repressão em 1976, nas mesmas circunstâncias em que morreu Gutierrez Ruiz, outro senador uruguai exilado na capital argentina.

Hoje, Brovetto se dá conta de que, na época, não teve consciência do perigo que corria. Tanto que, quando lhe avisaram que estava livre, chegou ao extremo de querer ficar mais algumas horas, até que se concluiu a tarefa coletiva de armazenar caixas velhas trazidas da rua e que serviriam de lenha para o fogão improvisado. Ao telefone, Antonia estrilou. “Estás louco?” E, meia hora depois, estava na porta do estádio para levá-lo de volta para casa.

●PARTIDO SOCIALISTA

“Meu pai havia estado muito próximo a don José Batlle y Ordoñez, criador do Uruguai moderno, que dotou o país com uma legislação avançada para a época: analfabetismo praticamente eliminado, ensino obrigatório e gratuito, 8 horas diárias de trabalho, direito a aposentadoria. Recordo que havia nascido no Uruguai um partido socialista, muito respeitado, mas muito pequeno, um partido socialista intelectual, e meu pai me dizia: ‘Partido socialista no Uruguai é battlismo’. Isso me marcou fortemente, porque logo o battlismo se traiu a si mesmo, demonstrando que essas idéias de justiça social eram tomadas mesmo pelos partidos de esquerda.”

●PERÍODO DE TRANSIÇÃO

“Na transição para a democracia, participei de muitas reuniões de docentes universitários, primeiro em casas de família, depois em clubes desportivos e até mesmo dentro da universidade, ainda sob intervenção. Falava-se em transição, mas também em transformação. Não era só passar da ditadura para a democracia, tinha que haver uma transformação em relação ao tipo de democracia que havia antes da ditadura, na universidade, na ciência, na tecnologia. Também era importante fazer avançar o processo de redemocratização da Universidade.”

●REITOR POR NOVE ANOS

“Houve grandes assembleias em que se apontaram os membros do novo Conselho Central da Universidade da República. Fui eleito para o Conselho Central do período democrático antes que a democracia propriamente dita voltasse ao país. Comecei a trabalhar e posteriormente fui nomeado vice-reitor. Em 1989, o reitor titular renunciou para concorrer a um cargo político, e fui eleito pelo Claustro (assembleia universitária, com representantes dos estudantes, professores e profissionais egressos da Universidade) para o período complementar de um ano. Depois fui eleito por um mandato de quatro anos e reeleito por mais quatro. Três eleições, nove anos de reitorado.”

●FRENTE AMPLA

“Deixei o reitorado da Universidade da República há quase quatro anos e, desde então, me mantive em atividade no Grupo Montevideu. Sempre segui aquela antiga idéia que diz que não se deve misturar a atividade universitária com a atividade política. Passado tanto tempo, em setembro de 2001 fui designado vice-presidente da Frente Ampla, a maior força política do Uruguai.”

●AUGM, ESPAÇO COMUM

“A Associação de Universidades Grupo Montevideu criou um espaço acadêmico comum, de maneira que cada universidade filiada sinta que o espaço que o grupo abarca lhe pertence, e que lhe pode servir como apoio, enriquecimento e expansão. Por exemplo, se uma universidade tem área de conhecimento que considere relativamente fraca, pode recorrer ao restante do grupo, que será recebida de maneira fraternal, tanto pelos professores como pelos pesquisadores, seja para o desenvolvimento de um produto de pesquisa ou para a formação de recursos humanos. Também é importante ver que existe massa crítica na região para fazer coisas que isoladamente não seriam possíveis.”

●MAIS DE 30 COMITÊS

“Microeletrônica, biologia molecular, educação para a integração, química fina, farmacologia e produtos naturais, desenvolvimento urbano e rural, água e outros. São mais de 30 os comitês criados pela AUGM. Cada universidade se encarrega de um ou dois desses comitês. E nem precisamos intervir: o contato é direto entre os professores ou pesquisadores, as pessoas já se conhecem entre si.”

●INTERLOCUTOR REGIONAL

“O Grupo Montevideu é um bom interlocutor regional. Tanto que o Instituto Max Planck, da Alemanha – um dos maiores institutos de investigação do mundo, que detém a maioria dos prêmios Nobel no país – fez um acordo com a AUGM para a instalação de um Centro Regional de Estudos Genômicos. Não para estudar o genoma humano e sim para estudar temas de interesse da região. A condição era justamente que não fosse universidade de um só país, tinha que ter âmbito regional. E o Instituto Pasteur, de Paris, está fazendo acordo com a Universidade da República e o Grupo Montevideu, à medida que representa a região.”

●INTERCÂMBIO ESTUDANTIL

“O que dá configuração final à Associação de Universidades Grupo Montevideu talvez seja o recém-lançado programa de intercâmbio de estudantes de graduação, pelo qual, alunos de uma universidade podem estudar seis meses em universidade do grupo em outro país, tendo esse período reconhecido na universidade de origem. O programa Escala Estudantil já mantém estudantes dos países do Grupo Montevideu em intercâmbio produtivo. Pensamos que o mais importante é que os jovens dos países da região já começam a conhecer-se entre si, e isto é o que vai tornar possível uma integração mais profunda. A integração não deve vir de decisão política, deve ser uma decisão das pessoas.”